



Revista
Internacional
em Língua
Portuguesa

Literatura e Oralidade

IV Série Nº 36 2019

Publicação Anual da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

A RILP cumpre as normas de referência do Catálogo Latindex – sistema de Informação Internacional de Revistas Científicas e do European Reference Index for the Humanities (ERIH) da European Science Foundation (ESF).

A Revista Internacional em Língua Portuguesa, editada desde o ano de 1989, é uma publicação interdisciplinar, da Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Criada para aprofundar o conhecimento sobre o português, expressa hoje o conhecimento em português, num espaço de intervenção, que em perfeita igualdade participem os membros da comunidade de utilizadores de português no mundo, nas suas diversas formas de expressão e difusão, das ciências humanas, sociais e da natureza, com destaque para a ligação entre o espaço geográfico dos que utilizam a língua portuguesa.

Fundador: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Presidente: Orlando Manuel José Fernandes da Mata

Diretor: Cristina Montalvão Sarmento (Secretária-Geral da AULP)

Editores científicos e organizadores: Cristina Montalvão Sarmento e Patrícia Oliveira

Coordenação editorial: Cristina Montalvão Sarmento, Pandora Guimarães e Patrícia Oliveira

Conselho de acompanhamento científico: Orlando da Mata (Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Angola); Judite Nascimento (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde); João Gabriel Silva (Universidade de Coimbra, Portugal); Francisco Noa (Universidade Lúrio, Moçambique); Jaime Ramirez (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Rui Martins (Universidade de Macau, RAEM-China); Lourenço do Rosário (Universidade Politécnica de Moçambique, Moçambique); João Sobrinho Teixeira (Instituto Politécnico de Bragança, Portugal); Albano Ferreira (Universidade Katyavala Bwila, Angola); Marcelo Knobel (Universidade Estadual de Campinas, Brasil); Francisco Martins (Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, Timor-Leste); Agostinho Rita (Instituto Universitário de Contabilidade e Administração e Informática, São Tomé e Príncipe); Leopoldo Amado (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Guiné-Bissau); Sílvio Luiz de Oliveira Soglia (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil).

Revisão científica: Petar Petrov (Universidade do Algarve – Portugal, ppetrov778@gmail.com), Mbiavanga Fernando (Instituto Superior de Ciências da educação de Luanda, Departamento de Línguas e Literaturas Africanas – Angola, XXX, mbiavangaf@yahoo.com), Prof. Ana Mafalda Leite (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, anamafaldaleite@gmail.com), Sérgio Nazar David (Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil, snazardavid@gmail.com), João Minhoto Marques (Universidade do Algarve – Portugal, jmarques@ualg.pt)

Capa/contracapa: Pandora Guimarães

Conceção gráfica: Sersilito - Empresa Gráfica, Lda.

Tiragem: 250 exemplares

Depósito Legal: 180505/02

ISSN: 2182-4452

Preço deste número: 10,00 Euros

Número de registo na ERC: 123241

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2019.36>

Editor: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Correspondência e oferta de publicações deve ser dirigida a:

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Avenida Santos Dumont, n.º 67, 2º, 1050-203 LISBOA

Tel: 217816360 | Email: rilp@aulp.org

Para referência de números anteriores, disponibilizados em formato digital com o ISSN 2184-2043: www.rilp-aulp.org

Todos os artigos desta edição são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

RILP

Revista Internacional em Língua Portuguesa

Literatura e Oralidade

Editores científicos

Cristina Montalvão Sarmiento

Secretária-Geral da AULP

Patrícia Oliveira

Relações Institucionais da AULP

Associação das Universidades de Língua Portuguesa

Índice

EM MEMÓRIA

Professora Doutora Amélia Arlete Dias Rodrigues Mingas, em memória <i>Orlando Manuel José Fernandes da Mata</i>	7
---	---

APRESENTAÇÃO

<i>Cristina Montalvão Sarmiento e Patrícia Oliveira</i>	9
---	---

LITERATURA E ORALIDADE

O ideário naturalista do século XIX. Perspectiva teórica na representação em “Zambeziana-Cenas da Vida Colonial”, de Emílio de San Bruno <i>Lucério Sarmiento Gundane</i>	15
---	----

O Espólio Literário de Almeida Garrett: notas em torno dos Documentos 59 a 63 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e da Coleção Futscher Pereira <i>Sandra Boto</i>	35
---	----

Vida e obra de Alberto Osório de Castro em Timor <i>Vicente Paulino</i>	53
---	----

Da necessidade do regresso às raízes culturais: O drama dos colonizados <i>André Ferdinand Takounjou Ngueho</i>	71
---	----

A presença da oralidade na literatura: estudo de crônicas de Luís Fernando Veríssimo <i>Ana Maria Urquiza de Oliveira</i>	81
---	----

O português angolano e a variação léxico-cultural no hip-hop: um exemplo com Yannick Afroman

Alexandre António Timbane, Yuran Fernandes Domingos e Euclides Victorino Silva Afonso 99

A intertextualidade entre “já sei namorar” e “geração tribalista”

Jaiana da Silva Santos 121

AUTORES – BIOGRAFIAS 141

EM MEMÓRIA

**Profa. Dra. Amélia Arlete Dias Rodrigues Mingas,
*em memória***

Orlando Manuel José Fernandes da Mata

Presidente da AULP

Angola e a lusofonia lamentam o falecimento da conceituada linguista Amélia Mingas, e desde logo, também a Associação das Universidades de Língua Portuguesa junta o seu pesar às demais manifestações e mensagens pelo falecimento da Professora Doutora Amélia Mingas.

Oriunda de uma família de prestigiados músicos angolanos, com destaque para o seu tio, Liceu Vieira Dias, e os irmãos Rui e André Mingas, Amélia Arlete Dias Rodrigues Mingas nasceu na Rua do Carmo no município da Ingombota em Luanda em 1946, era filha de André Rodrigues Mingas e de Antónia Diniz Vieira Dias. Fez a instrução primária na Escola n.º 8 e os estudos secundários nos Liceus Paulo Dias de Novais e Salvador Correia, respectivamente.

Nacionalista convicta, Amélia Mingas licenciou-se em Filologia Germânica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Forçada a abandonar os estudos nos anos 70, juntou-se à luta armada de libertação nacional, no Congo-Brazzaville, onde se encontrava quando ocorreu a Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974 em Portugal, tendo em 1975, regressado a Angola, seu país natal.

Em 1995 faz o doutoramento em Linguística Geral e Aplicada na Universidade René Descartes, em Paris, França.

Com uma extensa experiência profissional ao serviço da educação, Amélia Mingas, como era carinhosamente chamada, foi professora do Ensino Secundário em Angola, tendo sido coordenadora de Língua Portuguesa no Instituto Médio de Educação de Luanda.

Amélia Mingas traçaria uma notável carreira como docente e investigadora, que na qualidade de Professora Titular e, posteriormente Catedrática, leccionando e investigando matérias ligadas a língua portuguesa. Foi a decana da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto. Como professora e investigadora, coordenou e chefiou a secção e o departamento de Língua Portuguesa do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) da Universidade Agostinho, cabendo igualmente a ela, a introdução da cadeira de Linguística Bantu na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto.

Como investigadora apresentou importantes contribuições à questão da influência das línguas africanas no português, um estudo que culminou com a

obra por si escrita em 2000 e intitulada “Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda”, obra que explica a influência da língua nacional Kimbundu na língua portuguesa.

Amélia Mingas exerceu também, entre 2006 e 2009, o cargo de Directora do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) sediado na cidade da Praia, capital de Cabo Verde, entre 2006 e 2009, tendo defendido uma política global para a língua portuguesa, assente no respeito e no enquadramento das influências de cada país na estrutura formal do Português.

Defendeu de igual modo, a necessidade de se estudar e inventariar, à medida que a língua portuguesa evoluiu nos países lusófonos e foi a precursora da ideia de que os Estados membros da CPLP deveriam adoptar uma política linguística, que definisse o Estatuto de Língua Portuguesa nos respectivos países, em função da coexistência do português com as outras línguas locais, bem como ver o que realmente interessava fazer, na medida em que o português é a língua comum de oito Estados.

Na qualidade de directora do IILP, coordenou cinco Coletâneas da Literatura Oral da CPLP em Língua Portuguesa. As obras bilingues (português e crioulo) abrangem parte do acervo de contos, adivinhas e provérbios dos países-membros da CPLP e são dirigidas ao público jovem, aproximando os povos que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa em torno daquilo que têm de mais genuíno e autêntico.

Do seu perfil profissional, reportamos também o facto de ter sido responsável pelo Instituto Nacional de Línguas do Ministério da Cultura da República de Angola.

Amélia Mingas exerceu nos últimos anos da sua vida a actividade de docente da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto em Luanda, onde veio a falecer no dia 12 de Agosto de 2019, aos 73 anos de idade, vítima de paragem cardíaca, deixando um profundo vazio no seio da Comunidade Académica da Lusofonia.

Enquanto Presidente da AULP, Reitor da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Angola, quis assim deixar neste número da *Revista Internacional em Língua Portuguesa* (RILP) estas breves palavras escritas em sua memória e reconhecimento pelo percurso cívico e académico singulares para a construção e expressão linguística da lusofonia. Para tal, a AULP não esquece a dedicação, força impulsionadora e contributo para a elaboração deste número 36 da RILP, no qual a Professora Doutora Amélia Mingas inicialmente colaborou enquanto editora científica. Fica, assim, para memória futura uma das últimas colaborações científicas da Professora Amélia Mingas com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Somos gratos pela sua obra.

APRESENTAÇÃO

Apresentação

Cristina Montalvão Sarmiento

Secretária-Geral da AULP
Portugal

Patrícia Oliveira

Relações Institucionais da AULP
Portugal

A língua portuguesa é um património complexo na sua diversidade de culturas e manifestações. A singularidade da língua portuguesa pode ser, por isso, facilmente vertida num sentido plural e amplo, refletindo os seus desvios, as acomodações e especificidades locais, a distribuição e riqueza de um património linguístico, afinal, comum e fundamental para a compreensão do sentido de comunidade, de justiça e de inclusão. A AULP e a revista RILP são, por isso, um mesmo espaço privilegiado e testemunhos desse património em constante mutação e constrangimento.

A comemoração do Dia Mundial da Língua Portuguesa, a 5 de maio, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) consistiu num momento importante de unanimidade política entre os países lusófonos, com o apoio de países como a Argentina, o Chile, a Geórgia, o Luxemburgo ou o Urugai, contribuindo para o reconhecimento da língua enquanto instrumento simultaneamente de globalização e diferenciação.

É também nesse contexto da globalização, na era da digitalização, que se colocam os desafios da preservação *versus* apropriação da língua, quer nas vertentes da literatura, quer nas vertentes da oralidade. Não esqueçamos também a atribuição do Prémio Camões, em 2019, a Chico Buarque, um prémio que ultrapassou as fronteiras das redes culturais transatlânticas, da tradição poética e da linguagem musicada. A investigação e conhecimento científicos, com as suas metodologias e abordagens contextuais próprias, sobre os espólios literários e tradições orais, representam novas oportunidades de compreensão e convivência, aqui reunidos neste número da *Revista Internacional em Língua Portuguesa*.

A presente publicação do número 36, edição de 2019, da revista RILP representa a diversidade da língua portuguesa – da narrativa à poesia, da biografia à pesquisa, da canção à ação. Nesta publicação a *literatura e oralidade* constituem-se como formas dinâmicas de expressão da língua portuguesa que têm ainda uma expressão geográfica representativa – do Brasil, de Portugal, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe, de Angola, até Timor-Leste. Cada um destes contributos têm expressividades diferenciadas, em modos desiguais, que à pureza da língua poderia ofender, mas na sua diferença e especificidades contribuem para o acervo lato da infinita descoberta e definição da lusofonia.

Este número da *Revista Internacional em Língua Portuguesa* contou com dois contributos científicos indispensáveis. A coordenação científica coube numa primeira fase, aos Professores Doutores Amélia Mingas de Angola e Pedro Ferré de Portugal. A ambos fica a Associação das Universidades de Língua Portuguesa gratamente devedora do empenho e disponibilidade para apoiar esta publicação, pela leitura, pela revisão e nas muitas solicitações para revisão científica. Contributos de ambos, sem os quais não teria sido possível encontrar uma plataforma de conciliação de saberes mas também de complacências que permitem a publicação, que é assumida numa segunda fase, pela equipa editorial da sede dado o carácter de responsabilidade editorial que aquela concertação impõe.

Com disparidades de abordagens, um primeiro conjunto de artigos reúne autores em torno de um passado comum. Um primeiro artigo, chega-nos de Moçambique e reflete sobre o ideário naturalista do século XIX e a sua representação teórica em “Zambeziânia-Cenas da Vida Colonial”, de Emílio de San Bruno. De seguida, um artigo a partir de investigação de excelência conduzida em Portugal, apresenta os caminhos da pesquisa em torno do espólio literário de Almeida Garrett, dando primazia ao valor documental literário e à sua preservação. Proveniente de Timor-Leste, um singelo relato sobre as vivências e contributos da literatura na vida e obra de Alberto Osório de Castro completa uma trilogia, que representa a partir de diferentes longitudes, as reinterpretações que as culturas intersectadas geram.

Num segundo conjunto de artigos, de São Tomé e Príncipe, destaca-se a perspetiva do “drama dos colonizados” e da importância da oralidade e da língua portuguesa nos processos de transição e independência face às raízes culturais nacionais, não somente de São Tomé e Príncipe, mas também da Martinica e Argélia, focando a interpenetração linguística regional africana que tantas vezes se esquece. No artigo seguinte, provindo do Brasil, salienta-se a presença da oralidade na literatura através da investigação das crónicas de Luís Fernando Veríssimo.

No final, com os olhos na atualidade e perspectiva de futuro, dois artigos deste número da revista, provenientes respectivamente de Angola e do Brasil, representam a articulação entre a literatura, a música, a oralidade e as novas culturas urbanas do hip-hop e da nova música popular brasileira.

As últimas palavras são dedicadas à memória da Professora Amélia Mingas, dadas as circunstâncias da finitude da vida não terem possibilitado a partilha do momento de publicação. Reconhecemos e somos gratos pelo seu entusiasmo e divulgação desta publicação junto da comunidade do espaço lusófono.

LITERATURA E ORALIDADE

O ideário naturalista do século XIX. Perspectiva teórica na representação em “Zambeziiana-Cenas da Vida Colonial”, de Emílio de San Bruno

Lucério Sarmento Gundane

UP-Maxixe, Faculdade de Ciências de Linguagem,
Comunicação e Artes, Moçambique

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2019.36/pp.19-37>

Resumo

O presente ensaio integrado na história literária pretende descrever as principais linhas temáticas do naturalismo que podem ser associadas às personagens representadas em *Zambeziiana-Cenas da Vida Colonial*, de Emílio de San Bruno. O romance foi publicado em 1927 e reeditado em 1999 pelo Arquivo Histórico de Moçambique e enquadra-se na fase exótica da literatura colonial, traduzindo, em muitos dos seus segmentos descritivos, o deslumbramento que a descoberta do ‘Outro’ provoca no espírito dos europeus. É importante reiterar que a literatura colonial portuguesa dominada sobretudo pela representação de África em termos simbólicos e ideológicos teve o seu início no século XX, conhecendo a sua vitalidade assinalável com o advento do Estado Novo, em 1926. Tendo a narratologia como área teórica, a partir deste texto colonial demonstrou-se que não só se deve encarar o exotismo (sob o ponto de vista estético e ideológico) como um factor subjacente à literatura colonial, mas também foi possível descobrir outras tendências literárias a ela associadas como é o caso da estética do naturalismo. Concluiu-se que a sexualidade tal como era concebida pelo naturalismo é o elemento estruturador da representação de N’fuca.

Palavras-chave: código temático; imagem; naturalismo; representação.

Abstract

The present paper integrated in literary historic describes the main themes of naturalism that can be associated to representation in *Zambeziiana-Cenas da Vida Colonial*, of Emílio de San Bruno. The romance was published in 1927 and reedited in 1999 by Mozambique Historic Archive. The romance can be situated in the exotic stage of colonial literature in Mozambique, traduced in all segments descriptives, the excitation of European spirit during the discover of Africa. Is important to refer that the Portuguese colonial literature ruled particularly by representation of African symbology and ideology started in century XX, knowing her assignable vitality with the adventure of New Estate, in 1926. Working in narratology as theoretical area, from this colonial text was demonstrated that not only should seen the exotism as factor to the colonial literature, but also was possible to discover other literary tendencies associated to the her, as is the case of the naturalism. It was ended that the sexuality just as was conceived by the naturalism is the principal element of N’fuca representation.

Keywords: naturalism, representation, image; thematic Code.

1. Introdução

O estudo enquadra-se na literatura colonial, tendo como perspectiva teórica – a narratologia na estética do naturalismo e pretende descrever as linhas temáticas

do naturalismo que são associadas às personagens representadas¹ em “Zambezi-ana-Cenas da Vida Colonial”, de Emílio de San Bruno. Tendo sido publicado, pela primeira vez, em 1927 e reeditado em 1999 pelo Arquivo Histórico de Moçambique, o romance integra-se na primeira fase da literatura colonial, a exótica, trazendo, em muitos dos seus segmentos descritivos, o deslumbramento que a descoberta do Outro provoca no espírito dos europeus.

Assim, a realização deste estudo justifica-se por duas razões: a primeira, sob o ponto de vista histórico, por ser um romance integrado num universo literário (incluindo, p. e., poesia, narrativas de viagens, relatos de missionários, diários, etc.) menos explorado, talvez pela própria designação, ‘literatura colonial’ e o próprio termo ‘colonial’ ligado a questões ideológicas; por esse facto, achou-se fundamental trazer à luz um estudo que visa proporcionar uma atitude crítica do romance com enfoque nas estratégias técnico-literárias. A segunda, analisadas as abordagens feitas em torno dele, inclusive as duas notas introdutórias que o precedem, designadamente, a introdução histórica e o comentário crítico de José Capela e Fátima Mendonça, respectivamente, é considerado objecto da investigação visto que apresenta aspectos intrínsecos ligados às tendências estéticas do naturalismo, movimento cultural francês do século XIX.

Relativamente aos objectivos, no estudo, mostrar-se-á a relação entre as categorias diegéticas e discursivas na configuração de elementos representados na diegese. Será, igualmente, apresentada a relação que as personagens estabelecem entre si em relação a pequenas parcelas temáticas que as revestem. Por fim, demonstrar-se-á o papel desempenhado pela N’fuca (uma vez que constitui o núcleo através do qual se configuram funcionalmente as outras personagens) e pelos seus antagonistas (Sousa, Teixeira, Lucena) na construção do sentido geral da diegese.

Atendendo ao âmbito do estudo tal como é perspectivado nos objectivos e, pretendendo fazer uma abordagem histórico-literária, propõe-se, como problema, a seguinte questão de partida: de que forma a concepção do ideário naturalista se associa à representação das personagens em “Zambezi-ana-Cenas da Vida Colonial”, de Emílio de San Bruno?

¹ Em relação à representação/imagem, o estudo vai centrar-se na perspectiva de Machado e Pageaux (1988), porque, para estes autores, a imagem literária é um conjunto de ideias sobre o estrangeiro, incluídas num processo de literarização e também de socialização (como elemento cultural que remete à sociedade). Como suporte teórico, em “Zambezi-ana” a imagem da mulher negra é apresentada de forma estereotipada, fruto da visão que o colonizador tinha do colonizado, pois, nessa época a mulher negra era vista e descrita a partir dos seus traços físicos (Barros, 2005, p. 9).

No que cerne à metodologia, optou-se pela pesquisa documental através do uso sistemático de materiais impressos e de toda informação proveniente da comunicação escrita, quer fontes de natureza primária como, p. e., “A Zambeziana” e “Nana”, de Emilio de San Bruno e Emilio Zola, respectivamente; quer secundárias, fontes através das quais se problematizou a razão do ser da literatura colonial. A análise centrou-se no método filológico, já que se precisava do corpus da “Zambeziana” que permitisse testar a viabilidade e aplicabilidade das hipóteses que ostentam a pesquisa. Como forma de perceber a essência da representação na estética do naturalismo, optou-se pelo método comparativo² que também permitiu comparar as estratégias através das quais os autores encaram a sexualidade, a animalidade, entre outras pequenas parcelas temáticas em “Zambeziana” e em “Nana”. A escolha destas duas obras, muito embora marquem contextos, épocas e posicionamentos bem diferentes, coincidiu, naturalmente, pela existência de diversas vozes ‘idênticas’ que concorrem à sua intrínseca análise textual.

Espera-se, assim, que os resultados da pesquisa permitam que se encare o exotismo estético e ideológico não só como elementos subjacentes à literatura colonial tal como o defendem vários autores, mas também, a partir desta análise, descobrir aspectos associados a diversas tendências literárias (p. e., o naturalismo).

2. Literatura colonial: aspectos intrínsecos e suas peculiaridades

“[...] Atrás, os culotes deixavam ainda entrever a ponta da camisa. E, com os braços e os ombros nus, a ponta dos seios erguida, na sua adorável juventude de loura opulenta de carnes, continuava a segurar a cortina, como para a puxar novamente ao menor sobressalto [...]”, in: Emilio Zola, “Nana”. p. 96.

Mata (1993, p. 92/3) refere que o conceito ‘colonial’ não é meramente político, mas sim, civilizacional. Para Mata, a dimensão colonial interfere na organização política, jurista, económica e social; condiciona e plasma toda a mundialidade do povo colonizado, forjando uma ideologia colonial: a sua filosofia, as suas manifestações, estéticas, o seu imaginário, o seu código moral e ético, enfim, o seu sistema civilizacional. Por seu turno, Laranjeira (1995, p. 26) vê o conceito ‘literatura colonial’ como sendo diferente da sua expressão no Brasil. Para este autor, em África, significa uma literatura escrita e publicada na maioria esmagadora

² A literatura comparada como disciplina autónoma e de maneira sistematizada surge no século XIX no contexto europeu, estabelecendo a relação de influência entre os autores e um instrumento para mostrar a força de um país e/ou cultura sobre outro (a). Mais tarde, sobretudo no século XX, já com uma nova perspectiva, através da teoria de intertextualidade de Júlia Kristeva (dialogismo), estética de recepção, estudo da tradução literária, a literatura comparada passou a comparar obras literárias, o estudo das relações entre literatura e outras artes, literatura e ciências sociais. É neste sentido que surgiu a ideia de se fazer uma comparação de “Zambeziana” com “Nana”, publicadas em 1927 (séc. XX) e 1879 (séc. XIX), respectivamente.

dora por portugueses numa perspectiva de exotismo, evasão, preconceito racial e reiteração colonial e colonialista. A visão de mundo, o foco narrativo e as personagens principais eram brancos, colonos ou viajantes e, quando integrados os negros, estes eram avaliados de modo exógeno, folclórico e etnocêntrico, sem profundidade cultural, psicológica, sentimental e intelectual.

Segundo Noa (1999, p. 59), falar hoje em literatura colonial³ constitui, sem sombra de dúvida, um empreendimento verdadeiramente delicado com o seu *quid* de temerário, isto porque há um enorme e generalizado desconhecimento do que seja a literatura colonial, mesmo para os que aparentemente manifestam algum conhecimento, rapidamente se verifica que assentam em bases precárias, e que os levam erroneamente a identificar essa literatura com toda a literatura que se fazia nas antigas colónias.

Brookshaw (2000, p. 36) identifica um dos traços característicos da literatura colonial como, por exemplo, o facto de os seus heróis terem que conciliar o seu desejo de aventura, o que implica também um certo fascínio pela nova realidade cultural em que se encontravam e a sua capacidade de preservar a sua própria identidade cultural, a sua autoridade como representantes do poder imperial. Paralelamente ao comentário de Chapman (1996, p. 147) em torno das literaturas da África Austral (p. e., Moçambique, Angola, Malawi), são identificados certos traços da literatura colonial tais como; a convicção de que a civilização está centralizada na Europa; que a vida colonial constitui um exílio temporário e que a paisagem e os indígenas são exóticos e exploráveis.

De acordo com Ferreira (1997), a literatura colonial define-se essencialmente pelo facto de o centro do universo narrativo ou poético se vincular ao homem europeu e não ao homem africano. No seu contexto, o homem branco é elevado à categoria de herói mítico, o desbravador das terras inóspitas e portador de uma cultura superior.

Há, pois, que ler a literatura colonial não com um sentido permanente de destruição, de terrorismo leitoral, que só denotam insegurança e intolerância do leitor/crítico, tão contrárias ao espírito científico, mas com um sentido de pesquisa e de aprendizagem, buscando nela elementos e factores causativos e germinativos para a consciência literária nacional, para a independência intelectual que, nas colónias, surge sempre muito antes da independência política, (cf. Trigo, 1987, p. 147) apud (Noa, op. cit., p. 60).

³ Para Abranches (1947, p. 3) apud Noa (op. cit., p. 61), entenda-se, por literatura colonial, a que pretende contar as reacções do branco perante o meio-ambiente do negro, i. e., toda essa espécie de descrição mais ou menos ficcionista, que introduz pessoas imaginariamente vindas de ambientes culturais desenvolvidos, civilizados, para meios-ambientes primitivos.

Entretanto, tal como refere Mendonça (1999, p. xii/xxii), as narrativas coloniais são accionadas por narradores posicionados a partir de um espaço empírico, a colónia, com a qual o narrador e as personagens se identificam, manietados pelo discurso legitimador da empresa colonial, obedecendo a estereótipos reconhecíveis, desde a ‘superioridade’ europeia ao louvor da sua acção ‘civilizadora’, justificação maior da escravatura e da colonização. De modo geral, trata-se de uma escrita com um discurso que se distancia da *literatura exótica* pela relação que estabelece entre o sujeito e o lugar a partir do qual se manifesta. O narrador posiciona-se a partir de um espaço empírico em que se insere. Pelo contrário, na exótica, o narrador fala de uma realidade que lhe é estranha e à qual adere pela consciência de uma alteridade que o obriga a reconhecer o Outro.

Avançada aqui a ideia do exótico por Mendonça (op. cit.), numa intervenção mais profunda sobre este assunto, Mouralis (1982, p. 74/5) refere que a literatura exótica deve ser considerada, pelo menos em princípio, i. é., independentemente da forma e da qualidade desse exotismo, como o começo de uma subversão deste, já que, desde logo, se torna possível a utilização de um outro sistema de referência. A paisagem exótica vai desempenhar um certo número de funções, cada uma das quais implicará senão uma filosofia, uma direcção ideológica, caracterizando-se como um esforço para introduzir, no campo literário, um outro cenário natural além do que, até então, servia de enquadramento às obras e cujos cânones tinham sido fixados pela tradição.

Nesta linha de ideias, estudo fica assente na abordagem de Mouralis (op. cit.), ao se considerar a existência, por um lado, de uma literatura exótica (que veicula um certo número de estereótipos que se resumem na noção vaga e, além disso, muito pouco geográfico de trópicos) e, por outro lado, a colonial, destacando-se, no primeiro caso, as primeiras obras dos escritores europeus recém-chegados às colónias.

Após esta discussão, pode-se deprender que falar da literatura colonial implica considerar a representação do ‘Outro’, a partir de um discurso legitimador colonial, ‘Eu’, isto é, uma literatura que é produzida no âmbito da presença das potências imperialistas em África, traduzindo-se, de certa forma, a valorização de uma cultura e de uma civilização em detrimento da outra.

3. O impacto do Ocidente na motivação, configuração e afirmação da literatura colonial em África, particularmente em Moçambique

Tal como sublinha Said (1990, p. 210/11), o europeu, no que podia dizer sobre o Oriente, era consequentemente um *racista*, um *imperialista* e, quase totalmente um *etnocentrista*. Repare-se que as (3) características aqui avançadas por Said,

com motivações culturais, políticas e ideológicas, atravessaram praticamente todo o texto colonial. Ao se concordar com esta ideia, em “Zambeziã” é evidente, no percurso de Lucena, Teixeira e Sousa, a tendência em que o branco representa uma ideia e uma realidade que implicam a sua posição ponderada em relação ao mundo negro. É natural nas colónias falar de um estilo de vida de acordo com um código de regulamentos fundamentados pelo estado colonial (p. e., a vida quotidiana dos dois tenentes).

Fazer uma análise do Orientalismo significa enfatizar a evidência que, de modo algum, é invisível de tais representações como representações, e não como descrições ‘naturais’ do Oriente. Essa evidência pode ser encontrada não só no chamado texto verdadeiro (história, análises filológicas, tratados políticos), como também no texto abertamente artístico (claramente imaginativo); o que se deve procurar são as figuras de estilo, de linguagem, os cenários, os mecanismos narrativos, circunstâncias sociais e teóricas, e não a correcção da representação nem a sua fidelidade, (Said, op. cit., p. 32/33).

Edward Said privilegiava a literatura inglesa e francesa, dando especial atenção ao Oriente Médio e ignorava a existência de uma tradição orientalista na literatura portuguesa, e se o estudioso palestino menciona a presença portuguesa no Oriente, limita-se ao período hegemónico de Portugal, ou seja, o século XVI⁴.

Buscando fundamentos na teoria de Said como forma de perceber a representação exótica do Oriente pelos europeus já no contexto africano, especificamente nas colónias portuguesas (Moçambique, Angola, Cabo Verde, etc.), arquivos históricos dão a entender que este período começa exactamente com a expansão portuguesa à África no século XV (1498), tendo ganho maior ímpeto depois da Conferência de Berlim em (1884-1985) após a discussão sobre a partilha oficial pelos países africanos. Neste contexto, convém reconhecer que as orientações políticas e ideológicas sobre a colonização no Oriente transpostas para a visão de África podem aparecer, em primeiro lugar, como resultado do choque brutal de duas civilizações e/ou motivações culturais diferentes (europeia e africana) concebidas nas suas realizações materiais e na negação de uma cultura pela outra, o que facultará à literatura colonial o reflexo de tais perturbações.

4. Uma abordagem em torno da “Zambeziã”: às análises textuais

Como lembra Capela (1999, p. vi/vii), a acção em “Zambeziã” tem lugar na vila de Quelimane, capital do antigo distrito e actual província da Zambézia, sendo evidentes, no romance, sinais que mostram que a acção é baseada no

⁴ Brookshaw (op. cit., p. 33).

período de transição do sistema dominial para o capitalismo das companhias de plantação (i. e., período de transição do feudalismo para o capitalismo). Personagens como, Sousa, Guilherme de Carvalho e Brás Lobato são, em geral, figuras da vida real, ou seja, são personagens que representam portugueses que mais se destacaram durante o governo de Azevedo Coutinho tais como tenente João Pinto, Gago Coutinho e D. Pedro de Almeida, respectivamente.

Para Brookshaw (op. cit., 38), em “Zambeziana”, Paulo é mais observador das acções dos ‘outros’ do que participante no drama da história. Representa o protótipo de um bom colonial já que não se rende perante atracções que o poderiam comprometer nas suas funções profissionais.

Barros (2005, p. 30/2) refere-se ao facto de a mulher negra em “Zambeziana” apresentar características que a remetem à animalidade, ou seja, há uma associação entre a personalidade e a fisionomia dos africanos aos animais e à terra. Por seu lado, refere-se à existência de uma mulher vingativa e violenta, uma vez que ‘N’fuca possuía uma cobra venenosa por meio da qual tencionava matar Sousa. Associando a ideia da vingança e da animalidade, ambas consideradas por Barros à ideia da sexualidade como elementos ideológicos subjacentes à concepção do naturalismo, Mendonça (op. cit: xix) encara N’fuca, naturalmente representada como sensual, lasciva, misteriosa, poderosa e instintiva. Para esta autora, N’fuca desempenha um papel não de objecto sexual, nem de fonte de prazer tal como a concebe Barros, mas sim, de sujeito activo, portadora de um poder que a coloca num plano superior ao comum dos mortais.

Considerar o vício e a sexualidade como elementos que suportam a representação de personagens em “Zambeziana”, para Said (op. cit., p. 315/6), a sociedade árabe é representada em termos quase totalmente negativos e passivos. A representação é um modo de tratar com a grande variedade e o poderio da diversidade árabe cuja fonte se não é intelectual e social, então é sexual e biológica. O tabu absolutamente inviolável no discurso orientalista é que essa mesma sexualidade nunca deve ser levada a sério aos árabes.

5. Representação/imagem: conceitualização

A representação remota, enquanto conceito a definir, à antiguidade clássica sobretudo às reflexões platónicas e aristotélicas sobre os procedimentos imitativos adoptados pelos discursos de índole estético-verbal (Reis e Lopes, 2004, p. 354).

À teoria de Platão (idealismo), considerava a ideia da coisa, a sua imagem como sendo uma projecção da mente. Aristóteles (reflectindo sobre a noção de representação ligada à teoria da *mimesis*) considerava a imagem como sendo uma

aquisição pelos sentidos, a representação mental de um objecto real.⁵ Referindo-se à *mimesis* (imitação), exige uma distinção clara entre o modo de representação dramática (p. e., na tragédia) e o modo de representação narrativa (p. e., na epopeia).

Por um lado, a representação deve ser entendida em termos dialécticos e não dicotómicos, o que significa que entre representante e representado existe uma relação de interdependência activa, de tal modo que o primeiro constitui uma entidade mediadora capaz de concretizar uma solução discursiva que, no plano da expressão artística, se afirma como substituto do segundo que continua ausente (Reis e Lopes (op. cit., p. 355). Por outro lado, para Bonati (1980, p. 24) apud Reis e Lopes (op. cit.), a representação é uma entidade cuja eficiente actualidade, paradoxalmente, coincide com o seu colapso. Quando uma representação funcionar como representação, ela não é entendida como representação, mas como o próprio objecto representado.

Uma vez que a imagem é entendida como sendo a reflexão entre Eu (representante) e Outro (representado), naturalmente, há, entre estes, uma relação de interdependência. A imagem funciona adequada e eficientemente só quando é confundida com o seu objecto. Outra perspectiva pertinente para o estudo encara a imagem como resultado de uma distância significativa entre duas realidades culturais, ou melhor, a imagem é a representação de uma realidade cultural estrangeira através da qual o indivíduo ou grupo que a elaboram revelam e traduzem o espaço ideológico no qual se situa (Machado e Pageaux, 1988, p. 58).

A problemática em torno do conceito imagem fica assente na perspectiva de Machado e Pageaux (1988), justamente porque para estes autores a imagem literária é um conjunto de ideias sobre o estrangeiro incluídas num processo de literarização e também de socialização (como elemento cultural que remete à sociedade). Como suporte teórico, em “Zambeiana” a imagem da mulher negra é apresentada de forma estereotipada, fruto da visão que o colonizador tinha do colonizado, pois, nessa época a mulher negra era vista e descrita a partir dos seus traços físicos, (Barros, op. cit., p. 9).

6. Narrador: do discurso à diegese

Tal como discutem Reis e Lopes (op. cit., p. 257/8) no seu Dicionário da Narratologia, a definição do narrador deve partir da distinção inequívoca relativamente ao conceito autor; entidade real e empírica e narrador; como invenção do autor, fazendo com que sejam projectadas nele certas atitudes ideológicas, éticas,

⁵ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem>>. Acesso em 13 de Maio de 2010.

culturais, etc. Conforme Reis (1999, p. 354/5), o narrador é uma entidade fictícia a quem cabe a tarefa de enunciar o discurso como protagonista da comunicação literária cujo estatuto difere tanto do ponto de vista ontológico, como do ponto de vista funcional do estatuto de autor empírico. Por sua vez, possui uma função *enunciativa* que lhe permite postular a existência de um destinatário do acto narrativo que é o narratário.

O narrador tem a *representação* como função primária, i. e., de produzir intratextualmente o universo diegético (personagens, acções, etc.), de organização e controlo das estruturas narrativas. Como função secundária e, não, necessariamente actualizada, cabe a ele a *interpretação* do mundo narrado (Aguiar e Silva, 1984, p. 759). Enquanto instância produtora do discurso, o narrador é *heterodiegético* se não é co-referencial com nenhuma das personagens da diegese; por conseguinte, não participa na história narrada. Se, pelo contrário, é co-referencial com uma das personagens da diegese, participando na história narrada, este assume o papel de *homodiegético*. Também pode-se dar o facto de este ser co-referencial com a protagonista do romance, daí a sua classificação como *autodiegético* (Aguiar e Silva, op. cit., p. 761/2).

Tal como acontece com o narrador autodiegético, a situação narrativa instaurada pelo narrador homodiegético suscita leituras interessadas no recurso a códigos temporais e de focalização activados em tal situação narrativa (Reis e Lopes, op. cit., p. 259/266).

Segundo Tacca (1983, p. 62/4), em relação ao ponto de vista do narrador, há que ter em conta dois modos: (i) o narrador está fora dos acontecimentos narrados, referindo-se aos factos sem nenhuma alusão a si mesmo; (ii) o narrador participa nos acontecimentos narrados assumindo um papel *protagónico*, *secundário*, ou de um *mero testemunho* presencial dos factos, identificando-se com uma personagem. Dito isto, Tacca distancia-se das três categorias propostas tanto por Aguiar e Silva como por Reis e Lopes no que diz respeito à classificação do narrador enquanto entidade responsável pelo acto comunicativo numa diegese. É nesse sentido que parecem fundamentais as categorias propostas por Genette, à medida que se destaca Paulo em “Zambeziãna” como narrador homodiegético; pois, convivendo com outras personagens no romance (Lucena, Sousa, Guerra, Teixeira, N’fuca, Braz, etc.), retira, destas, informações para construir os seus relatos através do seu raio de observação. Obviamente, este é caracterizado não só por um discurso romântico, como também se mostra seduzido por um mundo com o qual toma contacto pela primeira vez e pelo qual se deixa envolver, confere Mendonça (op. cit., p. xv).

Neste sentido, focalizar-se a atenção em “Zambeziana” como um *romance naturalista*, onde Paulo é observador externo a partir do qual são representadas as personagens, cabe a este observador facultar os dados tal como os observa, fixar o ponto de partida, estabelecer o terreno sólido sobre o qual vão movimentar-se as personagens e o desenrolar dos fenómenos (acções).

São, portanto estes e outros aspectos que podem religar o romance ao Naturalismo e, efectivamente, há neste movimento o princípio da valorização dos factos observados e a crença no desenvolvimento de leis naturais que explicam o devir das sociedades e as transformações a que os homens estão sujeitos⁶.

7. Código temático: relação tema vs. motivo

Fazer uma análise semiótica virada para este código, para Reis (1992, p. 400) é preciso, primeiro, descrever as características e os factores que propiciam a sua constituição, começando por se confrontar com a necessidade de definir o conceito *tema vs. motivo*.

Machado e Pageaux (op. cit., p. 116) definem *tema* como um elemento constitutivo e explicativo do texto literário; elemento que ordena, gera e permite produzir o texto, e *motivo*, um elemento a que se iria chamar acidental ou decorativo. Para estes autores, cabe ao tema a função estruturante e ao motivo tudo aquilo que precisamente não intervém no plano das estruturas, dos princípios organizadores do texto. De acordo com Coelho (1969, p. 332)⁷, o tema corresponde a uma atitude descritiva perante o texto, atitude de quem encara um poema não na dimensão temporal, mas na dimensão do espaço, como realidade estática, estrutura de elementos sincrónicos.

Com os Formalistas Russos, o motivo constitui a mais pequena parcela temática do texto, susceptível de imigrar de narrativa em narrativa, guardando sempre uma configuração reconhecível. Trata-se, pois, de elementos mínimos e indecomponíveis do material temático, susceptíveis de serem traduzidos através de uma proposição. Por seu turno, classificam-se em estáticos (os que traduzem uma situação, um estado, permitindo a descrição das personagens e do espaço físico ou social que as envolve), e em dinâmicos (os que traduzem a modificação de uma situação e correspondem sempre a uma acção das personagens (Reis e Lopes, op. cit., p. 242/3).

Seguindo a proposta de Aguiar e Silva (op. cit., p. 713), o motivo constitui uma entidade invariante pertencente ao plano ético, podendo ser definido como

⁶ Zola (1971, p. 63/4) apud Reis (op. cit., p. 443/4).

⁷ Coelho (1969, p. 332) apud Reis (op. cit., p. 400).

uma proposição que predica uma acção em relação a uma personagem. A análise temática concebe os motivos como esquemas expressivos, frequentemente assimilados a um repertório de metáforas, que plasmam um determinado tema germinal (Reis e Lopes, op. cit., p. 242).

Contudo, partindo destes níveis de definição de tema e motivo, há que considerá-los como estruturas que asseguram o código temático, pertencentes não só ao sistema literário, mas também a outros domínios artísticos (p. ex., música, pintura, etc.) e, ainda que se manifestem de formas diferentes, na literatura, são associados às categorias narrativas (personagens, acção, espaço, tempo, etc.). Desta forma, o estudo assenta essencialmente nos princípios de Machado e Pageaux (op. cit.), visto que na sua abordagem se considera, p. e., a morte, o amor, o medo, a cidade, a guerra, o mar como temas *universais*⁸ aplicados à literatura, bem como a outras artes, ainda que a expressão literária mude de época literária para outra.

Partindo desta breve orientação teórica, em “Zambeziana” reconhece-se a sexualidade e a animalidade como algumas das linhas temáticas do naturalismo. Todavia, há que entender o código temático *naturalista* como dependente de uma concepção determinista da existência que o leva a analisar o homem esvaziado de arbítrio individual, condicionado por forças materiais que o transcendem (vd. Reis, op. cit., p. 409). Efectivamente, o naturalismo é um movimento que associa o homem à natureza, ou seja, o homem age segundo o seu instinto; os naturalistas vêem no comportamento do ser humano traços da sua natureza animal.

8. Uma leitura intra-textual e crítica da “Zambeziana”

Com um total de (307) páginas, divididas em (22) capítulos, “Zambeziana” apresenta duas partes: a primeira, em que as atenções de Paulo se centram no litoral através do percurso que faz da cidade da Beira até Lourenço Marques, e, a segunda, que constitui a diegese, propriamente dita, começa com a sua chegada a Quelimane até ao desenlace histórico. Em termos de conteúdo, Paulo, diante de uma nova realidade geográfica e cultural, com visões não, essencialmente eurocêntricas, espanta-se pela Zambézia e, já conhecendo o Sousa, soubera que era amante de n’anha N’fuca com a qual tinha um filho (Niné). N’fuca, sedutora, devoradora de homens, vaidosa, violenta, etc., querendo vingar-se de Sousa, uma vez que a deixaria desprotegida, dois dias antes de o alferes viajar a Lisboa, ela sofre uma mordedura de uma cobra venenosa.

⁸ É importante sublinhar que o carácter universal do tema tem a ver com a condição de entidade abstracta e polarizadora de sentidos, bem como com a irradiação e circulação histórica, geográfica e cultural (Reis, op. cit., p. 402).

O texto é atravessado por uma linguagem simples acompanhada, nalguns casos, por intervenções retóricas. O discurso, também simples, é marcado por recursos estilísticos dos quais se destacam as figuras de pensamento (p. e., a interrogação, muito sugestiva na fala de Paulo, o autor dá realce ao seu lado admirador e encantador pela terra alheia) e de linguagem (p. e., tropos, pleonasma). No entanto, N'fuca, quanto à composição, é uma personagem redonda, que, sendo protagonista, desempenha um papel central na história; apresenta um discurso, comportamento e atitudes que mudam dependendo das circunstâncias; evolui ao longo de toda a narrativa o que lhe confere o seu carácter dinâmico uma vez comparada com outras personagens presentes no cenário diegético, tal como se pode ver:

“[...] Dona Rosário, fazendo uma cortesia à moda indígena, curvou-se, dobrou os joelhos, bateu as mãos levando-as depois cruzadas sobre o peito [...]”, (Zamb. p. 116/7).

8.1. A dimensão temática: uma leitura da sexualidade

Apresentados os eixos que irão permitir descrever a forma através da qual a concepção naturalista se associa à representação das personagens em “Zambesiana”, neste quadro a análise vai incidir no percurso da protagonista, ou seja, encarar-se-á a sexualidade como o elemento estruturador de representação da N'fuca. Vejam-se os fragmentos:

“[...] era uma criatura esquisitamente bela. Um corpo de estátua graga, côr (*sic*) de nogueira encerada, com uns tons de vermelho desmaiado, escuros onde a claridade não chagava. [...] Sentada sobre a caixa, com a perna traçada, o pé nu aparecia-lhe por debaixo do magnífico e caro de pano de *costa* que cingia justo o torso cheio; na ponta do pé, brincava-lhe nos dedos uma pequeníssima babucha *monhé* de fino entrançado de palha de bambu forrada por dentro da seda verde claro [...]”, (Zamb. p. 118)

“[...] com uma pele lisa e fina da cor de um bronze fulvo em que se acobressem as orelhas enfeitadas de grossos e pesados brincos de ourivesaria hindu, o queixo breve e redondinho, olhos negros de um azeviche [...] braços belos como os de uma bela estatua [...] seu andar ligeiro, deslizante, serpentino [...]”, (ZAMB. p. 121)

Funcionalmente, a intervenção particular desta personagem joga um papel na associação que dela se faz a um ser sexual. Na verdade, o destaque da sexualidade de N'fuca resume-se não só na sua fisionomia, sua esbelteza corporal (morfologia), mas também na sua dimensão sociocultural, ou por outras, é a sua realidade sociocultural que vai ditar a razão das suas perfeitas feições, sua psicologia, suas atitudes, comportamentos, enfim, o seu aspecto fascinante, encantador e perturbador. A manifestação sexual de N'fuca será, desta forma, explicada, biológica e naturalmente como resultado da sua miscigenação, isto é, nos episódios voltados à percepção da sua verdadeira origem, surgem enormes dificuldades relativas

à sua identificação; de origem africana, asiática e de descendência de brancos encontram-se enraizadas as suas perturbações sexuais. Veja-se:

“[...] Que ela, preta, o que se chama preta não é. [...] Pois mulata também não é [...] também não é branca! [...] Será indiana! [...] Também não é...n’ha N’fuca é zambeziana [...] Paulo calou-se, não era branca, não era preta, não era mulata!...que diabo! [...]”, (Zamb. p. 113).

À sexualidade associada a vaidade, a esbelteza, a ira, etc., na imagem de N’fuca, através da focalização interna, o narrador projecta certos pormenores que a tornam uma autêntica Vénus. Com uma expressão corporal excitante nenhum homem a ela resistia, enlouquecia-os com as suas profundas lascivas, aliás, é o próprio Paulo (cf. Zamb: 117) que, à primeira vista, se apaixonara pelo brilho que nesta esplêndida feitura se reflectia:

“[...] uma ferosa compleição de mulher, encerrada no corpo provocante e sedutor de uma Vénus zambeziana. —Fisiologicamente, nada natural [...]”, (Zamb. p. 166).

Neste estudo enfatiza-se a sexualidade como aspecto estruturador de representação de N’fuca. Face a diferentes funcionalidades e posicionamentos que ela apresenta e que a tornam uma personagem imprevisível, concordar-se com Machado e Pageaux (op. cit., p. 58) quando afirmam que a imagem é a representação de uma realidade cultural estrangeira, porquanto a imagem sexual desta personagem se constrói a partir de um discurso ideológico legitimador (mulher e/ou fêmea fatal, fina, fera, voragem, educada, etc.) criado pelo observador a que o raio de focalização se encontra, privilegiando sobretudo as associações ideológicas, assim como através da representação e exaltação do seu aspecto físico que se reflecte nas diversas esferas da sua inserção social.

Ainda no mesmo diapasão, embora sejam personagens (coadjuvantes) que, funcionalmente, desempenham um mero papel na diegese e que giram em torno da protagonista, reconhece-se a expressão sexual na representação das *molecas* que cuidavam da N’fuca:

“[...] Iam passando algumas mulheres e raparigas [...] corpos esguios, de ancas delgadas [...] ao corpo traziam enroladas fiadas de missanguinhas, cujas cores sobressaíam e ressaltavam sobre os pequenos seios das raparigas [...], (Zamb. p. 85);

“[...] mostrando a brancura das belas fiadas de dentes que brilhavam entre os grossos beiços vermelhos no escuro retinto das faces, com as pupilas negras, de reflexos de polido azeviche, que rolavam rápidas nas alvas brancas levemente azuladas [...]”, (Zamb. p. 115)

Em ambos os exemplos, à semelhança de N’fuca, dotado de uma perspectiva narrativa, o narrador representa estes traços, embora sejam superficiais e, materialmente observáveis, como elementos extrínsecos associados à beleza e ao

lado fascinante da Mulher zambeziana e que se exerciam sobre os homens que a rodeavam.

8.2. A dimensão temática: uma leitura da animalidade

A relevância em se colocar a animalidade bem como outras pequenas parcelas temáticas a ela associadas (vício, desejo, emoção, traição, etc.) como aspectos intrínsecos que permitam desenvolver uma leitura crítica da “Zambeziã” deve-se ao facto de estes constituírem elementos cruciais de representação de Teixeira, Lucena, Sousa e Brás Lobato. O discurso de Lucena mostra uma realidade que se substancia aos recém-chegados às colónias e que, estando numa terra que lhes é exótica e alheia sob o ponto de vista ideológico, são dominados particularmente pelos seus instintos e seus desejos emocionais. A título de exemplo, Sousa, rivalizando-se com a protagonista e, *antagonista*, se se reiterar a sua relevância em relação a outras personagens, casado em Portugal, estando em Quelimane, procura alguém (N’fuca) que lhe agrade às suas emoções e às suas necessidades biológicas.

“[...] O portuguesinho chega com um sonho de ouro...e acaba por agricultural a terra; se dali a algum tempo cria interesses, arranja logo fêmea que lhe agrade aos sentidos [...] –Tem havido muitos europeus assim, a até lhe podia citar nomes de camarada nossos, belos rapagões, cheios de mocidades ardente, e que deram por aqui em *mzungos*, e estão contentes [...]” (Zamb. p. 65/6)

Em conformidade com os fundamentos de Said, nos fragmentos discursivos que se seguem são evidentes as consequências do cruzamento das duas culturas no Oriente (brancos vs. negros) e constituem revelações que se enquadram e se encaixam na representação de Teixeira, Lucena e Brás Lobato. Assiste-se, neste caso, ao facto de estas personagens assentarem no pressuposto da sua superioridade cultural e civilizacional, enraizadas por uma retórica exótica marcada por descrições estereotipadas sobre o Outro (negro). Além disso, são personagens dominadas por um tom que as aproxima ao vício sexual, à emoção e aos desejos.

“[...] Não há-de ser tu que ma raptarás, tu já sabes isso...já sabes que ela nunca te quis. Ora meu amiguinho [...] o Teixeira destravou um riso amarelo, franziu a testa pálida [...]”, (Zamb. p. 101). “Mas você parece que sabe muita coisa a respeito dessa senhora? Perguntou o Brás Lobato, já interessado, o olho gázeo, a garganta encharcada em transpiração [...] E você ralado! Até já me está a criar água na boca – disse o Brás Lobato, arqueando mais o torso. – Quem me dera agora [...]”, (Zamb. p. 147)

Associada, à animalidade, a traição, a cobardia e a crueldade, estas características desempenham um papel imprescindível na representação de Sousa, Teixeira e Brás Lobato. Encarar Sousa como uma personagem *plana* dada a sua

mera complexidade relativamente à N’fuca, mediante esta mudança de atitudes, o narrador descreve-o, partindo dos seus valores morais, seu estado psicológico e espiritual que se resumem na sua maldade ligada, então, à sua natureza animal.

A partir da voz do narrador, evidentemente nos fragmentos discursivos a respeito de Brás Lobato vincula a sensação de um vício sexual inato determinado pelos seus desejos bestiais que se constroem e se configuram através do seu carácter agressivo e violento. É uma personagem que apresenta uma expressão moral bastante fraca que, fácil e emocionalmente se perturbava com a fisionomia de N’fuca e da sexualidade da Bandiná.

“[...] preciso de uma mulher que me rale, que me esfole, que me chupe [...] – vim para a África para me casar, pois que na Europa nunca fui capaz...[...].” (Zamb. p. 146/58). “[...] – E eu nem ao menos a canja provei! Oh Sousa você desculpe...mas eu tinha conferenciado, hein! Com uma mulatinha bonita que andava na varanda toda saracotices [...]”, (Zamb. p. 220).

Teixeira, antigo administrador do prazo Madal, é uma figura emblemática, também, psicologicamente emocionada. Sentindo-se perturbado ao lado de Sousa já que com ele mantinha uma relação não saudável por causa de N’fuca, acontece que ele a encarava como uma fêmea fatal, uma voragem e, acima de tudo, uma prostituta. A insegurança de N’fuca com Teixeira ganha maior relevo: após uma noite que passara junto dela, e, sentido-se feliz ao lado das suas fantasias sexuais, já sabendo da presença temporária de Sousa, considerava-se um verdadeiro herói e, por conseguinte, uma ocasião oportuna de possuí-la:

“[...] Agora é que é talvez ocasião de eu aproveitar...para domar aquela menina bonita – disse o Teixeira casquinando uma gargalhada abafada [...] o que tem mais graça é que o Sousa me pediu ontem para eu olhar pelo Niné. Então que diz a isto? [...]”, (Zamb. p. 265)

8.3. Os papéis sexuais na representação da protagonista em “Zambeziana” e em “Nana”

Demonstrados, através de algumas estratégias técnico-literárias, na primeira parte da discussão de dados, os aspectos através dos quais a concepção do ideário naturalista se associa à representação em “Zambeziana”, a seguir faz-se uma leitura comparativa que, de “Zambeziana” se pode estender para “Nana”, uma das obras mais conhecidas de Emílio Zola, expoente máximo do naturalismo, doutrinador, crítico e romancista francês do séc. XIX. Ainda que se reconheça o papel da ficcionalidade uma vez configuradas as conexões entre o mundo por Zola criado e o mundo real, “Nana”, marcada por uma multiplicidade na fala de personagens e uma linguagem bastante rica, é uma narrativa que reflecte a realidade da sociedade francesa durante a época do imperador Napoleão III, estando

projectados, num quadro realista, os abusos e a corrupção que marcavam sobretudo a classe nobre.

Fazer uma associação inter-textual implica considerar a prostituição como a principal parcela temática que atravessa ambas as obras. Nana, também uma personagem redonda à semelhança de N'fuca, instalada no seu apartamento, descendente de uma família pobre, torna-se uma prostituta de luxo e atinge a riqueza à custa do seu comércio carnal. Com uma expressão sexual sedutora, atrai e oferece-se aos desejos selvagens dos homens (p. e., ao conde Muffat, Fontan, Steiner, etc.) como objecto sexual e fonte de prazer, todavia por um único objectivo, o de atrair mais a riqueza. É um fenómeno comum e bem visível em “Zambeziana”, porque N'fuca, dotada de uma dimensão psicológica e uma consciência que a tornavam uma fera, deita-se seja com o Sousa seja com o Teixeira, também por um objectivo, mas, neste caso, diferente do da Nana. A título exemplificativo, diante deste último, além de se comportar como uma escrava de sexo, o seu andar deslizando, a multiplicidade de cores que nela se reflectiam, a sua forma e elegância, aproximavam-na a uma Vénus. Veja-se o excerto:

“[...] à luz velada do luar ela apareceu-me completamente nua, apenas com o tanguero de decência, fina renda de missanguinhas multicolores presa em redor dos rins amplos por um cordãozinho de missangas vermelhas e, na sua bela plástica tangarina foi-se ajoelhando até ficar na posição clássica duma Vénus Ática surpreendida no banho! Como é que esta mulher reproduzia inconscientemente *poses* de um requinte artístico! [...]”, (Zamb. p. 174).

Contudo, diferentemente do foco em que N'fuca é projectada, através de uma focalização omnisciente o narrador descreve a imagem de Nana a partir dos seus ínfimos pormenores, penetrando, inclusive na sua consciência: Quão branca e natural como ela era, corpulenta e esbelta, com o seu lado sexual interpreta o papel de uma Vénus numa das peças de teatro, e, apoiada pelos seus movimentos excitantes, bem se encaixava dentro da personagem representada. Por razões acima expostas, é pertinente considerar o aspecto *Vénus* como uma das projecções da sexualidade e que constitui um denominador comum que aproxima N'fuca à Nana:

“[...] Nana vinha nua, com uma tranquila audácia, segura do poder da sua carne...os seus ombros redondos, os seus seios de amazona, cujos róseos mamilos se mantinham erguidos e regidos como lanças, as suas largas ancas, que se agitavam num voluptuoso balancear, as suas coxas de carne loura, todo o seu corpo, em suma se adivinhava, se via, sob o leve tecido [...]”, (Nan. p. 25). “[...] por fim, traçou com cuidado o segundo pano mais rico, mais vistoso em cores, em redor do torso elegante, digno de uma Vénus moderna [...]”, (Zamb. p. 188).

À sexualidade associada a violência tal como demonstram os excertos que se seguem, é um aspecto comum que aproxima ambas as protagonistas e é bem evidente na sua inserção sexual e comunicativa:

“[...] apesar da impressão agradável...estremeci! Lembrou-me o vampirismo! A mulher ou o homem vampiro, que escolhe com paciência a vitima e, em ocasião propicia, adormece e lhe suga o sangue por uma pequena ferida no pé [...]”, (Zamb. p. 175). “[...] Tu não trazes o dinheiro?...então, meu bacoco, volta para onde vens o mais depressa possível [...] A noite, ele trouxe os dez mil francos. Nana estendeu-lhe os lábios e ele depôs neles um longo beijo, o que o consolou do seu angustioso [...]”, (Nan. p. 284)

Note-se que a violência destas personagens lhes confere o seu autoritarismo na fala e nos seus caprichos sexuais (i. e., como devoradoras de homens). Com estes elementos, os autores mostram os factores que, à partida (olhando para a inclusão social destas personagens), influenciam nas atitudes e nos comportamentos a que o homem está sujeito, ou seja, é na concepção do naturalismo que decorrem o princípio e a ideia de o homem ser explicado e associado à sua natureza animal. Outro elemento imprescindível na descrição por se evidenciar na estruturação e representação das protagonistas é a vingança. Ora, N’fuca, com os seus caprichos imbecis sentia-se humilhada, desprotegida, oprimida moral e espiritualmente revoltada com o regresso de Sousa a Portugal. Tendo recebido o punhal de Zudá para a vingança, com o seu discurso optimista julgava-o ser suficiente para o efeito:

“[...] —Ah! Isto não podia acabar assim! Nunca! [...] *Peno malungo! Peno malungo*. Do céu dependia, e o feitiço falará [...]”, (Zamb. p. 250/9). “[...] aposto cem luíses em como farei beijar a terra que eu piso a todos os que zombaram!...vou mostrar a Paris quem é a actriz principal! [...]”, (Nan. p. 203)

No segundo fragmento, Nana com uma retórica e uma expressão convincentes notáveis na sua voz, fazendo o uso dos seus encantos perturbadores, vinga-se de Rose, sua rival e de todo o Paris através do novo contrato (no teatro de Burdinave) no qual desempenha o papel de uma *mulher honesta* o que lhe torna, com esta ascensão brusca, uma marquesa prostituta da alta sociedade. Dadas as motivações quer sociais quer ideológicas que estão por detrás de cada personagem, convém reconhecer que a vingança não permite desenvolver uma atitude comparativa: a partir da vingança Nana atinge os seus objectivos e, como se não bastasse, com a sua elegância requintada se torna uma mulher poderosa. É um facto que não se assiste à intervenção vingativa de N’fuca uma vez que não atinge os seus objectivos; contudo, seria interessante interpretar a vingança em dois sentidos opostos: por um lado actua de forma *positiva* (Nana) e, por outro de forma *negativa* (N’fuca).

Na verdade, são várias as possibilidades que permitem estabelecer uma associação inter-textual na busca das possíveis relações inter-discursivas que se integram na dinâmica de ambas as protagonistas, mas, ao se centrar atenção a estes

últimos exemplos, há que reter alguns aspectos que aproximam N'fuca à Nana, por exemplo,

“[...] foi só então que eu percebi a causa da morte da N'fuca! A mordedura de uma cobra venenosíssima [...] As pretas agora agarravam-se num choro ao corpo de N'fuca [...]”, (Zamb., p. 286). “[...] Nana morta! [...] Fontan [...] afivelara uma expressão de dor [...] o quarto estava vazio. Um sopro de desespero elevou-se do bulevar, enfunando a cortina [...]”, (Nan. p. 303/11).

A morte de N'fuca e Nana cria um efeito sensorial de tristeza e um clímax de tensão, pois, verifica-se que há uma tendência, na parte dos autores, à dramatização do desenlace diegético, ou seja, acontecimentos dolorosos, criando uma sensação de terror e de desespero (p. e., a morte súbita de N'fuca e o estado em que se encontrava o cadáver de Nana). Convém frisar que a morte de Nana insere-se no naturalismo, enquanto N'fuca surge como uma heroína romântica de uma tragédia provocada pelo seu sacrifício. São suportes estéticos que marcam a essência destas obras e, tal como recorda Mendonça (op. cit., p. xix), trata-se de géneros que oscilam entre o drama naturalista e a tragédia.

Ao se focalizar a atenção em “Zambeziãna” como um *romance naturalista*, tendo Paulo como observador externo a partir do qual são representadas as personagens, cabe a este observador facultar os dados tal como os observa, fixar o ponto de partida, estabelecer o terreno sólido sobre o qual vão movimentar-se as personagens e o desenrolar dos fenómenos (acções). São, na essência, estes e outros aspectos que podem religar o romance ao Naturalismo, visto que há, neste movimento, o princípio da valorização dos factos observados e a crença no desenvolvimento de leis naturais que explicam o devir das sociedades e as transformações a que os homens estão sujeitos.

Conclusão

O trabalho pretendia identificar as linhas temáticas do naturalismo que são associadas às personagens representadas em “Zambeziãna-Cenas da Vida Colonial”, de Emilio de San Bruno. Tendo a narratologia como área teórica, a partir deste texto colonial demonstrou-se que não só se deve encarar o exotismo (sob o ponto de vista estético e ideológico) como um factor subjacente à literatura colonial, mas também foi possível descobrir outras tendências literárias a ela associadas como é o caso da estética do naturalismo. Concluiu-se que a sexualidade tal como era concebida pelo naturalismo é o elemento estruturador da representação de N'fuca. A intervenção sexual desta personagem resume-se tanto na sua fisionomia como nos seus traços socioculturais. Também, à animalidade, associado o instinto, o vício e o desejo (como parcelas temáticas), constituem elementos de representação de Teixeira, Lucena e Sousa.

Referências

- Argan, G. C. (1995). *Arte e Crítica de Arte*. 2.^a Edição. Lisboa: Editorial Estampa.
- Barros, T. J. M. (2005). *Representação da Mulher em Zambeziana-Cenas da Vida Colonial, de Emílio de San Bruno*. [Tese de Licenciatura não publicada]. Maputo: UEM.
- Brookshaw, D. (2000). Entre o real e o imaginado: o Oriente na narrativa colonial portuguesa. In: *Revista Vereda* n.º 3. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, p. 32-42.
- Bruno, E. S. (1999). *Zambeziana-Cenas da Vida Colonial*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Capela, J. (1999). Introdução Histórica. In: Bruno, Emílio de San. *Zambeziana-Cenas da Vida Colonial*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, p. iii-viii.
- Chapman, M. (1996). *Southern African Literatures*. New York: Longman.
- Ferreira, M. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. (s/l), 1997. Disponível em: < <http://blogspot.com/2008/05/manuel-ferreira-literaturas-africanas.htm>>. Acesso em 13 de Maio de 2010.
- Laranjeira, P. (1995). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Machado, A. M.; Pageaux, D. H. (1988). *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa: Edições 70.
- Mata, I. (1993). *Emergência e Existência de uma Literatura: O caso Santomesse*. Lisboa: ALAC.
- Mendonça, F. (1999). Zambeziana ou o Discurso Exótico a Várias Vozes [comentário crítico]. In: Bruno, Emílio de San. *Zambeziana-Cenas da Vida Colonial*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, p. ix-xx.
- Mouralis, B. (1982). *As Contraliteraturas*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Noa, F. (2000). *Império, Mito e Miopia: Moçambique como Invenção Literária*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Noa, F. (1999). Literatura Colonial em Moçambique: O Paradigma Submerso. In: *Via Atlântico* n.º 3. São Paulo.
- Reis, C.; Lopes, A. C. (2004). *Dicionário da Narratologia*. 7.^a Edição. Coimbra: Livraria Almedina.
- Reis, C. (1999). *O conhecimento da Literatura: Introdução aos Estudos Literários*. 2.^a Edição. Coimbra: Livraria Almedina.
- Reis, C. (1992). *Técnicas de Análise Textual*. 3.^a Edição. Coimbra: Livraria Almedina.
- Said, E. W. (1990). *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. [tradução de Tomás Rosa Bueno]. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, V. M. A. E. (1983). *Teoria da Literatura*. 6.^a Edição. Coimbra: Livraria: Almedina.
- Tacca, Ó. (1983). *As Vozes do Romance*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Zola, E. (s/d). *Nana*. (s/l): Publicações Europa-América.

Data receção: 21/08/2018

Data aprovação: 26/09/2018

O Espólio Literário de Almeida Garrett: notas em torno dos Documentos 59 a 63 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e da Coleção Futscher Pereira¹

Sandra Boto

Fundação para a Ciência e Tecnologia
Centro de Investigação em Artes e Comunicação/Universidade do Algarve
Centro de Literatura Portuguesa/Universidade de Coimbra

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2019.36/pp.39-55>

Resumo

Preparado no âmbito da edição crítica em curso do *Romanceiro* de Almeida Garrett (1799-1854), este trabalho estuda um importante legado documental do eminente escritor português. Referimo-nos aos Documentos 59 a 63 do Espólio Literário de Almeida Garrett, que se encontram depositados na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e que abarcam manuscritos autógrafos e originais de imprensa do autor com vista sobretudo à publicação de Garrett (1843), bem como à Coleção Futscher Pereira.

Partindo do facto de que o núcleo documental coimbrão se apresenta como uma verdadeira miscelânea, o que perturba o reconhecimento do seu importante valor cultural e patrimonial, propomo-nos contribuir para o reposicionamento destes materiais a partir de uma abordagem essencialmente material e filológica. Discutir-se-ão, assim, algumas das características do espólio, as quais espelham as práticas (por vezes questionáveis) que nortearam a organização destes materiais no passado.

Palavras-chave: Almeida Garrett; baladística romântica; manuscritos autógrafos; Universidade de Coimbra; Coleção Futscher Pereira; património textual.

Abstract

This paper aims to analyze a truly important documental legacy from the great Portuguese romantic writer Almeida Garrett (1799-1854), within the ongoing critical edition of Garrett's *Romanceiro*. We refer to the Documents 59 to 63 from Almeida Garrett's Literary Legacy, owned by the General Library from the University of Coimbra, and to Futscher Pereira Collection.

The documents from the University of Coimbra Library, autographs and printing originals regarding mainly Garrett (1843) publication, reveal a profound miscellaneous shape. Due to this, their cultural and patrimonial value is not well recognized yet. Therefore, we seek to discuss some of its organizing trends carried out in the past (some of them will seem controversial nowadays) which may lead to a better understanding of those materials. In order to do so, we will adopt a material and philological point of view.

Keywords: Almeida Garrett; Romantic balladry; autographs; University of Coimbra; Futscher Pereira Collection; textual heritage.

¹ Este trabalho foi realizado no âmbito da Bolsa de Pós-doutoramento concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência SFRH/BPD/84108/2012, financiada por fundos nacionais do MCTES.

1. Um catálogo, um inventário e assinaláveis perdas documentais

Em 1871, Carlos C. Guimarães, genro e herdeiro do escritor português Almeida Garrett (1799-1854), publica, na primeira e póstuma edição de *Helena* (romance que o sogro deixara inacabado) um “Catálogo dos autographos, diplomas, documentos políticos e litterarios pertencentes ao Sr. Visconde de Almeida-Garrett”, no qual dedica um IV ponto aos materiais garrettianos relativos ao *Romanceiro* (Guimarães, 1871, pp. XVII-XVIII). Efetivamente, figuram, neste catálogo, sete entradas alinhadas de a) a g) referentes à poesia popular narrativa de Garrett, com a distribuição que a seguir apontamos e que nos suscita alguns comentários:

- a) entrada que diz respeito ao caderno manuscrito autógrafa de Garrett “Cancioneiro de romances, xácaras, solãos (...)”²;
- b) alínea dirigida aos trabalhos garrettianos sobre o *Romanceiro*, cujo conteúdo surge discriminado como “Rascunhos, cópias, apontamentos de estudo, que serviram para a composição e impressão do *Romanceiro*” (Guimarães, 1871, p. XXVII);
- c) grupo documental que contém uma “Introdução ao *Romanceiro*”, sem que nada se adiante acerca da publicação à qual se refere esta introdução (pode, à partida, tratar-se tanto da introdução ao volume do *Romanceiro* de 1843/53 como da do II volume da obra, que foi publicado em dois tomos em 1851³);
- d) alínea intitulada “Adozinda” (refere-se ao célebre poema “Adozinda”, que conheceu os prelos em 1828, em Londres, e através da qual o autor se iniciaria definitivamente na balada romântica), com a seguinte indicação: “O principio do Canto primeiro, que se acha truncado n’este manuscrito, diversifica do que foi publicado. Os outros Cantos estão completos.” (Guimarães, 1871, p. XXVII);
- e) conjunto que abarca as “Provas da primeira impressão da Adozinda, e Bernal Francez – Corrigidas pelo Author.”;
- f) entrada que respeita ao poema “O Chapim de El-Rei” (dado à estampa por Almeida Garrett em 1843 no *Romanceiro e Cancioneiro Geral* e reeditado pelo autor aquando da 2.ª ed. do vol. I do *Romanceiro*, em 1853);
- e, por fim,
- g) alínea que diz respeito ao romance “Rozalinda” (poema também ele publicado pela primeira vez no anteriormente citado volume de 1843 e igualmente na sua reedição de 1853).

Muitos anos volvidos após a disponibilização deste inventário por Carlos C. Guimarães (tempo suficiente para que o espólio literário de Almeida Garrett sofresse numerosas e variadas vicissitudes das quais não nos ocuparemos necessariamente neste trabalho) e sobretudo após o desaparecimento dos familiares diretos do Visconde, dava-se à estampa uma obra fundamental para a organização, classificação e estudo dos materiais garrettianos: o inventário de Henrique Ferreira Lima (Lima, 1948).

As espécies bibliográficas descritas em Lima (1948) abarcam a totalidade do espólio de Almeida Garrett que fora adquirido em 1947 à viúva do Doutor Maga-

² Documento atualmente depositado na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ver, para mais detalhes, a respetiva referência na Bibliografia).

³ Ver as respetivas referências bibliográficas destas obras na Bibliografia.

lhães Colaço⁴ para a Biblioteca da Universidade de Coimbra. Face à inexistência de registos mais recentes, Ferreira Lima adota então, para a aferição dos materiais que dariam por sua mão entrada nesta universidade, o já mencionado catálogo garrettiano de 1871 de Carlos Guimarães.

A partir do cotejo efetuado, Ferreira Lima apercebe-se, contudo, da ausência de diversos materiais referenciados em 1871 que, entretanto, haviam deixado de integrar o espólio do escritor, visto não figurarem no conjunto documental adquirido então pela academia coimbrã. Diz-nos, a este respeito, o bibliófilo, nas “Palavras Prévias” ao referido inventário: “Aqui indicaremos o que já não existia quando, na companhia do sr. Dr. Costa Pimpão, tivemos ocasião de proceder ao exame deste precioso acervo literário” (Lima, 1948, p. XI).

No que respeita propriamente ao *Romanceiro* garrettiano, obra sobre a qual incidimos a nossa análise material como estádio preparatório da edição crítica em curso, o trabalho de Ferreira Lima menciona os seguintes conjuntos documentais⁵, que aqui transcrevemos de seguida:

59) *Adozinda*, 1.ª edição, em provas corrigidas pelo autor.

60) *Adozinda*. Romance

Contém: *Prefácio*, *Introdução*, *Canto Primeiro* (duas redacções), *Canto Segundo* (Duas lições), *Canto Terceiro* e *Notas*. Aut.[ógrafos].

61) *Bernal Francez*. Fragmento e tradução inglesa de Adamson. Uma página é escrita no verso de uma carta de Joaquim Larcher, em que se fala no prof. António Manuel da Fonseca e nos seus trabalhos de escultura para o teatro de D. Maria II. Aut.[ógrafo] e cop.[ia].

62) Apontamentos para o *Romanceiro*, 12 pág.[inas]. Aut.[ógrafo].

Alguns: *Gaia Romance*, *Noite de San João* (Introdução e poesia), *O Anjo e a princesa*, legenda; *Antiga poesia portuguesa*, Romances, Canções, etc; etc.

63) *Miragaia Imitation de la chramante Ballade Portugaise de M. A. Garrett publiée dans le journal des Beaux arts*, par Zanole, Lisbonne 10 Janvier 1847.

(Lima, 1948, pp. 15-16)

Com efeito, não é demais considerar significativas as discrepâncias detetadas entre os dois inventários. Observemo-las.

O caderno manuscrito “Cancioneiro de romances (...)” – (lote a) do catálogo de Carlos C. Guimarães – deixou, algures entre 1871 e 1947 (lapso temporal que medeia a publicação do catálogo de Carlos Guimarães e a aquisição dos materiais pela Universidade de Coimbra), de integrar o espólio literário garrettiano e, por

⁴ João Maria Telo de Magalhães Colaço (1893-1931) foi um brilhante jurista e professor que lecionou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde chega rapidamente à cátedra, em 1918. Em 1923, dá entrada na Secção de Letras da Academia das Ciências de Lisboa como Sócio Correspondente (instituição na qual Ferreira Lima também tinha assento à época). Deixa uma vasta e importante obra publicada de caráter jurídico. (Adaptado a partir da página *web* A NOVA Direito, 2018).

⁵ Importa referir que, com esta mesma organização, continuam classificados atualmente estes documentos na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

consequente, não foi adquirido juntamente com os restantes materiais aos herdeiros do Doutor Magalhães Colaço⁶.

Já os documentos correspondentes aos lotes d) e e) mencionados pelo genro de Garrett transitaram para Coimbra em 1947 (pelo menos *grosso modo*, ao não ser possível conferir com minúcia a constituição dos lotes de acordo com a genérica descrição do catálogo), incluindo o jogo impresso da primeira edição de *Adozinda*, que viria a dar origem ao Doc. 59 do espólio, tal como os restantes materiais autógrafos referidos por Ferreira Lima como constituintes do Doc.o 60 do acervo.

Por seu turno, o núcleo b), conforme catalogado em 1871, correspondente aos “Rascunhos, cópias, apontamentos de estudo, que serviram para a composição e impressão do Romanceiro” (Guimarães, 1871, p. XXVII), dos quais Ferreira Lima contabiliza 12 páginas, parece igualmente integrar na atualidade o espólio garrettiano da Biblioteca Geral (nomeadamente o Doc. 62), embora este tópico mereça que a ele regressemos adiante com detalhe.

Em sentido oposto, o lote c) do catálogo do genro de Garrett, a “Introdução ao Romanceiro”, não é sequer aludido por Ferreira Lima, pois não chegou a figurar entre os materiais adquiridos. Do mesmo modo, os lotes f) e g) mencionados por Carlos Guimarães, isto é, os manuscritos referentes aos poemas “O Chapim de El-Rei” e “Rozalinda”, respetivamente, nunca integraram, segundo aponta o autor do inventário de 1948, o legado garrettiano que deu entrada então na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

2. Peças de um *puzzle*

A partir da análise contrastiva entre os dois catálogos, entrevê-se assim uma provável perda documental dos materiais autógrafos de Almeida Garrett concernentes à sua obra poética de feição *popular*.

Neste sentido, importa, para já, esclarecer alguns factos acerca do enigmático conjunto b), os “Rascunhos, cópias, apontamentos de estudo, que serviram para a composição e impressão do Romanceiro”. Este grupo de materiais deve ser abordado com as devidas precauções, uma vez que a sua descrição miscelânea levanta algumas dúvidas que a economia descritiva do genro de Garrett, Carlos Guimarães, ajudou a alimentar ao longo dos tempos.

⁶ A este respeito, aduz Lima (1948), pp. XII-XIII: “O Cancioneiro de romances, xácaras, solaus e outros vestígios da antiga poesia nacional pertenceu, não sabemos como, ao Dr. Venâncio Deslandes, antigo director da Imprensa Nacional de Lisboa. Por sua morte foi vendido ao Sr. Vítor Ávila Perez, ilustre bibliófilo. [...] Por fim foi por nós adquirido e figura na nossa colecção Garretteana.”

Tal como foi defendido num trabalho anterior (Boto, 2011, pp. 168-171), este lote abarcaria, em 1871, mais do que as 12 páginas dedicadas à impressão do *Romanceiro e Cancioneiro Geral* de 1843, reeditado em 1853 apenas como *Romanceiro*, I, que Ferreira Lima viria a contabilizar no seu catálogo de 1948, segundo hipótese já lançada (Boto, 2011, pp. 136-154), e reuniria, enfim, o conjunto heterogéneo de autógrafos que o Visconde dedicou à preparação da edição do *Romanceiro*. Ao mesmo tempo, ilumina, segundo acreditamos, um ambicioso projeto de contornos teóricos sobejamente importantes, delineado a partir dos “apontamentos de estudo” aí incluídos, apontamentos que foram localizados somente em 2004, na então descoberta Coleção Futscher Pereira⁷.

Por seu turno, registamos que as ausências aqui afloradas atrás, quando confrontámos os catálogos, ou seja, aqueles documentos garrettianos que integravam o espólio do autor em 1871 e que se extraviaram aquando da aquisição dos materiais pela Universidade de Coimbra em 1947, viriam de igual modo a ser maioritariamente colmatadas por autógrafos existentes nesta mesma Coleção Futscher Pereira, conjunto documental que foi adquirido pelo Estado Português em 2014 (através do Arquivo Nacional da Torre do Tombo) e que se encontra depositado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra desde então⁸.

Em suma, o extremo valor desta coleção reside no facto de conter materiais dirigidos à preparação do *Romanceiro e Cancioneiro Geral* de 1843 e do Livro II do *Romanceiro* -referimo-nos a Garrett (1843) e a Garrett (1851). Mas assenta, sobretudo, nos documentos inéditos que acolhe e que situaremos no âmbito do projeto garrettiano de prossecução do *Romanceiro*. Concretamente, fornece-nos pistas materiais de que se encontravam em preparação os futuros Livros III, IV e V da obra, em linha com o plano editorial apresentado por Garrett na “Introdução” ao II tomo do *Romanceiro* (Garrett, 1851 II, p. XLV), o qual nunca chegou a ser concluído pelo escritor, porém, devido ao seu desaparecimento prematuro.

⁷ Esta coleção foi localizada e identificada em 2004, encontrando-se então na posse da família Futscher Pereira, em Lisboa. Autógrafa garrettiana quase na sua totalidade e composta por manuscritos e híbridos (impressos com notas autógrafas manuscritas), contém 99 temas de romances tradicionais e não tradicionais, dos quais 45 o poeta deixou inéditos. Abarca ainda apontamentos relativos ao *Romanceiro*, género literário que confere, enfim, a este acervo, um sentido de unidade, pois os documentos aí contidos formam um núcleo coeso. Permite, em última instância, desbravar o projeto garrettiano em torno da publicação da poesia popular. Cf. mais dados sobre a Coleção Futscher Pereira em Boto (2011), pp. 133-189. Sobre a sua importância para o estudo do *Romanceiro* de Almeida Garrett, cf. Boto (2011), pp. 191-240 e 577-614.

⁸ Esta coleção foi, pela primeira vez, mostrada ao público na exposição documental “*Uma coisa útil, um livro popular: Almeida Garrett e o Romanceiro*”, com curadoria de Sandra Boto, coordenação científica de Sandra Boto e Maria Helena Santana e coordenação técnica de Isabel Ramires, que esteve patente na Sala de S. Pedro da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, entre 22 de junho e 12 de julho de 2017.

Cabe aduzir que, nesta mesma coleção, localizamos uma capilha com a seguinte designação: “Romanceiro. / Collecção de Xácaras, estudos / e apontamentos para a composição do Romanceiro / M[anuscri]to do A.[utor]”⁹. Trata-se de uma espécie seguramente não autógrafa, não só a avaliar pela caligrafia, mas também porque a indicação “M[anuscri]to do A.[utor]” careceria de sentido num cenário em que o autor fosse o responsável pela organização dos seus próprios materiais. Com efeito, o título decalca textualmente de perto a descrição da lavra de Carlos Guimarães no mencionado lote b) do seu “Catálogo”, isto é, os supracitados “Rascunhos, cópias, apontamentos de estudo, que serviram para a composição e impressão do Romanceiro”.

Assim, parece ser possível propor que, quando o genro de Garrett concebeu o lote ao qual atribuiria a sigla b), tivesse como referente esta capa manuscrita agora presente na Coleção Futscher Pereira, sabendo que o conjunto de documentos contidos no lote abarcaria muitos mais documentos do que aqueles que Ferreira Lima chegou a conhecer nos anos 40 do século XX, os quais a descoberta da Coleção Futscher Pereira veio, agora, identificar. Referimo-nos, pois, a apontamentos de trabalho, rascunhos e originais de imprensa da maior parte dos poemas constantes nos tomos II e III do *Romanceiro*, que iriam muito mais além do que as magras 12 páginas de listas bibliográficas e apontamentos esparsos que constituem atualmente o Doc. 62 do Espólio Literário Garrettiano da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Digno de menção para o assunto que nos ocupa é ainda o facto de esta mesma Coleção Futscher Pereira acolher uma outra capilha manuscrita com o número 4, com a seguinte descrição: “N.º 4 / O Chapim de Elrei / ou / Parras Verdes / O anjo e a Princeza / Rosalinda / Introdução ao Romanceiro”, também de caligrafia certamente não garrettiana¹⁰. Nela, encontram-se os seguintes documentos autógrafos, todos eles referentes à publicação do *Romanceiro e Cancioneiro Geral* de 1843:

- i) “Introdução ao Romanceiro” (12 fólios) de 1843;
- ii) “O Chapim d’el-rei ou Parras Verdes / Chacara da Vinha” (capa com título; introdução ao romance; rascunho do poema datado de 27 de março de 1843; segunda redação do poema); e
- iii) “O Anjo e a princesa” (capa com título, versão manuscrita final da introdução, manuscrito da “Carta à Ilustríssima e Excelentíssima Senhora Marquesa de Fronteira” e versão manuscrita final do romance).

⁹ Este documento foi previamente inventariado em Boto (2011), p. 153, com a referência III.32.a.

¹⁰ Esta capa foi previamente inventariada em Boto (2011), p. 145, com a referência I.2.

Será, pois, sem reservas, que se reconhecerá que a “Introdução” ao *Romanceiro* aqui aludida é a referida no catálogo de Carlos Guimarães (alínea c), a qual, como observámos, não dera entrada na Universidade de Coimbra. Por sua vez, também o poema “O Chapim d’el-rei” (alínea f do catálogo de Carlos Guimarães), cuja ausência já Lima (1948), p. XIII denunciava, encontrava-se, afinal, guardado neste conjunto. A mesma sorte não se verificou no que concerne ao poema “Rosalinda”, material que, entretanto, deixou de integrar o espólio garrettiano e que a localização da Coleção Futscher Pereira não veio, lamentavelmente, permitir recuperar. Este manuscrito continua, pelo exposto, extraviado.

3. Lógica relacional entre a Coleção Futscher Pereira e os Documentos 59 a 63 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Em primeiro lugar, algumas tendências significativas gerais deverão ser apontadas relativamente à lógica de distribuição dos materiais do *Romanceiro* pelas duas coleções documentais autógrafas mencionadas.

Efetivamente, com a Coleção Futscher Pereira apareciam muitos dos documentos manuscritos que estiveram na base da impressão dos dois tomos do *Romanceiro* garrettiano de 1851 (originais de imprensa e rascunhos prévios), publicação cujos manuscritos preparativos se desconheciam até então. Sem dúvida, a divulgação destes materiais adquire um impacto relevante no âmbito dos estudos garrettianos. Mas a análise crítica não pode ficar circunscrita a este facto.

Atentando nos diferentes documentos referidos por Lima (1948), isto é, os referidos Docs. 59 a 63 do Espólio Literário de Almeida Garrett da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, observar-se-á uma esmagadora dedicação dos mesmos à preparação da edição do *Romanceiro e Cancioneiro Geral* e, por conseguinte, da sua reedição que viria a concretizar-se embora com outro título, em Garrett (1853)¹¹, reedição que ainda seria da responsabilidade do poeta (Garrett morre no ano seguinte) e que acrescenta dois novos romances à edição de 1843, sem mencionar outras variantes menos assinaláveis, assunto que escapa à discussão que aqui nos ocupa.

¹¹ Só o Doc. 62 se furta a esta afirmação, devido à sua natureza predominantemente miscelânea. É composto, entre outros documentos referentes a Garrett (1843), por manuscritos com “Notas para bilhetes” e uma “Colleção de poetas portugueses e castelhano”, contendo notas de Almeida Garrett para uso pessoal, as quais se referem, com grande probabilidade, a cotas de biblioteca. Guarda ainda este mesmo documento um interessante manuscrito intitulado “Antiga poesia portuguesa (e castelhana) romances – canções, etc.”, que, após análise de conteúdo, identificamos como sendo notas muito preliminares com vista à redação da “Introdução” de Garrett (1851). Acolhe ainda um bifólio contendo fichas de leitura e um fólio com anotações sobre Gil Vicente e um “Índice” para a edição de uma coleção de romances portugueses.

**Síntese da distribuição dos lotes descritos no “Catálogo” de Carlos C. Guimarães
pelos
documentos do Espólio Literário de Almeida Garrett da BGUC, pela Biblioteca da
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e pela Coleção Futscher Pereira**

Lote Carlos C. Guimarães	Documento da BGUC	Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	Coleção Futscher Pereira
Lote a)		• (“Cancioneiro de romances...”)	
Lote b)	• (Doc. 62)		•
Lote c)			•
Lote e)	• (Doc. 59)		
Lote d)	• (Doc. 60)		
Lote e)	• (Doc. 61)		
Lote b)	• (Docs. 62 e 63)		
Lote f)			•
Lote g)			

Pese embora o exposto, a presença da mencionada capa n.º 4 no seio da Coleção Futscher Pereira dá conta de que, embora residualmente, esta coleção contempla de igual modo alguns autógrafos garrettianos referentes a Garrett (1843). Pode afirmar-se, então, que estes materiais recentemente identificados completam, assim, o conjunto dos autógrafos depositados no Espólio Literário de Almeida Garrett da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Torna-se evidente, ainda, que a organização dos documentos garrettianos do *Romanceiro* adquiridos por intermédio de Ferreira Lima para a Universidade de Coimbra obedeceu a uma determinada lógica, pois remete pretensamente para os materiais preparativos da edição de Garrett (1843). Por sua vez, os documentos autógrafos que visam a publicação dos dois tomos de Garrett (1851), bem como

dos futuros tomos planificados por Garrett, de resto, foram propositadamente separados e, por fim, localizados na Coleção Futscher Pereira.

Incidindo agora com a devida minúcia sobre a documentação referente ao *Romanceiro* de Almeida Garrett depositada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e inventariada por Ferreira Lima, observamos que a distribuição e a acomodação dos materiais em maços nas respetivas capilhas orientam por seu turno, de forma evidente, a disposição dos mesmos nos diferentes documentos criados por este eminente estudioso garrettiano. Reporto-me em concreto aos Docs. 59, 60 e 61, sendo que o 59 corresponde à capa com o número 2; o Doc. 60 à capa com o número 1 e o 61 à capa 3. Furta-se a esta lógica a organização dos Docs. 62 e 63, que ostentam uma disposição distinta: o 62 apresenta-se como uma verdadeira miscelânea e o 63 contém a tradução, alógrafa, para francês, do poema “Miragaia”, versão que viria a acompanhar o original em português, ambos em aditamento à reedição do I do *Romanceiro* patente em Garrett (1853).

Mas vejamos agora os sentidos a extrair da presença destas capilhas. O Doc. 59 é constituído pela capilha “N.º 2. / 1.ª edição de Adozinda e Bernal Francez / 1828 / Provas corrigidas pelo author” (com inscrição manuscrita de caligrafia não garrettiana, cujo conteúdo é composto por uma tipologia de papel uniforme, impresso, mas que abarca materiais com notas e variantes manuscritas autógrafas).

O Doc. 60 corresponde à “N.º 1 / Adozinda. / Manuscrito do author / Contem: a Introdução, parte do 1.º canto e o segundo quasi todo / faltam 10 verços [sic] / 3.º e 4.º completos – as notas até E. / – o principio do 1.º canto em uma variante que parece ter sido o 1.º original” (capilha com inscrição manuscrita de caligrafia não garrettiana; destaca-se, ao nível do conteúdo, a presença de alguns materiais impressos que coabitam com manuscritos autógrafos garrettianos, de dimensões e origens variáveis).

Por fim, o Doc. 61 coincide com a capilha “N.º 3 / Traducção do Bernal Francez / por / J. Adamson” (com inscrição manuscrita de caligrafia não garrettiana; constituída por uma redação alógrafa da tradução da balada romântica “Bernal Francês” com correções autógrafas e outra versão da tradução do mesmo poema para inglês, incompleta e autógrafa; inclui ainda notas ao poema).

Se recuperarmos o que atrás se comentou acerca da capilha n.º 4 presente na Coleção Futscher Pereira, cujo conteúdo inclui, repetimos, documentos referentes à publicação de Garrett (1843), então confirma-se que este conjunto documental que integra a coleção recentemente descoberta completa o jogo das três capilhas incorporadas no espólio da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, formando com elas um núcleo coeso e obedecendo, por conseguinte, à mesma campanha de organização dos materiais do *Romanceiro*.

A pergunta que se impõe, por conseguinte, será: a quem deveremos atribuir semelhante tentativa de distribuição dos documentos garrettianos relativos ao volume do *Romanceiro* de 1843/53? Ao próprio Garrett, na fase final da vida? A terceiros?

É certo que o poeta terá iniciado a organização dos seus papéis antes de falecer, de acordo com a informação que é transmitida pelo biógrafo Gomes de Amorim (cf. Amorim, 1881, p. 104, nota 1; muito especialmente, cf. Amorim (1884), p. 594; e, ainda, Monteiro, 2006, 44-45, nota 13). Mas também é verdade que, embora admitindo que o poeta tivesse encetado a organização dos materiais do *Romanceiro* com o auxílio de Gomes de Amorim, o esquema referido

Designação das capas	Coleção onde se encontra depositada atualmente	Responsabilidade da organização
Nº 1 / Adozinda. / Manuscrito do author / Contem: a Introdução, parte do 1º canto e o segundo quasi todo / faltam 10 verços [sic] / 3º e 4º completos – as notas até E. / - o principio do 1º canto em uma variante que parece ter sido o 1º original”	Doc. 60 do Espólio Literário de Almeida Garrett da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra	Carlos C. Guimarães?
“Nº 2. / 1ª edição de Adozinda e Bernal Francez / 1828 / Provas corrigidas pelo author”	Doc. 59 do Espólio Literário de Almeida Garrett da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra	Carlos C. Guimarães?
“Nº 3 / Tradução do Bernal Francez / por / J. Adamson”	Doc. 61 do Espólio Literário de Almeida Garrett da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra	Carlos C. Guimarães?
“Nº 4 / O Chapim de Elrei / ou / Perras Verdes / O anjo e a Princeza / Rosalinda / Introdução ao Romanceiro”	Coleção Futscher Pereira	Carlos C. Guimarães?

por este último em Amorim (1884) não corresponde, no caso dos documentos concernentes a esta obra, à atrás comentada organização em capilhas em que os materiais autógrafos referentes ao *Romanceiro* de 1843/53 surgem atualmente, nem as letras que Amorim (1884) indica para a classificação desta obra foram as seguidas por Guimarães (1871) no seu catálogo. Pelo exposto, cremos não poder entendê-las como fruto de um mesmo movimento organizativo. Interpretamos, por conseguinte, a classificação em capilhas como resultado de um procedimento póstumo.

Na verdade, uma análise caligráfica e de conteúdo, mais profunda e apurada do que aquela levada a cabo em Boto (2011), p. 112, lugar onde figura erroneamente registado que “o agrupamento dos documentos 59 a 61 em maços é da responsabilidade do próprio Almeida Garrett”, vem reforçar a ideia de que não terá havido intervenção direta do Visconde no processo.

Não duvidamos, no presente, de que a caligrafia manuscrita destas capas é de outra mão, corrigindo-se, aqui, a afirmação anterior de que a “caligrafia [destas capilhas é] indubitavelmente garrettiana” (Boto, 2011, p. 112). Contudo, mais sugestivo ainda é o facto de as mesmas capas ostentarem uma caligrafia aparentemente comum entre elas¹². Colocamos, assim, a hipótese de que possa ter sido Carlos C. Guimarães o responsável por esta distribuição dos materiais, proposta que tentaremos comprovar em breve, através da confirmação da atribuição caligráfica do autor destas capilhas.

4. Contributo para a organização dos materiais do *Romanceiro*

Em última instância, vejamos como não faria sentido atribuir a Almeida Garrett a condução do processo de distribuição dos materiais de 1843 nestas quatro capilhas, por um motivo bastante simples. Repare-se que a capilha número 1 regista, na sua designação, uma dúvida na avaliação de conteúdo relativa aos próprios documentos, dúvida que só é possível imputar a terceiros, na medida em que um autor, em primeira pessoa, salvo em situações deveras excepcionais, jamais a colocaria. É ela: “o princípio do 1º canto em uma variante que parece ter sido o 1.º original”¹³.

Denota ainda esta prática um segundo sentido, bem mais profundo, este, que consiste na franca disposição de organizar coerentemente os materiais do *Roman-*

¹² Comum, de resto, à caligrafia que inscreveu a designação na capa “*Romanceiro*. / Collecção de Xácaras, estudos / e apontamentos para a composição do *Romanceiro* / M[anuscri]to do A.[utor]”, à qual já atrás aludimos.

¹³ Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, “Espólio Literário de Almeida Garrett”, Doc. 60, Cito a partir de imagem digitalizada disponibilizada pela mesma biblioteca, com a referência GARRETT–doc-60-018.

ceiro 1843/53, relegando, assim, os materiais do *Romanceiro* de 1851 para uma capa bastante genérica. Queremos com isto sugerir – relembrando que é no primeiro volume do *Romanceiro*, ou seja, em Garrett (1843, 1853), que a veia poética romântica garrettiana mais se faz sentir, por oposição às versões de romances publicadas em Garrett (1851), as quais se encontram, com efeito, muito mais próximas do discurso e da poética da tradição oral – que o organizador destes materiais ostentou deliberadamente uma dedicação e um cuidado desiguais na elaboração de núcleos documentais do *Romanceiro*, denotando um muito superior empenho no tratamento dos materiais de Garrett (1843, 1853). Basta lembrar, em abono desta possível *discriminação*, que os manuscritos concernentes à publicação de 1851 até há bem pouco tempo se desconheciam por completo.

Sabemos que a espécie “Cancioneiro de romances (...)”, caderno uniforme e cuidado que merece por si só um estudo autónomo, foi a leilão em 1932 pela mão das filhas do seu proprietário¹⁴. Os materiais da Coleção Futscher Pereira recentemente identificados e este caderno terão formado, necessariamente, um conjunto documental. No entanto, dos materiais da mencionada coleção não se conhece qualquer tentativa de venda. Dever-se-á este facto porventura às dificuldades de valorização desta coleção avulsa, que pecaria duplamente, do ponto de vista do mercado livreiro e antiquário, por ser extremamente heterogénea, com a agravante de ser referente à poesia popular (*pouco garrettiana*, no fundo, e, portanto, menos interessante) e ostentando diversos estádios de maturação poética.

5. Documentos que se complementam

Os Docs. 61 e 63 do Espólio Literário de Almeida Garrett não levantam questões quanto à natureza autónoma do seu conteúdo, já que o Doc. 61 consiste na tradução da balada garrettiana “Bernal Francês” para língua inglesa, e o 63 é constituído pela tradução francesa de “Miragaia”. No entanto, o mesmo não se pode afirmar em relação aos restantes documentos do espólio do *Romanceiro* depositados na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Uma análise de conteúdo atenta dos Docs. 59, 60 e 62 é reveladora das circunstâncias de excecionalidade que envolvem estes materiais. Por um lado, regista-se uma orientação grosseira generalizada – com efeito, apócrifa – de separação dos mesmos tendo em conta critérios de materialidade: o Doc. 59 é constituído por um jogo impresso com anotações manuscritas (efetivamente referente à ree-

¹⁴ Este caderno manuscrito de Garrett conserva-se atualmente na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Trata-se de uma espécie que trilhou um caminho distinto do qual não nos ocupamos neste estudo e que terá pertencido, no passado, ao Conselheiro Venâncio Deslandes, juntamente com a Coleção Futscher Pereira. Ver, sobre o assunto, Boto (2011), pp. 175-189.

dição da célebre balada “Adozinda” em 1843). Na realidade, estamos perante um original de imprensa e não uma correção de provas, ao contrário do que indica Lima (1948), conclusão que a edição crítica em curso destes materiais virá em breve comprovar. Já o Doc. 60 aglomera sobretudo manuscritos autógrafos referentes a estádios redacionais anteriores do mesmo poema.

Mas certo é que a separação forçada destes dois conjuntos no passado veio comprometer a perceção da articulação umbilical entre os dois documentos, pois só o estudo conjunto dos dois permite perceber a sua orgânica comum: os materiais combinam-se de forma a reconstruir o já mencionado original de imprensa de “Adozinda”.

Na realidade, esta tendência de desmembramento com base em critérios meramente materiais põe de manifesto a total falta de sensibilidade do responsável pela criação destes documentos para a prática garrettiana de preparação dos originais de imprensa, pois não se terá apercebido da lógica gizada pelo poeta ao elaborar o seu *original misto* (impresso e manuscrito) conducente à composição de Garrett (1843): o aproveitamento de um exemplar impresso, desmembrado, de *Adozinda. Romance*, (Garrett, 1828), ao qual o autor adicionou notas e variantes manuscritas, bem como longas adições nos fólios manuscritos. Confirmamo-lo a partir da paginação introduzida à mão pelo Visconde nos materiais impressos e manuscritos, que dá conta de um documento uno e corrido, o qual pode facilmente ser recuperado a partir da interseção criteriosa dos materiais dos dois Docs. 59 e 60.

Mas muito mais há a assinalar após uma leitura de conteúdo de todos os documentos do *Romanceiro* da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Em pormenor, e com o propósito de permitir reconstruir cabalmente as estreitas relações entre estes documentos do espólio, repare-se que:

- O Doc. 59 (capilha número 2, atrás descrita) comporta o texto impresso de *Adozinda* (inclui a “Carta” a Duarte Lessa), corrigido pelo punho de Garrett com vista à reedição desta obra no *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, no qual as notas manuscritas que o poeta introduz não são mais do que variantes textuais que viriam a ser impressas, as mais das vezes, no texto reeditado em Garrett (1843)¹⁵. Faço notar que a foliação manuscrita começa na p. 4 e inclui a introdução manuscrita a “Bernal Francês” (após “Adozinda” e em numeração de página corrida) bem como a dedicatória manuscrita “A Adelaide”, denotando evidente variação relativamente ao que veio a ser fixado em Garrett (1843). Segue-se o agora denominado “Bernal Francês”, com texto incompleto, que denota aproveitamento da impressão primigénia de 1828 e com numeração igualmente corrida, cujo texto viria a ser completado, na edição de Garrett (1843), com mais 10 estrofes. O jogo não inclui a tradução inglesa de “Bernal Francês” e passa diretamente para as notas, oriundas, uma vez mais, do impresso-base

¹⁵ A edição crítica desta obra, atualmente em curso, permitirá mostrar cabalmente esta afirmação, bem como provar a existência de, pelo menos, uma correção de provas de imprensa, hoje perdidas, a situar entre este original garrettiano e o texto publicado.

(a numeração de página das notas tem início na p. 11, mais precisamente na nota H, faltando todas as notas anteriores); ausentes também se encontram, por seu turno, as páginas 13 e 14 das notas na numeração do novo jogo; na numeração antiga do impresso, omitem-se as pp. 107 a 112 e, na p. 113, surge, riscado, o final do romance tradicional “Silvana”, que o poeta decidiu expurgar de Garrett (1843), o qual se encontrava, em Garrett (1828), efetivamente fixado entre as pp. 107 e 113. O jogo é retomado na nota K e registamos ainda a ausência das pp. 18 e 19, segundo a numeração nova; terminam as notas na letra Z (p. 25) e não estão incluídas as notas a “Bernal Francês”; em síntese, faltam, neste jogo, as notas J, K, L, N.

- O Doc. 60 (capilha número 1, atrás descrita) incorpora a p. 3 em falta no maço anterior (um fólio manuscrito que substitui o início da “Carta” a Duarte Lessa, presente no documento anterior, mas riscado por Garrett); contém ainda o início da balada “Adozinda” para a edição de 1828 até ao verso 20; inclui as pp. 148, 149 e 150, que abarcam, por sua vez, os versos finais de “Bernal Francês”, cuja falta denunciámos no documento anterior, o qual terminava justamente na p. 147 (as pp. 148 e 149 fazem parte do impresso de 1828 e a p. 150 é um troço de papel azul, colado às demais, que completa e termina o romance). Num papel azul da mesma tipologia encontramos a “Introdução A Elysa” (rascunho manuscrito), que vai desde o início, riscado, até ao verso 6; a partir daqui o poema segue até ao verso 187, sendo que faltam, a partir daí, os versos finais do mesmo, mais concretamente do verso 188 em diante. Este conjunto documental comporta duas redações autógrafas do texto de “Adozinda” (um manuscrito certamente datável dos anos 20, de caligrafia compatível com a da juventude de Garrett, que designamos (A), e uma segunda redação posterior, a (B), apresentando variantes: o Canto I encontra-se completo em (A); o Canto II ostenta, por seu turno, duas redações, mostrando-se incompleto em (A), até à estância IX; (B) começa na estância 9 e vai quase até ao final do mesmo canto (estância 17); os Cantos III e IV seguem (B). Estão aqui incluídas as notas para a impressão de 1843 que faltavam no jogo anterior, a saber: a A (a presença de duas páginas impressas com a “Advertência” de 1828 e uma numeração manuscrita – 2 e 3 – nos cantos superiores da respetivas páginas deverá ser remetida para o início das notas finais à edição de 1843, pois Garrett fixaria esta “Advertência” na nota A em Garrett (1843, 1853). Neste mesmo jogo localizamos as pp. 1, 4, 5, 6, 7, 10, 13, 14, 15 – A, 18, 19 com as notas finais, manuscritas, dirigidas à edição de 1843, entre as quais as páginas 2 e 3 que acabámos de mencionar se inserem (obviamente que estas páginas ajudam a colmatar a ausência das notas já anunciadas no Doc. 59); em síntese, encontram-se aqui as notas A, B, C, D, E, F (faltam os versos de “Miragaia” incluídos nesta nota, correspondentes às pp. 8 e 9, não localizadas em qualquer um destes jogos), mais as notas G, J, K, L, N e Q.
- O Doc. 61 (capilha número 3, atrás descrita), para além de conter duas redações da tradução para inglês do romance “Bernal Francês” (a recriação garretiana inspirada no romance tradicional), engloba ainda as notas manuscritas A e B de “Bernal Francês”, com vista à edição de Garrett (1843); estas, paginadas com os números 26 e 27, completam efetivamente as notas finais dispersas pelos Docs. 59 e 60, que iam até à p. 25, segundo vimos. Já a presença das notas finais referentes a “Bernal Francês” neste conjunto, embora rompendo com o critério inicialmente definido para o conjunto, que se rege pela organização das capas e, em primeira mão, com o pensamento garretiano que foi subjacente à preparação do original de imprensa, não deixa de ostentar um critério homogéneo de carácter temático, ao juntar as notas do poema original à sua tradução.
- O Doc 62, para além dos apontamentos pessoais e das listas bibliográficas já atrás comentadas, contém também materiais referentes à publicação de Garrett (1843), confirmando-se a natureza de miscelânea que lhe atribuímos antes. Para o nosso propósito de elucidar as consequências desagregadoras que uma deficiente organização dos materiais pode trazer para esta obra de Almeida Garrett, insista-se aqui na necessidade de interação deste documento com os anteriores para a reconstituição do original de imprensa que, como vimos, foi desmembrado. Na realidade, três são os núcleos que nele se identificam em relação evidente com a edição de Garrett (1843, 1853). As pp. 8 e 9 das notas do jogo impresso de “Adozinda”, cuja falta notamos no Doc. 59 e, sobretudo, no 60, encontram-se aqui. O conjunto manuscrito referente ao poema garretiano “Noite de S. João” também aqui figura, contendo uma introdução e o poema completo. Assim, complementa este documento, de facto, o ori-

ginal de imprensa que esteve na origem de Garrett (1843), pois a paginação (começa na página 167 e termina na 172) encaixa na paginação do nosso jogo impresso, justamente a seguir à tradução inglesa de “Bernal Francês” depositada no Doc. 61; inclui também a nota A referente a “Noite de S. João” entre as páginas 28 e 29, que completam ainda as notas garrettianas que temos vindo a discutir e que ficaram interrompidas na p. 27, de acordo com o conteúdo do Doc. 61. Já os materiais aqui depositados referentes ao poema de 1843 “O Anjo e a Princesa” resumem-se a um bifólio autógrafa com uma primeira redação incompleta da introdução e a um fragmento final do romance a partir do verso 109, também em fase não definitiva; a sua redação definitiva, bem como a da introdução e ainda a “Carta à Marquesa de Fronteira”, que lhe serve de paratexto, encontram-se, como já se aflorou, na Coleção Futscher Pereira, junto aos materiais d’ “O Chapim d’el-rei”, também eles em redação autógrafa definitiva que seguiu para a imprensa, contribuindo, deste modo, como se conclui a partir da paginação, para o jogo do *Romanceiro e Cancioneiro Geral* que Garrett preparou para os prelos.

- O Doc. 63 é, como se assinalou, constituído por um caderno de caligrafia alógrafa onde se fixa a tradução francesa do poema “Miragaia”, a qual foi integrada apenas na reedição de Garrett (1853), motivo pelo qual não contribui com qualquer material que tivesse podido agregar o original de imprensa garrettiano que reconstituímos no âmbito da edição crítica do *Romanceiro* de Almeida Garrett e cujo valor filológico e patrimonial aqui tentamos elucidar.

6. Conclusões

Acreditamos ter mostrado, nas páginas anteriores, como os Docs. 59 a 63 do Espólio Literário de Almeida Garrett se relacionam, por um lado, entre si, e por outro, interagem com manuscritos autógrafos identificados já no século XXI, noutra núcleo documental independente: a Coleção Futscher Pereira.

Mas esta evidente relação de complementaridade que revelámos entre os documentos depositados na Biblioteca Geral de Coimbra dedicados ao *Romanceiro* de Garrett requer uma chamada de atenção particular para o Doc. 63, que contribui com um conteúdo direcionado não já para a edição de Garrett (1843), mas exclusivamente para a sua reedição ampliada (Garrett, 1853). Trata-se de um caso excecional, portanto.

A cisão entre os Docs. 59 e 60, fundada na prática de separação dos materiais de acordo com critérios de análise que se cingem ao seu suporte (o impresso de 1828 ficou no Doc. 59, os manuscritos autógrafos da edição de 1843 no Doc. 60), é fortemente indiciadora do profundo desconhecimento que o organizador dos materiais tinha do laboratório criativo de Garrett, sem demonstrar a percepção de que o autor compunha jogos para publicação através da montagem e aproveitamento de materiais de diversa proveniência e em diferentes estádios de elaboração, como sucedeu neste caso.

A tentação do organizador incauto tê-lo-á levado, então, a apartar os testemunhos manuscritos que deram origem ao poema “Adozinda” (para incorporação no Doc. 60) das provas impressas que agrupou no Doc. 59, cujo valor real não reconhece e que não identifica como sendo a base textual da edição de 1843.

Já os documentos seguintes (61 e 62) contêm materiais (refiro-me aos direcionados para a mesma impressão de 1843) que obedecem à lógica da peça do *puzzle* que encaixa no jogo impresso descrito no Doc. 59. Através da análise da paginação, consegue provar-se que estes materiais colmatam ausências reportadas no Doc. 59 e também no 60.

Por outro lado, a existência de materiais que extrapolam os descritivos das capilhas numeradas para os casos dos Docs. 59 a 61, a juntar ao facto de o Doc. 62 abarcar atualmente muito menos itens do que inicialmente previsto em 1871, segundo acreditamos -antes da separação dos papéis do *Romanceiro*, intervenção que viria a dar origem à Coleção Futscher Pereira- indiciam que, depois da organização primigénia mas já apócrifa em capilhas, ter-se-ão incluído aqui ainda outros documentos que contribuem para a rutura do sentido organizativo do espólio do *Romanceiro*.

Também Lima (1948) não soube entender a natureza destes materiais garrettianos, porventura devido a uma aproximação demasiado rígida ao catálogo de Guimarães (1871) que lhe serviu de guia, tendo abdicado então de uma necessária atitude crítica de questionamento face à formação dos diferentes núcleos documentais que lhe surgiram semi-organizados nas mencionadas três capilhas às quais adicionámos uma quarta, a da Coleção Futscher Pereira.

Ferreira Lima reproduziu, portanto, a mesma lógica adversa à reunião dos materiais que, a ter sido contrariada, teria contribuído para respeitar a orgânica autoral de Almeida Garrett. Ao não ter atuado este modo, o bibliófilo fomentou ele próprio o rumo dispersivo ao qual os materiais do *Romanceiro* do insigne escritor foram votados após a sua morte.

Urge, no presente, reparar essa falha, e, na posse dos manuscritos com os quais a Coleção Futscher Pereira nutre provisoriamente o Espólio Garrettiano da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, pensar, dentro do possível, uma nova fórmula organizativa para o espólio do *Romanceiro*. O sentido norteador deverá atentar, de uma vez por todas, no restabelecimento da unidade documental deste notável património textual romântico. Partindo de premissas filológicas como aquelas com que aqui pensamos ter contribuído, a intervenção documental que se reclama não poderá deixar de atuar como força agregadora do pensamento e da prática editoriais de Almeida Garrett para com a poesia popular, patentes nessa fundamental obra intitulada *Romanceiro*.

Referências

Obras de Almeida Garrett – Fontes manuscritas

- Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (1824-?). “Cancioneiro de Romanças, xacaras, Solãos / e outros vestígios / Da Antiga poesia nacional / pela maior parte conservados na tradição / oral dos povos, / E agora primeiramente colligidos / Por / J. B. de Almeida Garrett”. Cota UCFL 1-2-1-24.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (1839?-1854?). “Coleção Futscher Pereira”. Manuscritos autógrafos de Almeida Garrett dedicados ao romanceiro. Materiais publicados e inéditos [coleção atualmente depositada a título de empréstimo na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra].
- Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1827-1853?). “Espólio Literário de Almeida Garrett”. Documentos 59 a 63.

Obras de Almeida Garrett – Fontes impressas

- Garrett, A. (1828). *Adozinda. Romance*. Londres: Em Casa de Boosey & Son; e de V. Salva.
- Garrett, A. (1843). *Romanceiro e Cancioneiro Geral*. I. Lisboa: Typ. da Soc. Propagadora dos Conhecim. Uteis.
- Garrett, A. (1851). *Romanceiro*. II e III. Lisboa: Na Imprensa Nacional.
- Garrett, A. (1853). *Romanceiro. I. Romances da Renascença. Terceira Edição*. Lisboa: Em Casa da Viuva Bertrand e Filhos.

Estudos

- Amorim, F. G. (1881). *Garrett. Memórias Biographicas*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Amorim, F. G. (1884). *Garrett. Memórias Biographicas*. Tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Boto, S. (2011). *As Fontes do Romanceiro de Almeida Garrett. Uma Proposta de ‘Edição Crítica’* (Unpublished Doctoral Dissertation). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Guimarães, C. C. (1871). Catalogo dos autographos, diplomas, documentos politicos e litterarios pertencentes ao Sr. Visconde de Almeida-Garrett. In A. Garrett, *Helena. Fragmento de um Romance Inedito pelo Sr. Visconde de Almeida-Garrett* (pp. [XI]-LII). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Lima, F. (1948). *Inventário do Espólio Literário de Garrett*. Coimbra: Publicações da Biblioteca Geral da Universidade.
- Monteiro, O. P. (2006). ‘Ostinato rigore’: A edição crítica das Obras de Almeida Garrett”. In *Crítica Textual e Edições Críticas: Em Questão* (pp. 39-58). Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa.

Documentos em linha

- A NOVA Direito (2018). João Maria Tello De Magalhães Collaço. *Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*. Retrieved from http://www.fd.unl.pt/ConteudosAreasDetalhe_DT.asp?I=1&ID=1493 –

Vida e obra de Alberto Osório de Castro em Timor

Vicente Paulino

Universidade Nacional Timor Lorosa'e
CEMRI – Universidade Aberta de Lisboa
CLEPUL – Universidade de Lisboa

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2019.36/pp.57-74>

Resumo

Neste artigo pretendemos explorar descritivamente a presença do jurista e poeta Alberto Osório de Castro em Timor, terra longínqua do extremo oriente. Num primeiro momento, apresentamos a sua infância, passagem pela Coimbra e Mangualde e respectiva participação nas revistas literárias como correspondente e autor, no qual publicou vários estudos literários, poemas, crónicas de história e de viagem. Num segundo momento, focamo-nos na sua estadia em Timor como juiz, bem como observamos algumas das principais obras associadas à ilha de Timor e sua gente com culturas diferenciadas, nomeadamente as *Flores de Coral* e *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*, resultante de uma aproximação a estas obras mediada pela perspectiva dos estudos em literatura e apreciação exótica da paisagem orientalista no mundo timorense que se norteia pelas cores da gente.

Palavras-chaves: Alberto Osório de Castro; Timor; Flores de Coral; Oriente; estudos literários.

Abstract

In this article we intend to explore descriptively the presence of the lawyer and poet Alberto Osorio de Castro who was in Timor, far-off land of Far East. At first, we present his childhood, passing through Coimbra and Mangualde and their participation in literary magazines as a correspondent and author, in which he published several literary studies, poems, chronicles of history and travel. Secondly, we focus on your stay in Timor as judge and observe some of the major works associated with the island of Timor and its people with different cultures, including Coral Flower and The Red and Green Island of Timor, resulting from an approach to these works mediated by the prospect of literature studies and exotic orientalist landscape appreciation of the Timorese world that is guided by the colors of people.

Keywords: Alberto Osório de Castro; East Timor; Coral Flowers; Orient; literary studies.

Prólogo

Alberto Osório de Castro, nascido no dia 1 de Março de 1868 na cidade de Coimbra, faleceu em 1 de Janeiro de 1946 – Lisboa. Filho do Dr. João Baptista de Castro e D. Mariana de Castro Cabral e Albuquerque Moore Hincio. Teve três irmãos: Ana, João e Jerônimo (cf. Goldsteins, 2012, p. 11). Apesar de ter nascido em Coimbra, passou a sua infância em companhia dos pais em Mangualde (uma vila que naquela altura pertencia ao conselho de Viseu, actualmente goza do estatuto de ‘Município’). Neto do antigo governador de Macau, José Osório de Castro Cabral de Albuquerque¹.

¹ Fonte: <http://easttimorlinguistics.blogspot.com/2011/07/ilha-verde-e-vermelha-de-timor.html> (acesso em 28/4/2014).

Aos dez anos de idade, especificamente em 1878, matriculou-se na Escola Académica de Lisboa e ficou a residir na casa da sua tia, Maria Cândida Fonseca Mangas. Só regressava à casa dos pais nos meses de férias. Alberto era conhecido como um menino de talento e criativo, tendo conseguido relatar a sua experiência de vida na infância num pequeno diário intitulado “A minha vida” (cf. Goldsteins, 2012, p. 12). É portanto a partir de seus textos poéticos que é possível conhecer a infância de Alberto Osório de Castro. O timbre lírico sobre a sua infância e Portugal está bem aclamado em “Febre D’exílio”, o seu primeiro poema de *Exiladas* (Castro, 1994, p. 53):

Fui enfermo e tive uma pálida infância.
Doce, faltou-me sempre a viril arrogância
...
Fraco, com uma pobre infância muito breve,
Sempre doente, a fazer castelo infinito.

Aos 21 anos formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e começou a assumir a sua profissão como juiz municipal de Óbidos. Foi juiz nas antigas províncias ultramarinas portuguesas na Índia, em Angola e em Timor. Após regressar ao continente português, exerceu as funções de juiz do Supremo Tribunal de Justiça e foi presidente do Conselho Superior de Administração Pública. Foi Dirigente da Federação Nacional Republicana. Ligado a Machado Santos, assume-se como sidonista; e ainda assumiu a pasta de Ministro da Justiça (de 15 de Maio a 8 de Outubro de 1918) no governo de Sidónio Pais. Promoveu o reatamento das relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé e foi responsável pela instalação do Tribunal da Relação de Coimbra. Assegurou o direito das vítimas de acidentes em transportes à reparação dos prejuízos sofridos. Foi ajudante de conservador às mulheres formadas em Direito. Criou uma comissão para organização do trabalho agrícola dos reclusos. Regulamentou o Arquivo de Identificação e a emissão do Bilhete de Identidade².

Nas letras, esteve ligado ao nascimento da revista *Boémia Nova – Revista de Literatura Scientia* (criada em Fevereiro de 1889 que chega a seu fim em Abril do mesmo ano)³. Foi nesta revista que estreou-se no campo da poesia com a publicação *Exiladas* em 1895.

² Fonte: <http://primeirarepublica.mj.gov.pt/Paginas/alberto-osorio-de-castro.aspx> (acesso em 28/4/2014).

³ Ao mesmo tempo, com esta revista que se estabeleceu o seu primeiro contacto com a arqueologia. Nesta redacção recebia-se também a *Revista de Guimarães* (órgão da Sociedade Martins Sarmiento e um dos importantes periódicos com artigos de índole arqueológica). Ao lê-la ficou surpreendido, pois, como refere na 1.ª carta que enviou a Francisco Martins Sarmiento, *Imaginava que em Portugal seria impossível encontrar, e de mais a mais vinda do fundo da província, uma publicação daquela ordem. Em meio de uma população fútil e palreira*

Politicamente foi um dos membros do Partido Centrista Republicano e presidente da Direcção do Centro/Grémio Centrista de Lisboa. Foi homem de literatura e foi nesse sentido que considerado como um dos grandes da “literatura portuguesa”. Esteve em Timor, ao princípio do século XX. Nesta terra longínqua desempenhou as funções de Juiz de Direito da Comarca. Escritor e poeta de grande merecimento. Dedicou-se também ao jornalismo político, tendo fundado, com Alves Boçadas, na Índia, o *Oriente Português*⁴. No caso concreto de Timor Português, Alberto Osório de Castro e Carlos Cal Brandão pretendiam “desenvolver a actividade cultural na área de comunicação, nunca o puderam fazer porque não havia condições objectivas e materiais para isso” (Paulino, 2011, p. 170; Paulino, 2012, p. 125).

Enfim, o interesse do Alberto Osório de Castro pelo “Oriente Português” parece que foi uma das “saudades inspiradas” em “algumas lembranças” herdadas pela sua avó materna que passava nas terras orientais, como dizia o poeta: “Das saudades dela fiz saudades minhas” (Castro, 1996, p. 17). Essa sua saudade foi revelada poeticamente em versos “Doçarias do Passado” (Castro, 1996, p. 17):

Tenho de minha avó receitinhas caseiras
 Que dizem a saudade e o gosto da exilada;
 Acepipes gentis, doçarias ligeiras,
 Do queimor da sua terra olente e nacarada.
 (...)
 Lá vêm pudins, «áluá», o «panicuque» forte
 Que às crianças daria o vigor dos Avós,
 E os «genetes» que têm cuidadoso recorte...
 De tudo isso veio um suco para nós

Onde floriram os jardins da sua infância?
 Jardins coloniais de crótones, jasmíns!
 Como a saudade vai a tamanha distância,
 E como sempre lembra o olor dos mogarins!...

de jornalistas e de bacharéis baclés, espanta ver um sábio da estatura do descobridor da Citânia, do autor dos Argonautas, e uma associação científica de primeira ordem como a Sociedade Martins Sarmiento (Nóbrega, 2004).

⁴ O existencialismo do “Oriente Português” foi aclamado por escritores e poetas que alguma vez pisaram os pés nas terras asiáticas, tais como Luís de Camões, Fernão Mendes Pinto, Manuel Maria Barbosa du Bocage, António Patrício, Camilo Pessanha, Alberto Osório de Castro, Venceslau de Moraes e, mais recentemente, Ruy Cinatti, Armando Martins Janeira, António Manuel Couto Viana e José Augusto Seabra. Foram eles que constituíram a linhagem de autores que manifesta uma ligação simultaneamente vivencial e estética ao Oriente português. Esta tem vindo a depender sobretudo de funções diplomáticas e/ou representativas do Estado Português (desde o próprio Camões, que em Macau foi “provedor-mor de defuntos e ausentes” até ao diplomata José Augusto Seabra), do exercício do Direito e de outras funções outrora estreitamente ligadas ao aparelho colonial (Almeida & Braga, 2013).

É portanto a partir destes versos que começou estabelecer ou formar a sua “emotividade lírica”. Certo é que os versos “Doçarias do Passado” representa, sobretudo, uma revelação interior que lhe dava razão para ir ao oriente, porque havia um certo gosto e um espírito curioso que ele tinha daquela época. Portanto para Alberto Osório de Castro a sua decisão de ir ao oriente foi “uma surpresa de saudade”, pois em toda a sua descrição reconhece-se sempre o aroma delicadíssimo da natureza exótica das regiões visitadas, incluindo o adorável perfume natural escondido por completo na roupa suja e nos corpos sem banhos dos nativos que acabaram a bailar do *tébedai* (Castro, 1996, p. 57) debaixo de “Fulan naróma” (claridade da lua).

1. A sua vida em Timor

A sua vinda a Timor foi resultado de “ligações familiares”, isto é, marcada pela passagem da avó materna de origem holandesa que nasceu em Batavia, e o percurso percorrido pelo avô paterno que foi juiz em Macau. Essa foi a herança familiar que levou o poeta ao Oriente e até ao Timor. E, pelo facto Alberto Osório de Castro esteve alguns anos em Goa, Moçamedes, Timor e em Luanda. Foi nestas terras longínquas que se realizou uma das suas mais caras aspirações, baseadas na leitura que ele fez durante da sua infância sobre a geografia universal. Parece que é a partir daí também que o poeta sentiu-se fascinado pelo Oriente e procurou conhecer mais perto possível.

O poeta procurou todos os meios para ir a Timor. A sua vinda a Timor surgiu quando ele assumiu o cargo juiz da comarca de Moçâmedes, tomou uma decisão e pediu transferência para Timor, onde permaneceu entre os anos de 1908 e 1911.

Pedi transferência para Timor, e houve a bondade no então Ministério do Ultramar de se atender a minha súplica, creio até que principalmente pelo argumento evocado do preço do caixão de ir à cova no cemiteriozinho de Moçâmedes, rodando à noite pelas hienas ou quimalancas do escuro deserto circundante. Fui, foi porventura, creio, o primeiro juiz colonial que requereu colocação em Timor (Castro, 1996, p. 14).

A razão principal que o levou a fazer o pedido de transferência foi a própria realidade africana que nada lhe agradou.

E na infinita desolação da costa atlântica a África austral, amortalhada rogo a meio do dia em taciturno cacimbo, eu só sonhava em tomar à resplandecente magia dos países do Oriente, ou, melhor ainda, do Extremo-Oriente. Vinham-me à lembrança gravuras admiradas na minha infância, ilustrando em *Le Tour du Monde* a tradução francesa da obra do grande naturalista inglês Alfred Russel Wallace, *The Malay Archipelago* (Castro, 1996, p. 16).

Certo é que foi essa razão, e também pela sua autoconfiança, que o levou a viajar para Timor, prestando serviço jurídico ao governo colonial sediado naquele

território. Foi assim que o poeta encontrou o seu “destino feliz”, pois foi ali que encontrou o “cheiro do sândalo salutífero” profetizado por Luís de Camões. Entretanto, a sua primeira impressão foi impressionante, porque encontrava-se de novo perante a densa floresta coberta de palmeiras. Assim dizia ele:

A minha primeira impressão de Timor, no desembarque em Díli, foi a de que pisava de novo a terra da Índia do Conção, a Índia dos palmares.

A mesma cor vermelha do solo, aqui de xisto e suas argilas, lá de laterites, a mesma flora, a mesma tez da gente. Apenas aqui mais nacarada a luz mais docemente aproximada do sonho dos homens (Castro, 1996, p. 20).

Compreende-se que essa primeira impressão motivou o poeta a percorrer todo o território de Timor. Cada visita realizada dava-lhe novas ideias e novas aspirações, até que ele próprio reconheceu assim:

É estranho como esta natureza de Timor, vária e cintilante, em mim produz por vezes o mesmo *grand songe terrestre*, igual vertigem e ardente pânica à que me dão certos poemas de M.me de Noaille, de Henri de Régnier, de Gabriele D’Annunziol (Castro, 1996, p. 85).

Viver em Timor parecia que estar no paraíso, isto é, conviver com gentes simples, penetrando nas suas culturas e partilhando o mesmo sentido de vida. Assim que um *malaie* vivenciou e praticou algumas danças dos timorenses em alguns eventos formais. O poeta Alberto Osório de Castro experienciou essa convivência tão harmoniosa com timorenses e participou algumas vezes nos bailes desse povo, como ele próprio descreveu em “Tebedai”:

Bailemos, bailemos, à luz do luar,
Que a vida não pára, lá vai a passar.

Nas sombras do verde gondão de mil braços
Já voam as moscas-de-fogo aos abraços.

(...)

Era uma vez um *malai* português,
Que em todo o batuque dançava por três.

(Castro, 1909, p. 332).

Ele revelou o “tebedai”, o baile timorense, a partir das observações feitas nos bazares, nas festas populares e nas recepções dos administradores. Daí ele notou que “nas mulheres do *tébedai* de homenagem”, como notou em “todos os batuques encontrados, uma grande frequência do bócio” (Castro, 1996, p. 56) onde os *malaes* também se divertiam com esse tipo de baile timorense.

O CENTENÁRIO DO POETA OSÓRIO DE CASTRO

Entre os centenários que este ano decorrem e que, directa ou indirectamente, se encontram ligados a uma actividade cultural pertinemte relacionada com o ultramar, compreendos lembrar aqui o nome do poeta Alberto Osório de Castro, nascido em Coimbra. A sua situação de metropolitano não invalida, nem diminui o valor da sua obra, no que ela há de esteticamente válido, ao lado de uma latente presença de temática ultramarina que a dimensionou ao espaço português onde esteve e que o influenciou.

Efectivamente, Alberto Osório de Castro, mal acabado o seu curso de Direito, com 21 anos, logo se encontra nomeado para o ultramar, tendo exercido a sua função de Magistrado, em Angola, na Índia e em Timor. Estas provincias terão representação na sua obra de poeta e de investigador. Esta iria surgindo nos locais em que residia. E assim «A Crista dos Mirtos» surge em Nova Goa, da mesma forma que «Flores de Coral» surgirá em Timor, sendo o primeiro livro já impresso. Também, esta provincia, lhe motivará o notável trabalho «A Ilha Verde e Vermelha de Timor» que a Agência-Geral de Ultramar editou e que, pronto, se encontra esgotado. Neste ano centenário do escritor, numa das comemorações que honrarão a sua memória, conta-se a reedição desta obra, pela mesma Agência Geral de Ultramar.

No momento da sua morte, em 1946, Alberto Osório de Castro deixava ainda inédita a obra «Plantas Úteis da Ilha de Timor» e as notas concernentes a uma obra projectada, mas não incluída, a que deu o título de «História da Sociedade Portuguesa na Índia nos Séculos XVII e XVIII».

Pertencendo à geração de António Nobre, de Eugénio de Castro e de Alberto de Oliveira, publicou em Coimbra o jornal literário «Boémia Nova» onde manteve uma viva polémica com o grupo literário chefiado pelo autor dos «Oaris-tos». Seus pares nessa revista foram António Nobre e Alberto de Oliveira. Foi amigo pessoal do poeta simbolista Camilo Pessanha que, como ele, no ultramar se realizara como grande poeta.

A sua personalidade de escritor que se estendeu, como foi dito, ao maior espaço português, onde foi admirado e acaulinhado, não impedia o universalismo da obra que nos legou. Amigo e admirado por escritores como a Condessa de Noailles, Mistral, Remy de Gourmont e Ruben Dário, que lhe consagraram um capitulo num dos seus livros, Alberto Osório de Castro representa um dos pontos cimeiros na literatura portuguesa contemporânea.

Por isso o lembramos aqui, apontando-o como um dos exemplos mais marcantes da escrita metropolitana, que se realizou através de um lirismo em que a imagética e a inspiração ultramarinas estiveram sempre presentes. Isto, para além das obras de carácter científico que ao ultramar dedicou, como investigador.

700 DIAS PODE O HOMEM VIVER NA LUA

Segundo afirmam os cientistas soviéticos, o homem pode viver perfeitamente na Lua durante 700 dias, numa fortaleza construída com o ló lunar para o proteger das radiações.

A notícia veio a lume quando o Lunar-14 — a mais recente sonda lunar russa — entrava na segunda metade do percurso para o satélite terrestre, onde deveria chegar na noite seguinte, se bem que até agora não haja informação oficial sobre o progresso do engenho.

Entretanto, a U. R. S. S. lançou o seu 211.º satélite da série Cosmos — anunciou a agência Tass.

MISSIONÁRIO INTIMADO A SAIR DA INDIA

Foi intimado a sair da Índia, no prazo de três semanas, o missionário católico espanhol, Vicente Ferrar, segundo se anunciou oficialmente.

Aquilo sacerdote dirigia uma missão nos meios rurais de Nasik, a 160 quilómetros nordeste de Bombaim. É acusado de ter distribuído em algumas camponezes, exercendo, deste modo, «influência prejudicial à administração pública».

2. As Flores de Coral

Em 1908 publicou em Díli *Flores de Coral* que foi o primeiro livro impresso em Timor (*A Voz de Timor*, 11/7/1965, p. 4). Esta obra, nas palavras do próprio autor, é a primeira a ser publicada pela Imprensa nacional de Díli – Díli, Timor-Leste. Este livro foi dedicado ao Fialho de Almeida, e dele são impressos 72 exemplares em papel Song-Kio-Tzo de Cantão, assinados e rubricados pelo autor, 250 são impressos em TCO-TPO – papel pagode de Cantão – e 31 exemplares, também rubricados e numerados, são impressos nos dois papéis mesclados (Goldsteins, 2012, p. 22). Entretanto, *Flores de Coral* é – na opinião de Rui Martins (in blog *Tertúlia Bibliófila*⁵, 24/5/2012) – valorizada pela sua

extensa dedicatória autógrafa do autor, que foi juiz de direito em Dilli, capital de Timor, a João Baptista Gregório de Araújo, inscrita no anterosto, e que reza: «Ao Senhor Advogado João Baptista Gregório de Araújo, em prova de consideração, e de agradecimento pelos informes que me deu para este livro da sua formosíssima terra, e lembrança affectuosa do autor. Lahane, Março 1, 1910». Tem no fim a seguinte justificação editorial: 72 exemplares, numerados e rubricados pelo autor, em papel branco Song-kio-tzú de Cantão, 257 em papel amarelam Tço-tzu, ou papel pagode de Cantão, e 31 nos dois próprios mesclados, e também numerados e rubricados. Acabou de se imprimir esta obra, para o autor, na Imprensa Nacional, em Dilly, ilha de Timor, arquipélago de Sunda, aos 31 dias de Dezembro de 1909, sob a direcção tipográfica de Francisco Maria Jorge, de Nova Goa, Índia portuguesa e José Maria Ribeiro, de Baneau, Ilhas de Timor. O presente exemplar é o n.º 176 dos 257 em papel amarelo, assinado pelo autor. Falta-lhe a primeira folha de guarda, tem algumas manchas de humidade, leve e ocasional trabalho de traça nas margens brancas verticais das folhas 241 à 256, sem ferir qualquer letra e as últimas folhas com minúsculos restauros. Não obstante o que fica dito, muito bom miolo. Segundo Inocêncio, XX, pág. 321, «O livro “Flores de Coral” é, com efeito, precioso e as notas que o enriquecem dão -lhe extraordinário relevo e até pela abundância de esclarecimentos etnográficos e filológicos, pondo-nos em relação, pelos seus vastos e úteis estudos, com os eminentes literatos que têm estudado profundamente os assuntos orientais, não esquecendo o que devem às “Peregrinações” de Fernão Mendes Pinto».

De um modo geral, o livro *Flores de Coral* se inicia com a sua viagem de ser poeta e de ser aventureiro na terra da gente timorense, como afirma o seu próprio verso a seguir:

Dispersos pelos mares,
Alguns dias de luz me alvorejaram.
Ondas d’oiro no nácar dos luars
O meu sonho embalaram.
E em flores de coral, sob os palmares,
Rolaram-no, e passaram
(Castro, 1909:295).

Mas que longo cavaco pela noite fora, para quem tem de madrugar com o baile completo, cheio de performance do tropical sereno. Sabendo que a vida do

⁵ Fonte: <http://tertuliabibliofila.blogspot.com/2012/05/palacio-do-correio-velho-leilao-de.html> (acesso em 12/3/2014).

poeta daquela era estava dispersa pelos mares adentro e quando chegava a terra verde e vermelha começou a sentir a voz dos passarinhos e o som das grandes árvores batidas pelo vento. E quando chegava a noite, o poeta Alberto Osório de Castro lançava o seu olhar e observava tudo o que se passava no seu redor. Por isso que os seus olhos estavam sempre atentos a suprema maravilha da noite timorense, pelo que de Lahane começou a brilhar a paixão pelo esplendor da noite serena e suave que dava mil sensações. Foi assim que o poeta aclama sua profunda saudade no “Fúlan naróma” e a infinda noite opalescente fazia a poesia falar, a razão pela qual Castro disse que “mas isto é poesia” (Castro, 1996, p. 96).

Quanto a prova científica que as *Flores de Coral* representam, dizia Camilo Pessanha:

Constituem as *Flores de Coral* a mais cabal demonstração de que não são antinómicas a poesia e a análise científica; e parece que é propositadamente para dar corpo a essa demonstração que o poeta, procedendo contrariamente a todas as tradições; desvenda, no curioso apêndice à sua obra poética, os segredos da génese desta, que lhe justificam a orientação e facilitam a exegese. Não lhe basta atribuir a cada uma das suas composições duas datas, indicando uma o lugar e o momento da (...) impressão do exterior que inspirou, e declarando a outra o lugar e o instante em que (...) a transformação perfeita desse germe se realizou (...); ainda em cento e cinquenta páginas de compacta impressão, familiariza o leitor com os diversos factores de que a sua obra é o resultado, faz menção das suas próprias características étnicas, dos misteriosos e remotos atavismos que influenciam o seu trabalho mental; alude às suas próprias leituras, às predilecções do seu espírito, às suas viagens, esforça-se principalmente por dar a conhecer o meio exótico em que surgiram as *Flores de Coral* e que tanto contribuiu para lhes dar cor (Pessanha, 1910, p. 109; obs. cit Braga, 2014, p. 297).

É certo que as notas científicas, técnicas e artísticas cujas provas descritivas sobre *apontamentos etnográficos* e a formação da “*pequena casa lusitana*, doçura do lar colonial, na compreensão da alma dos naturais” (Castro, 1934, pp. 12-13), ou seja, *domesticação da lusitaniedade* no oriente em literatura de exotismo que conduziu o Camilo Pessanha a reflectir propositadamente acerca do lugar de conexão entre a ciência e a poesia que se norteia nas *Flores de Coral*. A este propósito, Gustavo Rubim (1993, p. 99):

(...) importa sublinhar de que maneira as *Flores de Coral* representam, na leitura de Pessanha (...) uma desarticulação daquela antinomia [entre ciência e poesia] e, nessa medida, um outro entendimento da modernidade. A razão encontra-se, não apenas no gesto pelo qual Osório de Castro ‘familiariza o leitor’ com tudo o que possa explicar o que hoje se chamaria o seu ‘processo criativo’, mas também na autonomia que essa explicação adquire no corpo do livro, distanciando-se do seu conteúdo especificamente literário.

Continua o crítico literário,

Se a heterogeneidade do livro de Osório de Castro constitui, por si mesma, ‘cabal demonstração’ de uma falsa antinomia, no sentido em que mostra, dá a ver ou põe sob os nossos olhos (...) uma outra relação entre o poético e o científico, já a orientação intencional a que o ‘apêndice’ obedece, do ponto de vista estético, levanta problemas que (...) afloram na retórica da sua ‘notícia’ (Rubim, 1993, pp. 100-101).

Sendo assim, a ciência e a poesia continuam a cruzar-se entre si, como se nota em alguns trechos das *Flores de Coral*:

Este vale profundo de Lahane nos montes de Dili, de altas encostas de xistos avermelhados ou cinzentos, incrustados, estriados, atravessados de quartzo, e cuja ribeira deriva sob rochas negras eruptivas, basálticas, creio, sobre rochas metamórficas de estrutura xistóide, em que os elementos claros zigzagueiam e se entranham em arabescos angulares nos elementos escuros, mais regularmente dispostos; sobre pedras silicosas, granitos mesmo, é sempre para mim novo e belo. Não me canso de admirar a graciosa e alta vegetação da ribeira, a vida resistente das epifitas, pequenas urnas cor de casulos de seda das *Dischidia rafflesiana*, orquídeas em flor, de um odor de donna, de uma fragrância de mel e de ananás maduro, as grandes ribas a prumo vestidas de *Polypodium imbricatum*, a barba glauca de deuses marinhos dos *Platyserium grande*, o verde abraço dos *Philodendron* por troncos e grutas (Castro, 1909, pp. 449-450).

Tudo isso é uma realidade constante mostrada por um admirador exterior que procurou estabelecer um nexó poético com a ciência, isto é, Ruy Cinatti que na sua leitura vê que nas *Flores de Coral* “Não se pode ir mais longe na descrição, ao mesmo tempo poética e exacta, científica e literária, provando-se, uma vez mais, que o conhecimento poético supera o conhecimento científico quando aquele afina pelo tom da verdade objectiva” (Cinatti, 1992, p. 561). É óbvio que *Flores de Coral* foi uma “obra de colonização ou é científica, ou não é nada, ou, quando muito, uma tão só miserável exploração das populações primitivas” (Castro, 1909, p. 561), continua a ser uma referência exemplar para muitos que queiram conhecer Timor e a sua gente.

«FLORES DE CORAL»

O primeiro livro impresso em Timor

Alberto de Osório de Castro, nome grão da literatura portuguesa, esteve em Timor, no princípio deste século, e aqui desempenhou as funções de Juiz de Direito da Comarca.

Da sua competência como magistrado dá nota o facto dos seus acordões terem chegado a ser acatados, como exemplo, nos cursos de direito da Universidade de Coimbra.

Escritor e poeta de grande merecimento, o Dr. Osório de Castro dedicou-se também ao jornalismo político, tendo fundido, com Alves Reçadas, na Índia, o Oriente Português.

Pertenceu à geração e foi amigo de António Nobre, Eugénio de Castro, Alberto de Oliveira e Camilo Pessanha.

Em 1907 publicou em Dili «Flores de Coral» que foi o primeiro livro impresso em Timor.

Ainda sobre a nossa Província es-

creveu o livro «Ilha Verde e Vermelha» e deixou inédita a obra «Plantas Úteis da Ilha de Timor», trabalho este de grande valor botânico.



Dr. Alberto Osório de Castro

Figura 1 – *Flores de Coral*: o primeiro livro impresso em Timor (*A Voz de Timor*, 11/7/1965, p. 4).

Nas *Flores de Coral* encontram-se também a “descrição feminina” de Alberto Osório de Castro, formatada por um “episódios e epigramas” de vida de algumas nonas:

Corossol

Nôna! Se o seu coração
Fosse anona-corossol,
Comia-o, fruta do sol!

Nôna! Ao seu mau coração
Quem compara o corossol,

Aroma, frescura, e sol!
Perdão, corossol, perdão.

Epitáfio

Amei, antes de ser um morto inerte,
Todo o brilho da vida.
Que o meu amor me acorde e me liberte
Desta estreita jazida.
(Castro, 1909, p. 345)

A descrição feminina apresentava uma passagem de amor entre uma “Nôna” com um *malae*, que aconteceu antes de ser morto inerte. Isto é, um tom idêntico da emoção daquele que presenciou a vida real daquela época. E assim que, dizia o poeta,

Foi o que amei da terra:
a forma feminina, e as formas vegetais.
A morte não me aterra.
É apenas começar outros sonhos vitais.
(Castro, 1909, p. 347).

Que faz a vida florescer em todas as circunstâncias do tempo, e continuou o poeta que “se clemente comigo, deixa-me ir para ti serenamente, num suspiro profundo” (Castro, 1909, p. 348).

3. A ilha verde e vermelha de Timor

Publicou em 1946, a “Ilha Verde e Vermelha de Timor” e foi reimpresso em 1996 pelo Editor Cotovia. Esta obra foi uma das descrições tão exóticas que conduziu a sua pessoa como “positivamente” enfeitada pela “maravilhosa terra de Timor”. As suas minuciosas observações sobre a paisagem e a gente de Timor, “cruzam-se, nas suas impressões sobre a Insulíndia, a condição social de juiz e o léxico prolixo do simbolismo, mais a sabedoria científica de um amador instruído em áreas que iam da Biologia à Etnologia, da Geologia à Antropologia, da

Botânica à Geografia, somando-lhes o conhecimento das literaturas. O resultado é um relato maravilhado trespassado de referências inerentes a essa erudição, rendendo-se perante paisagens, gentes e bichos” (António Loja Neves, *Expresso*, 1/6/1996). É uma obra literária histórica de colonização portuguesa ou é científica ou não é nada que revela a beleza tropical da ilha e os seus habitantes. É uma obra para reler a etnografia de Timor como “alcance prático” do reconhecimento nacional (Cf. Sousa, 2014).

A publicação do livro “Ilha Verde e Vermelha de Timor” está integrada na colecção de “Insulíndia Portuguesa”⁶. Este livro foi publicado com Despacho de S. Ex.ª o Ministro das Colónias, de 12 de Março de 1943, foi impresso pela Editorial Ática, Rua das Chagas, 23 a 27, Lisboa, tendo ocorrido a composição e impressão durante o mês de Junho de 1943. A chancela é da Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias. Aparece, como vemos a seguir, dedicada a Hernâni Cidade.

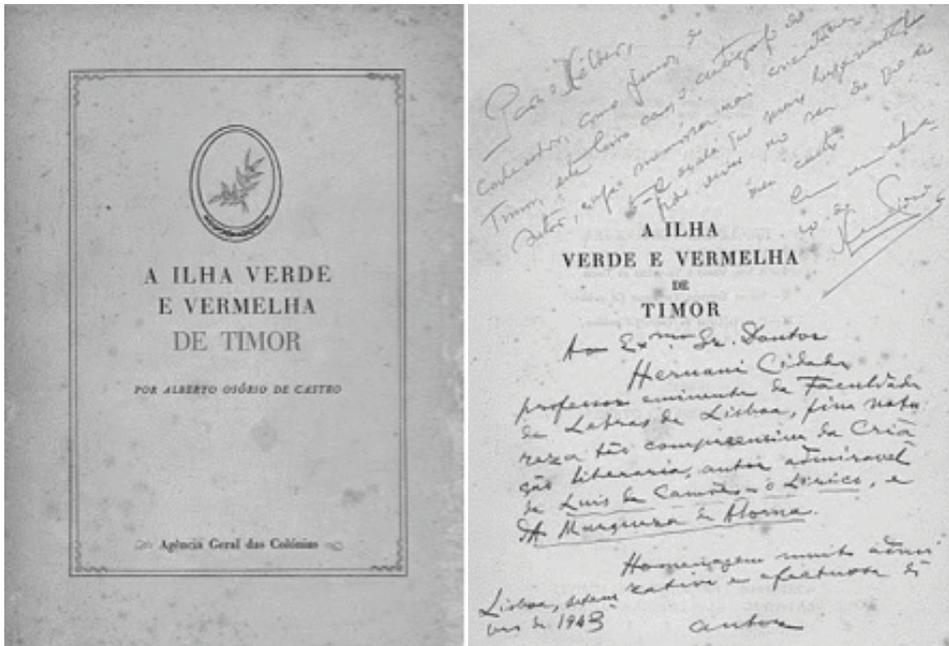


Figura 2 – Dedicado ao Hernâni Cidade⁷

⁶ Neste livro encontra-se publicado os “Breves estudos timorenses e Plantas úteis de Timor” publicado pelo próprio autor em 1868.

⁷ Fonte: <http://kaligraphias.blogspot.com/2010/01/ilha-verde-e-vermelha-de-timor-por.html> (acesso em 28/4/2014)

Na *Ilha verde e vermelha de Timor*, Alberto Osório de Castro, fez declaração “*curiosita naturale*” sobre a Timor – especificamente a Díli, e com espírito fantasioso classifica esta terra como lugar do “sonho dos homens” e nem “falta um canguru” porque a “pequena méda” o representa:

A minha primeira impressão de Timor, no desembarque em Dili, foi a de que pisava de novo a terra da Índia do Conção, do solo, aqui de xistos e suas argias, lá de laterites, a mesma flora, a mesma tez da gente. Apenas aqui mais macarada a luz, mais docemente aproximada dos sonhos dos homens. A breve fauna de Timor não é já, pode dizer-se, a da Índia, como é a de Samatra, da Península Malaia, a da Java, mas a da Australia vizinha, tão diversa. Nem falta em Timor um canguru, a pequena méda (Castro, 1996, pp. 20-21).

O *sonho dos homens* reflecte-se ao sonho do próprio poeta, pois a partir desta terra longínqua que revive a sua infância. É muito natural que a maravilhosa terra de Timor enfeitice positivamente a sua alma poética, e com essa maravilha natural que se realizou “o sonho dos seus catorze anos de pequeno beirão enfermiço, encantado a traduzir pouco mais ou menos a obra do naturalista Wallace sobre o Arquipélago Malaio que vinha na revista *Le Tour du Monde*. Em Timor vivera Wallace, também um dia eu lá havia de ir! e lá fui” (Castro, 1996, p. 66).

O “sonho dos homens”, assim por dizer, é um sonho de paixão pela natureza exótica, tudo é original e intangível. Parece que o seu sonho foi realizado quando o poeta descreve a maravilhosa do “alto do cume de Gugulêur, à direita do cominho para Daro-lemma, a planície do Lóis norteada pela branca de areias, verde-clara de arrozais e pradarias. O monte piramidal de Atabai (1975 metros) cobrido pela névoa da manhã e da tarde, e a vista perde-se até ao pico holandês de Fialáran, no extremo horizonte fronteiro. (...) À esquerda marmoreia-se de tons róseos e o espigão de Cailaco (340 metros), de faces a prumo, Encurva-se para sul, na fronteira de Manufahi, a garra adunca do Ramelau (2950 metros de altura, segundo a carta de S. Gago Coutinho), o mais alto píncaro do território, e à direita o Darulau, de 2322 metros de altura para trás dessa cordilheira é o mar de timor violento, o grande vento que vem do Scrub da Austrália, perpetuamente em flor (*Ibidem*, pp. 48-49). Todavia, partindo da viagem por montanhas de Timor o poeta mexe o seu cérebro pensante a imaginar as serras de Coimbra, de Mangualde, e a serra de Estrela (irmã da montanha de Ramelau, de então, o mais alto de Portugal).

A natureza de Timor é tão rica e bela que conduz o sonho dos homens ao fim do mundo, viajando na frescura das ribeiras enfeitadas pelas cores de gaboeiras até à divina costa verde, como aclama Alberto Osório de Castro em alguns versos do seu poema *Reisebilder* (Castro, 1996, p. 22):

E eis-te no fim do mundo,
Costa verde e vermelha de Timor!
Mas que divina, extraordinária cor,
A do teu céu, a do teu mar profundo!

É d'oiro a manhã de Dili.
Trilla tão lindo o *corllili*..⁸
Na frescura das ribeiras.
Murmuram perpetuamente
À verde sombra virente
Das *gaboeiras*⁹

Para parafrasear a inspiração do poeta, recorre os versos do poema *Natureza Infeliz* de Vicente Paulino que reflectem criticamente a realidade de Timor contemporâneo:

A espuma do pó sobrevoa na beira das estradas de Dili
faz os vivos a morrer sem lágrimas.
Mas que castigo esse, d'oiro cidade de Díli,
onde as cinzas de máquinas fazem gentes algemas.

As gaboeiras destruídas
fazem crescer estradas de água.
Quando as nuvens choram mingadas,
Caicoli e Colmera inundadas
Os palácios livres de água.

Praia dos coqueiros era bela
Agora, é feia e cheia de nuvens do pó
sem sombra da árvore, a vida da gente é nula
É o retorno do reino do pó

As gaboeiras destruídas
Timor seca sem frescura das estradas
A verde alma da gente fica do lado
Pois, a vermelha nada está do lado
Assim, não há sombra que acalma
É um castigo infernal da alma¹⁰

Ruy Cinatti teve um gosto particular pelo livro *Ilha verde e vermelha de Timor* de Alberto Osório de Castro. Foi este livro que o inspirou a desenvolver o seu trabalho de investigação científica acerca a colónia de Timor. Assim descreve Cinatti (1992, p. 560):

⁸ Pequeno pássaro dos arvoredos das ribeiras de Timor

⁹ Termo timorense para uma espécie de palmeira típica

¹⁰ Paulino, Vicente. 2014. “Natureza Infeliz”, in *Emarculturas* – <http://emarkulturas.blogs.sapo.tl/> (acesso em 15 de Outubro de 2015). Este poema é publicado pelo autor em sua obra “Leituras do mundo e da natureza, poemas” (2018, p. 80).

O livro de Osório de Castro, além de ser exemplar único da história literária e de se assemelhar por estes e outros motivos à obra de Fernão Mendes Pinto, há-de ficar na literatura da especialidade como sendo a primeira contribuição moderna da fitografia timorense. (...) O amadorismo científico e a falta de elementos informativos, longe de prejudicar a estrutura da obra, estimularam todas as faculdades da inteligência do autor, obrigando-o a aplicar a um mundo ignoto as várias facetas do seu poderoso talento descritivo. Qualquer coisa que se lhe depare é descrita com aquela frescura e novidade de quem inventa palavras certas para um conjunto de imagens que se experimentam pela primeira vez, sendo para considerar, sob um aspecto filosófico e político, que em 1909 tenha sido escrita por um poeta a seguinte afirmação: 'Hoje a obra de colonização ou é científica ou não é nada'.

O elogio feito pelo Ruy Cinatti a Alberto Osório de Castro foi um acto de reconhecimento entre os conhecidos e os amados no seio da comunidade literária. Entende-se, entretanto, *A ilha verde e vermelha de Timor* – no contexto de *Teoria da Literatura* – é um peculiar livro de viagem, escrita em prosa poética, cheia de informações exaustivas sobre a ilha, a sua paisagem e as suas gentes. Muitas vezes, considera-se como uma obra de múltiplos aspectos em que avulta a ânsia de sair de um meio fechado com perspectivas globais. O que parece oportuno é indicar algumas directrizes que podem contribuir para a reflexão sobre a literatura de Timor e/ou timorense. Pensa-se que são válidas quaisquer que sejam os dados históricos com a condição evidente de serem aplicados pela forma e na medida em que o próprio meio permita desenvolver os traços literários timorenses.

Não deixando, porém, de apresentar algumas linhas enchidas pelas notas históricas sobre o Lifau, a primeira capital da possessão portuguesa em Timor até 1769, e “após um longo assédio das indígenas” escreve Pinto Correia, em notas a páginas 338, “trocámos Lifau para Díli” (Castro, 1996, p. 24). Mas, para o reconto destes lamentáveis dias dos meados do século XVIII em Timor, veja-se a obra que o inteligentíssimo e notabilíssimo do governador da Colónia, Afonso de Castro, apareceu com sua obra *As Possessões Portuguesas da Oceânia*, descrevendo lés a lés sobre a terra do sândalo. É uma das melhores obras da histografia colonial¹¹, e que bem merecia uma reedição cuidada, talvez apenas modernizada, é a única obra de tão firme pensamento e crítica, e única na documentação que reúne todos os elementos etnográficos da ilha do sândalo. Alberto Osório de Castro na sua obra *Flores de Coral* aludiu também o primeiro antropólogo português que chegou a Timor neste enunciando:

Mas chegou a Timor com o novo governador (...) o primeiro antropologista português, o Sr. Capitão Fonseca Cardoso (...). Portugal vai dever ao Sr. Capitão (...) o primeiro estudo científico das popu-

¹¹ De referir ainda que os três volumes da obra de Luna Oliveira, *Timor na história de Portugal*, publicada pela Fundação Oriente em 2004; *Timor Português*, de Hélio Esteves Felgas, publicada pela Agência Geral do Ultramar, em 1956; *Timor Português 1515-1769: Contribuição para a sua história*, de Artur Teodoro de Matos, monografia de licenciatura da Faculdade de Letras da Universidade Lisboa.

lações do seu território da Oceania (...), de tanto e coronal interesse para a nossa política colonial na Insulíndia (e quando teremos verdadeiramente uma meditada, e arrazoada, e seguida política colonial?) (...). É bem desagradável que (...) o livro de Mr. Maugham, *Portuguese East Africa*, diga de nós: ‘l’Afrique Orientale Portugaise, région dont les Portugais n’étudient guère les populations’ (Castro, 1909, pp. 409-410).

Contou ainda que por vezes é no tribunal de Timor um grave problema a nomeação do intérprete, pois as línguas faladas pelos nativos do território são, por natureza, incompreensíveis de uma região para outra. Sendo assim, recorreu-se sempre alguns meios para facilitar o seu serviço e a sua comunicação com a população. E para a sua documentação, o poeta Alberto Osório de Castro, apresentou em “As ilha verde e vermelha de Timor” (1996, pp. 91-92) as línguas faladas em Timor pelas respectivas comunidades étnicas.

Epílogo

Se a gente quiser conhecer mais poemas que falam de Timor e do mundo oriental, terá que ler não só *Flores de Coral*, mas também *Sinal da Sombra*, onde aquela tópica se pode encontrar em meio a uma colecção de líricas persas, japonesas e chinesas. A este convite, Duarte Nuno Drumond Braga (2014, p. 304) adverte que “em *Flores de Coral* há que olhar, para o que o livro faz, para além do que o que diz, uma vez que historicismo e didactismo, ainda que possuam efeitos directos no modo de organização da obra, apontariam sobretudo para o que o texto diz. Assim, a datação dupla, por exemplo, parecendo encerrar o poema na sua própria genética, patenteia, a um mesmo tempo, o trânsito interno à escrita, num dinamismo que ecoa os trânsitos biográficos do autor” com “a natureza da intertextualidade literária própria” (Braga, 2014, p. 305) nos degraus do tempo em que formou os versos sobre à “pátria perdida” na terra exilada com gente portuguesa de raça mista que vive da própria vida com experiências contaminadas pela cultura local. É uma “influência do império nas letras” e de “de filiação pré-lusotropicalista (...) esta impregnação espiritual em outras raças, que é tão nossa (...) [,] só se consegue pela compreensão das almas das outras raças. E é pelas letras que hoje é permitido compreender até ao mais íntimo a alma velada dos povos coloniais, em contacto com a nossa alma” (Castro, 1936, p. 414).

Após alguns anos de servir a sua pátria portuguesa nas terras orientais, Alberto Osório de Castrou regressou a Portugal como “vitorioso”, pisando de novo a *praia lusitana* para dar

“à língua portuguesa contemporânea o esmalte exótico que desde a época clássica havia perdido. (...) todo este mundo esplendoroso que poderia ser a herança da genealogia parnasiana do Poeta, ele o viveu e sentiu em realidade e sonho, sobrepondo-se, pela comoção da sensibilidade histórica, pela verdade dos motivos, aos ditames convencionais da sua escola” (Raposo, 1936, pp. 53-54).

Alberto Osório de Castro morreu discretamente. Foi uma morte despercebida entre os conhecidos, porque não era um poeta de tertúlias literárias nem de grupos políticos (embora pertencesse ao Partido Regenerador e assumiu o cargo ministro da justiça no governo de Sidónio Pais); por isso, a sua morte passou pouco menos que despercebida dos jornais e completamente ignorada do público. Todavia, foi não só um grande poeta como também um português do mais elevado patriotismo e “um poeta ocidental verdadeiramente português que se deixou vencer pelas mais belas e estranhas seduções dos mares e terras orientais que sempre viveu nos seus versos como nenhum outro poeta ocidental” (Osório, 1946, p. 9). Foi um

“(…) admirável intérprete das terras e das sensibilidades que formam o Império Português. Ele foi na verdade o maior dos nossos artistas – não quero dizer: coloniais – que têm exprimido a expansão da alma portuguesa no Mundo e a integração nessa mesma alma das riquezas emocionais dos povos que colonizámos e com quem convivemos. Um artista que com talento novo e superior continuou os grandes nomes do século de ouro – um Fernão Mendes Pinto da sensibilidade (Caetano, 1946, p.3).”

Augusto da Costa (1946, pp.129-130), por sua vez, considerou Alberto Osório de Castro como um dos maiores artistas portugueses que tem exprimido a expansão da alma portuguesa no Mundo e a integração dessa mesma alma das riquezas emocionais dos povos colonizados com quem conviveram. Afirmava ainda que ele foi “Um artista com talento novo e superior” e o seu nome continua a ser grande na era do “século de ouro”. Foi um

“poeta de mais complexo e completo sentido português. É estrita obrigação de uma revista que tem por título ‘Mundo Português’, título que representa um programa e uma consciência de grandeza do génio nacional, relembrar na hora da morte deste grande Poeta como toda a sua obra está ligada à vida imperial do povo português, à sua tradição histórica como à sua presente renovação” (Osório, 1946, p. 8).”

Em sua memória, o estado português designou uma rua com seu nome: Rua Alberto Osório de Castro, no concelho de Oeiras.

Finalmente, para a conservação dos documentos pessoais dos grandes escritores e poetas portugueses, o poeta António Osório entregou à Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), as “Cartas da poetisa brasileira Cecília Meireles a Maria Valupi e de Camilo Pessanha a Ana de Castro Osório”, incluindo outros documentos doados “constam duas cartas manuscritas de Camilo Pessanha a Ana de Castro Osório, o dactiloscrito da carta-poema “Dulce querida”, dedicada por Cecília Meireles a Dulce de Castro Osório, fotografias do próprio António Osório, de Ana de Castro Osório e filhos, de Camilo Pessanha, de Alberto Osório de Castro” (*Agência Noticiosa Lusa*, 12/2/2008).

Referências

- Almeida, C. N. & Braga, D. D. (2013). *Nau-Sombra: os orientes da poesia portuguesa do século XX*. Lisboa: Nova Veja.
- Braga, D.D. (2014). *Ao oriente do oriente transformações do orientalismo em poesia portuguesa do início do século xx: Camilo Pessanha, Alberto Osório de Castro e Álvaro de Campos*. Tese de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Castro, A.O. (2004). *Obra Poética*. Vol. 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Castro, A.O. (1996). *A ilha verde e vermelha de Timor*. Lisboa: Edições Cotovia
- Castro, A.O. (1994). Exiladas. In, Alberto Osório de Castro. *Obra Poética*, vol. 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Castro, A.O. (1909). *Flores de Coral. Poemetos e Impressões da Oceânia* [Últimos Poemas]. Díli: Imprensa Nacional.
- Cinatti, R. (1992). *Paisagens timorenses com vultos – obra poética*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Castro, A.O. (1936). *A Influência do Império nas Letras. Alta Cultura Colonial, Discurso Inaugural e Conferências*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Bibliotecas, 401-416.
- Castro, A.O. (1934). Alma Colonial. *O Mundo Português*, volume 1, n.º 1, 11-13.
- Caetano, M. (1946). Palavras do Prof. Marcelo Caetano, Ministro das Colónias. *Diário da Manhã*, [Suplemento “Cultura”, 3], Lisboa.
- Costa, A. (1946). Artes e letras coloniais – a morte do poeta Alberto Osório de Castro. *Boletim Geral das Colonias*, vol. 22, n.º 250, pp. 129-130.
- Goldstein, Â.R. M. (2012). *A representação do oriente na obra poética de Alberto Osório de Castro*. Dissertação de Mestrado em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Nóbrega, P.P. (2004). *Alberto Osório de Castro: incursões pela arqueologia mangualdense*. In <http://confaoc.no.sapo.pt/conf12.html> [texto da conferência proferida a 4-05-2004 em Mangualde aos alunos do 7.º ano da E.S.F.A.]
- Osório, J.C. (1946). Alberto Osório de Castro, o Poeta do Renascimento Português e Imperial. *Mundo Português: Revista de Actualidades do Império*, ano XIII, IIª série, n.º 1. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 8-11.
- Pessanha, C. (1988). *Obras de Camilo Pessanha, Clepsidra e poemas dispersos. Introdução biográfica e crítica, Organização e Notas de António Quadros*, Lisboa: Publicações Europa-América
- Paulino, V. (2018). *Leituras do mundo e da natureza*, poemas. Díli: Casa Apoema.
- Paulino, V. (2011). A imprensa católica ‘Seara’ e a tradição timorense: 1949-1973. In Silva, Kelly & Sousa, Lúcio (org), *Ita maun alin ... o livro do irmão mais novo – afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 169-182.
- Rubim, G. (1993). *Experiência da Alucinação: Camilo Pessanha e a Questão da Poesia*. Lisboa: Caminho.

Raposo, H. (1936). Tatuagens da nossa Língua. *Aula Régia*. Porto: Livraria Civilização Editora, pp. 3-64.

Sousa, L. (2014). A etnografia e o seu “alcance prático” no Timor “português” (1894-1917). In Vicente Paulino (Orgs.), *Timor-Leste nos estudos Interdisciplinares*. Díli: PPGP-UNTL.

Data receção: 18/06/2019

Data aprovação: 28/10/2019

Da necessidade do regresso para as raízes culturais: O drama dos colonizados

André Ferdinand Takounjou Ngueho

Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED-USTP)
Universidade de São Tomé e Príncipe

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2019.36/pp.75-83>

Resumo

A história da África está marcada por dois eventos devastadores: a escravidão e a colonização. Da escravidão, o continente sofreu várias vítimas. O navio negreiro engoliu grande parte da juventude Africana. Muitos pais foram privados de sua progenitura. As consciências foram marcadas de forma indelével. No entanto, entre aqueles que, apesar disso, deixaram o continente e aqueles que ficaram há uma ligeira diferença. O segundo evento sujou a consciência dos africanos que ficaram. É nesta perspetiva que o duo martiniquense Césaire-Fanon fala de atropelamento cultural ou de bloqueio identitário pois o colonizado até dúvida da sua própria existência. Ele é, portanto, cortado das suas fontes e raízes culturais para sofrer um enxerto forçado. Mas a cultura imposta embora dominante, ainda não limpa por completo a cultura local. Há uma sobrevivência da autoctonia no esquema cultural em que navega o colonizado sob dominação estrangeira. O nível mais visível é o linguístico. Vai nascer um falar crioulo que é uma mistura da língua do colono com alguns vestígios do falar indígena. É portanto neste contexto de distorção cultural que surge a noção de regresso para as raízes culturais africanas tão celebrado pelos mentores da Negritude nomeadamente Aimé Césaire da Martinica ou Francisco José Tenreiro de São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: escravatura; colonização; negritude; criouliização.

Abstract

The history of Africa is marked by two devastating events: slavery and colonization. From slavery, the continent suffered several casualties. The slave ship swallowed much of the African youth. Many parents were deprived of their progeny. Consciences have been marked indelibly. However, between those who, despite themselves, left the continent and those who stayed there is a slight difference. The second event sullied the consciousness of the Africans who remained. It is in this perspective that Césaire and Fanon from Martinique speak of cultural trampling or identity blockage because the colonized even doubts its own existence. He is, therefore, cut off from his sources and cultural roots to undergo a forced graft. But the culture imposed although dominant, still does not completely annihilate the local culture. There is a survival of autochthony in the cultural scheme in which the colonized under foreign domination sails. The most visible level is the linguistic one. There will be a Creole speaking that is a mixture of the language of the settler with some vestiges of the indigenous speech. It is in this context of cultural blur that comes up the notion of the return to the African cultural roots, celebrated by the mentors of Negritude, namely Aimé Césaire of Martinique or Francisco José Tenreiro of São Tomé and Príncipe.

Keywords: slavery; colonization; negritude; creolization.

“Parler une langue, c’est assumer un monde, une culture”.
Frantz Fanon

Introdução

A história da África está marcada por dois eventos devastadores: a escravidão e a colonização. Da escravidão, o continente sofreu várias vítimas. O navio negreiro engoliu grande parte da juventude Africana. Muitos pais foram privados de sua prole. Foi um rasgo. A agonia profunda. As consciências foram marcadas de forma indelével. Como prova, várias melodias africanas estão tingidas com amarga melancolia. A música Sul-africana soa de um fundo melancólico. Seguindo o curso do tempo, podemos conectar este “spleen” com a separação dolorosa dos pais com os filhos, levados para destinos desconhecidos. O “apartheid” virá apenas para aguçar o mal. Um abismo se abriu na consciência coletiva africana. No entanto, entre aqueles que, apesar disso, deixaram o continente e aqueles que ficaram há uma ligeira diferença.

O segundo evento que sujou a consciência dos africanos que ficaram é a colonização, que ocorreu após a abolição da escravidão. Os colonos se reuniram para confiscarem a África, ignorando aqueles que já lá se encontravam. Foi um atropelamento cultural ou encravamento identitário pois o colonizado até duvidou da sua própria existência. Da dúvida à resignação, o colonizado, finalmente, deixou-se afundar no molde imposto pelo colono. Ele foi, portanto, cortado das suas fontes e raízes culturais para sofrer um enxerto forçado.

Mas, como observado por Frantz Fanon, a cultura imposta, embora dominante, ainda não limpa por completo a cultura local. Há uma sobrevivência da autoctonia no esquema cultural em que navega o colonizado sob dominação estrangeira. O nível mais visível é o linguístico. Vai nascer um falar crioulo que é uma mistura da língua do colono com alguns vestígios do falar indígena. É o caso do crioulo forro em São Tomé e Príncipe por exemplo. Isso reflecte na realidade um mau estar de parecer diferente daquilo que somos intrinsecamente. É portanto neste contexto de borrão cultural que surge a noção de regresso para as raízes culturais africanas tão celebrado pelos mentores da Negritude nomeadamente Aimé Césaire da Martinica ou Francisco José Tenreiro de São Tomé e Príncipe.

1. O bloqueio cultural e o fenómeno da “loucura”

Desde a escravatura até à colonização, o africano sofreu um bloqueio cultural sem par. As orientações iconoclastas dos relatórios de viagens dos exploradores ocidentais traçaram uma baliza trágica em que devia navegar o africano por vários séculos. Os maus tratos acabaram por aniquilar a consciência identitária.

ria dos Africanos. Perderam os seus pontos de referência, e logo entraram numa lógica de errância ontológica. Daí que surge um fenómeno que os psicanalistas chamam de nevrose que acaba por invadir o espaço cultural africano.

Vamos marcar um tempo metodológico para questionar um especialista em matéria psicanalítica que viveu em direto o trauma dos colonizados a partir de um hospital psiquiátrico em África durante a época colonial, o Dr. Frantz Fanon:

Dans la période de colonisation non contestée par la lutte armée, quand la somme d'excitations nocives dépasse un certain seuil, les positions défensives des colonisés s'écroulent, et ces derniers se retrouvent alors en nombre important dans les hôpitaux psychiatriques. Il y a donc dans cette période calme de colonisation réussie une régulière et importante pathologie mentale produite directement par l'oppression. (Fanon, 1961)

Convém salientar que segundo Fanon, a psiquiatria clínica classifica os diversos desequilíbrios afetivos sob a denominação “psicose reaccionária”. Deste modo, se privilegia o evento que provocou a doença. Neste presente caso, o evento que causa a loucura é a generalização das práticas inumanas, a repressão colonial. O Dr. Fanon explica que por vezes, o fenómeno da loucura desloca por completo toda a personalidade do paciente de forma irreversível. Logo o indivíduo se transforma num ser vadio, errante quer no espaço, quer no tempo. Um tal sujeito merece uma atenção particular pois representa por si mesmo o apocalipse cultural que viveram os colonizados.

Consequentemente, a literatura do ex-colonizado se enriquece de um personagem de um novo tipo que cristaliza todo o drama do Africano: o louco. Nós encontramos um louco na novela do senegalês Cheick Hamidou Kane, *A Aventura ambígua*; um louco no romance *L'Histoire du fou* do autor camaronês Mongo Beti. O Argelino Tahar Ben Jelloun, alegremente intitula um dos seus romances *Moha le fou, Moha le sage* ou seja *Moha o louco Moha o sábio*.

Ainda mais perto de nós, A Rosa do *Rosa do Riboque* do autor são-tomense Albertino Bragança vive no fim deste trágico conto uma total alucinação. Antes de sair desta vida, ela passa por um estado nevrótico que resume de maneira patente a sua trajetória identitária.

Vamos neste ponto, considerar um pouco a visão que o autor do *Rosa de Riboque* tem sobre o mundo colonial.

A trama do romance deste autor santomense decorre durante a época colonial. A obra relata cenas de uma greve, uma contestação salarial matada pela maquinaria colonial. Temos um mundo bipolar em perpétua confrontação: de uma parte, os trabalhadores empobrecidos e sem defesa, e de uma outra parte uma poderosa máquina que explora, tortura e mata.

Desta lógica de confrontação surge de maneira proeminente uma figura feminina: a Rosa do Riboque. Por ter contribuído à fuga dos mentores da greve, a Rosa que cristaliza em si mesma a condição feminina sob dominação colonial, ficou presa numa das celas do comando policial colonial. Após muitas torturas psicológicas, a Rosa foi chicoteada até à morte. Entre a vida e a morte, houve um período de delírio apocalíptico; um período de loucura. A Rosa perde aqui todos os parâmetros da realidade exterior e entra num mundo artificial sob a influência da melodia melancólica do chicote. O metrónomo acelerado da chibatada foi obrigado a emitir o último “bip” para marcar o fim da resistência do sujeito colonial. Esta fase de loucura é a passagem obrigatória para todos os colonizados que querem salvaguardar a sua identidade cultural e económica face à repressão colonial.

Resumindo, a repressão colonial produz um efeito destruidor da existência do ser africano. A resistência que o “ego” do colonizado organiza em reacção contra a barbaridade colonial acaba por destruturar a sua identidade e personalidade. A sua expressividade ontológica se encontra portanto machucada. No final, o colonizado tornar idiota ou “dódo”¹.

2. A “Crioulidade” como mecanismo de preservação cultural

Podemos extrapolar dizendo que a fala do maluco (do doido) que os psiquiatras chamam de delírio será um charabiá confuso e ininteligível. Mas em que língua está proferido o charabiá nevrótico: Em português? Em língua local?

Daí que surge a noção de mistura linguística que os especialistas denominaram criouliização. A figura do louco no contexto colonial representa uma liberdade de expressão forçada. O descontrolo afetivo faz ressurgir as reminiscências do passado ancestral em contraste com o presente de frustração. Vai por tanto nascer uma língua que será uma mistura da língua do colono com a língua indígena.

É um mecanismo passivo de defesa e ilustração da cultura indígena. A fase ativa desta defesa será da autoria dos intelectuais africanos que, querendo deixar as suas marcas na língua do colono que usam nas suas obras criativas, vão criar uma língua híbrida, questão de apropriar-se da língua do ex-colono.

Se considerarmos a lusofonia, veremos que não temos um só português, mas vários “portugueses” (isto é, várias variantes do português). Falamos do português de São Tomé e Príncipe, de Angola, de Brasil, etc. Isto demonstra o facto que os ex-colonizados fizeram sua a língua de dominação, ilustrando que eram capazes de domesticar a ciência contrariamente àquilo que se pensava na época colonial.

¹ É uma palavra do crioulo Forro de São Tomé e Príncipe significando “doido”.

3. O Caso dos Afro-americanos

O caso dos afrodescendentes das Américas merece neste segundo tempo da nossa análise uma atenção particular. Estamos lidando com dois continentes distantes de vários quilómetros. Mas lembre-se, no entanto, que esta grande distanciação geográfica foi substancialmente reduzida pelo comércio triangular. Os afro-americanos provêm da África. São filhos de famílias africanas que foram invadidas. A cor da sua pele é negra porque seus ancestrais estão na África.

No entanto, o Afroamericano, ao contrário do Africano, vive um drama mais complexo. De salientar que durante a escravidão, além do rasgo psicológico da deportação, ele viveu um terrorismo cultural assustador. Ouçamos por um momento o narrador de *Negras Raízes* (Alex Haley 1976, edição portuguesa) relatar o que aconteceu com Kunta Kinte, um joven Africano deportado para a América durante a escravatura:

O chicote do chefe toubob começou a cortar as costas de Kunta. Ele contorceu-se de dor, recusando-se a deixar escapar um gemido que fosse. Mas tinha a impressão que cada golpe o cortava ao meio [...] – Você To-by. Toby: Massa dizer seu nome Toby [...] Quando Kunta entendeu, teve que recorrer a todo seu autocontrole para não dar vazão à raiva que o dominava e não demonstrar que havia compreendido. Sua vontade foi de gritar: “Eu sou Kunta Kinté, primeiro filho de Omoro, que é filho do homem santo Kairaba Kunta Kinté! (Haley, 1976)

Foi um calvário. Receber um novo nome ao ritmo do chicote. É evidente que o pai Omoro que permaneceu na África manteve o seu sobrenome ancestral. Pelo contrário, o filho, e para sempre, perdeu Kunta Kinte para recuperar Toby. Entre Kunta Kinte e Toby há um mundo de diferença. Kunta perde suas raízes africanas. Ele aprende a tornar Toby em um contexto amargo. Ele aprende a esquecer Kunta Kinte. Ele aprende a deixar-se domesticar; Kunta sendo muito bárbaro e selvagem. O Negro Africano morre de alguma forma para reviver sob a pele do Negro Americano. Mas é uma morte sem morte. Kunta morre sem morrer.

A esta noção de “meia-morte”, devemos associar uma outra noção: a de miscigenação que era inicialmente puramente biológica. Com o tempo, o Afro-Americano foi mestiçado até ao ponto de tornar-se semelhante ao “White”. Mas, observando de perto, é um ser infeliz que não sabe quem ele é. “Black or White”? Black? Não é bem assim. “White”? Não é bem assim. Por isso, é abanado no meio. Na África, ele é chamado de “homem branco”. No Ocidente, ele é tratado de Negro. Como que é afinal o desenho da sua identidade? Para responder a esta pergunta, o Afroamericano precisa de voltar para a vida, negando o estado de meio-morto. Voltar à vida é sinónimo de retorno à raiz ancestral; recuperar o Kunta Kinte perdido.

Em suma, quer o Africano, quer o Afrodescendente, uma coisa é clara: Devemos estar conscientes da mentira colonial e agir em conformidade. É um dado comum para todos os colonizados. A este nível, a diferença superficial entre as Caraíbas e a África desaparece.

4. O retorno efetivo

O regresso para as raízes é um fenómeno bastante complexo para quem quer ver as coisas de perto como é o nosso caso. Não se pode compreender o verdadeiro significado desta noção sem uma consideração pormenorizada das circunstâncias do seu surgimento.

O regresso para as raízes ocorre quando os “negros avançados” se encontram agrupados nos principais centros universitários metropolitanos. Na França, evocaremos o famoso “Quartier Latin” cujo nome revela algo de muito interessante. Por assim dizer, ninguém entra se não é latinizante. Apenas aqueles que aprenderam a linguagem de Prospero têm acesso a esta área de intelectuais de várias origens. Podemos realçar, entre outras, as figuras de Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor, Léon Gontran Damas, Alioune Diop.

Movendo-nos um pouco para a Península Ibérica, descobrimos as figuras como Francisco José Tenreiro, Amílcar Cabral e Alda do Espírito Santo que vão se reunir nos campus universitários em Lisboa. Todos eles foram à escola nova e aprenderam a conjugar o verbo “cogitare” sob todas as formas.

No entanto, as notícias das colónias não são encantadoras. A colonização continua. A lei do mais forte continua a prevalecer. Os pais, mães, primos, tios que permaneceram na terra natal continuam a pagar um preço elevado em homenagem aos colonos. A exploração de mão-de-obra barata está em pleno andamento. O banimento cultural está em seu pico, apesar da famosa declaração dos direitos humanos e do cidadão que baliza a revolução de 1789. O homem continua a dominar o homem. O homem continua a amordaçar o homem.

Por conseguinte, grupos de reflexão vão tecer-se nos campus de Lisboa para discutir sobre a situação actual da terra natal e projetar o futuro. A situação é similar em Paris, onde as conversas receberam o tempero dos trechos exóticos extraídos dos poemas de um certo Guillaume Apollinaire ou do engenho pictórico de um Pablo Picasso que redescobriram a arte primitiva. A adição é salgada se nós associarmos a este cocktail cogitativo as representações que Frobenius, etnógrafo alemão, faz do conceito de primitivismo.

O genitor da palavra “Negritude”, Aimé Césaire dirá:

Se revendiquer comme noir, c'était, avant tout, tourner le dos aux valeurs de l'Occident apprises à l'école: à la Technique, à la Science, à la Raison. Voilà précisément que, par une chance inouïe, depuis

le début du Siècle, des penseurs européens livraient bataille à la raison avec les armes miraculeuses de l'Asie et de l'Afrique, qu'orientalistes et ethnologues avaient patiemment découvertes, collectionnées. (...) Et il se trouve qu'Apollinaire, qui, à la fin de ce même poème, évoque les 'fétiches' nègres de sa demeure, fut un des premiers et des plus ardents missionnaires de l'art nègre. Mais c'est surtout chez Breton et les surréalistes, initiés par Lautréamont et Rimbaud, que les Nègres nouveaux trouvent de précieux alliés. (Dyserinck, 1980, p. 31-40)²

Outros redescobrem a África e a sua arte e convidam os Negros forasteiros a recuperar sua cultura e civilização. Portanto, vai haver um movimento de desvio grande do sistema ocidental aprendido na escola a favor de um retorno às origens: a rejeição de Toby para voltar ao Kunta Kinte. Esta é uma debandada geral. Todo o mundo está ansioso para desistir da domesticação e recuperar o Eldorado ancestral. A este nível, há necessidade de reajuste caleidoscópico. Na verdade, em termos de retorno às raízes, há dois cenários:

O retorno físico

Como vimos, os iniciadores do regresso para as raízes são estudantes na metrópole colonial. Eles foram beber da fonte do colono. Mas eles perceberam que a fonte pode secar. A ocasião da Segunda Guerra Mundial mostrou os limites da onipotência da metrópole. Findos os seus estudos, muitos deles vão voltar às suas origens. Eles vão viajar de volta para a casa. Este é o primeiro sentido do longo poema *Cahier d'un retour au pays natal* de Aimé Césaire. Ele traça uma viagem de volta para a Martinica após a formação na Ecole Normale Supérieure.

Alda do Espírito Santo regressará para São Tomé e Príncipe. A celebração da terra natal é uma temática redundante desta poetiza, autora do hino nacional de São Tomé e Príncipe. No continente, os Sekou Touré, Patrice Lumumba, Leopold Sedar Senghor e outros, vão todos regressar para casa.

O retorno espiritual

O termo espiritual é mais adequado aqui do que a palavra cultural. Pois em matéria de retorno às raízes culturais, vamos assistir a todo um ritual de iniciação ou reiniciação. Depois da longa ausência, era imperativo reaprender os movimentos certos para restaurar a máscara tradicional. A leitura dos poemas negro africanos não pode ser feita versos a versos de forma linear. A escrita segue uma ordem superior: o de rito de iniciação. Correspondentemente, a leitura do trabalho também deve seguir o mesmo caminho. A leitura torna-se um ritual. Ela vai parar de vez enquanto para umas orações e invocações; o leitor da poesia negro africana deve reter o fôlego para atravessar a ponta dos pés a floresta ancestral para não

² In: *Komparatistische Hefte*. Bayreuth, vol. 1, 1980, p. 31-40. Trad

acordar aqueles que dormem ou descansam; vai levar tempo para contemplar a feiura de ouro do reino da infância. Em suma, o leitor apressado acabará por desistir diante de um texto hermético. A hermenêutica da poesia negro africana exige do leitor um contrato de leitura a respeitar escrupulosamente: aprender o simbolismo negro africano.

Resumindo, o regresso para as raízes culturais africanas se inscreve essencialmente numa nova ordem de produção estética: a escrita invocatória. Os seres e as coisas assumem uma forma verbal para extirpar e afastar a má sorte que arrasta o empreendimento colonial. O verbo torna-se um agente espiritual que transcende o tempo actual para mergulhar no passado remoto ao encontro das raízes originais. A Escrita boicota a banal linearidade para pairar em torno de um templo: o paraíso perdido.

Conclusão: Balanço do regresso para as raízes culturais africanas

A “negritude” foi a manifestação político-literária do conceito do regresso para as raízes.

Considerando a amplitude do movimento da negritude que mobilizou quase todos os Negros em todo o canto do mundo com vista a reabilitação da cultura africana que a colonização tem pisado, podemos concluir que foi um grande sucesso estético.

As obras de Francisco José Tenreiro são, sem dúvida, as melhores na história cultural de São Tomé e Príncipe como é o caso de Aimé Césaire para a Martinica.

No entanto, o fracasso das estruturas estatais montadas sobre esta base cultural após as independências deixa a desejar. O regresso para as raízes criou um segundo racismo: a exclusão dos não iniciados da vida pública e cultural. Não se pode corrigir a exclusão com a exclusão.

Era preciso, enquanto regressando para as raízes, abrir uma brecha ou janela a partir da qual compreender o mundo moderno em termo de complementaridade. Só assim que a África devia preparar a sua entrada na era das independências.

Referências

- Aguiar e Silva, V.M. (2008). *Teoria e metodologia literárias*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Bragança, A. (1997). *Rosa do Riboque*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Césaire, A. (1983). *Cahier d'un retour au pays natal*. Paris: Présence africaine.
- Cunha, C. M. F da. (2009). “A questão da “especificidade” do pós-colonialismo português”. In *Actas do VI Congresso da Associação de Literatura Comparada/X Colóquio de Outono Comemorativo das Vanguardas*, do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, pp. 1-12.

- Dyserinck, H. (1980). « Die Quellen der Négritude-Theorie als Gegenstand komparatistischer Imagologie » In: *Komparatistische Hefte*. Bayreuth, vol. 1, p. 31-40. Trad. Karola Maria Augusta Zimmer, pesquisadora do grupo RELLIBRA – “Relações linguísticas e literárias Brasil-Alemanha.
- Espírito Santo, A. (2006). *Cantos do solo sagrado*.
- Fanon, F. (1952). *Peau noire, masques blancs*. Paris: Seuil, rééd. Seuil, coll. «**Point**/Essais», 1971.
- Fanon, F. (1961). *Les Damnés de la terre*. Paris: François Maspero.
- Haley, A. (1976). *Negras raízes*. New York: Reynolds Inc.
- Mcleod, J. (2007). *The routledge Companion to POSTCOLONIAL STUDIES*, London, Routledge.
- Sousa, B., “*Between Prospero and Caliban: Colonialism, Postcolonialism, and Inter-identity*” in *Luso-brazilian review*, 39/2.

Data receção: 07/08/2018
Data aprovação: 15/10/2019

A presença da oralidade na literatura: estudo de crônicas de Luís Fernando Veríssimo

Ana Maria Urquiza de Oliveira

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2019.36/pp.85-102>

Resumo

Através de análises às crônicas de Luís Fernando Veríssimo, este trabalho visa discutir a relação entre língua falada e língua escrita, mostrando e valorizando suas semelhanças e particularidades, defendendo uma relação não mais dicotômica (Marschuschi, 2001); com o intuito de estudar as marcas da oralidade na escrita presente na literatura com referencial em Luiz Antônio (2009), Dino Preti (2004) e Hudinilson Urbano (2000). Observar-se-á os diálogos construídos que dão maior sustentáculo à representação da realidade aos textos literários.

Palavras-chave: diálogo construído; gênero discursivo; oralidade na literatura.

Abstract

Through analyzes to the chronicles of Luis Fernando Veríssimo, this work aims to discuss the relationship between spoken and written language, showing and valuing their similarities and particularities, defending a no more dichotomous relationship; with the intention of studying the marks of orality in writing present in the literature, we will observe the dialogues constructed that give greater support to the representation of reality to the literary texts.

Keywords: built dialogue; discursive genre; orality in the literature.

1. Introdução

Este trabalho tem o objetivo de analisar as marcas de oralidade na escrita em textos literários, especificamente nos diálogos construídos presentes em crônicas de Luís Fernando Veríssimo. No presente estudo, pode-se observar que narradores e personagens tomam o lugar de falantes reais, reproduzindo natural ou intencionalmente, a realidade linguística.

O corpus analisado é constituído de crônicas extraídas dos livros “O Nariz & outras crônicas” publicado em 1998 pela editora Ática; “Comédias da vida privada: 101 crônicas escolhidas”, editora L&PM: Porto Alegre (1994) e “Comédias para se ler na escola”, Rio de Janeiro: Objetiva (2001). Os textos que compõem a antologia de “O Nariz & outras crônicas” foram extraídos de outras obras como consta nas referências. São 30 crônicas, distribuídas em 87 páginas. Na página 91 constam as informações sobre as fontes das crônicas, a página 92 contém uma biografia do autor e na página 95 está a lista de obras já publicadas de Luís Fernando Veríssimo. Em “Comédias da vida privada: 101 crônicas escolhidas” a crônica analisada é “Cantada”; em “Comédias para se ler na escola”, “Siglas” foi

a escolhida da obra. A base teórica a que se fundamenta o trabalho é a da análise da relação língua falada e língua escrita, segundo estudos feitos por Marcuschi, Oesterreicher, Luiz Antônio, Dino Preti e Hudinilson Urbano.

2. Base Teórica

Com base no que defendem os autores Luiz Antônio (2009), Dino Preti (2004) e Hudinilson Urbano (2000), deve-se valorizar os estudos da oralidade na escrita com o intuito de analisar a presença daquela nos textos literários como suporte à efetiva realização desta, em especial, na necessidade de suprir a falta de documentação gravada. Portanto, partindo-se de uma relação não mais dicotômica entre fala e escrita (Marcuschi, 2001), pretende-se mostrar em consonância aos autores, as semelhanças e particularidades das línguas falada e escrita. Hudinilson Urbano (1982, p. 111), ao discorrer sobre o tema, cita um trecho de Akinaso: “Elas são estruturalmente diferentes porque diferem quanto ao modo de aquisição; método de produção, transmissão e recepção e nas formas em que os elementos de estrutura são organizados.” E: “A fala é normalmente adquirida naturalmente sem instruções formais (em família, parques, ruas, etc.) enquanto a escrita tem de ser conscientemente apreendida, geralmente na escola.” E ainda Carvalho (1970, p. 309) “Escrever é também falar e o ‘ato em que se escreve é também um ato de fala, embora quase sempre silencioso’, o que há são textos fixados por escrito ou não.”

A perspectiva teórica em que se sustenta este trabalho faz um estudo da relação língua falada e língua escrita, uma vez que o objetivo primeiro é observar a presença de uma modalidade na outra em análises a textos literários de Luís Fernando Veríssimo no gênero crônica. Conforme os autores que embasam o trabalho, destacamos que, como a escrita literária é a representação da realidade, subtende-se a presença certa de traços da oralidade nestes textos escritos, já que o autor leva ao leitor a ilusão de uma realidade.

Do ponto de vista dessa relação língua falada e língua escrita, a língua falada traz características próprias, tais quais: não planejamento, caráter emergente, criação em execução única; enquanto a língua escrita apresenta-se como planejada, com ausência física do interlocutor e a substituição do canal sonoro pelo visual, dentre outras. No que concerne à interação, Marcuschi (1985, p. 21) defende que na fala ela se dá de forma concreta; na escrita, de forma abstrata. Há ainda na fala o envolvimento (eu acho, eu penso, hesitações, repetições), enquanto na escrita há um distanciamento deste, não há marcas explícitas dele devido a um distanciamento pessoal do escritor. O tempo em que o autor escreve difere do tempo em que o leitor se depara com o texto e esse detalhe faz toda a diferença.

Tendo como objetivo principal analisar a presença da oralidade na escrita em crônicas de Luís Fernando Veríssimo, deve-se reportar a algumas de muitas características, ressaltando então as que dizem respeito ao foco de estudo. Em face disso, pode-se dizer que a língua falada, pensada em uma conversação espontânea, apresenta-se na superficialidade do texto, fonética, morfossintática, sintática e lexicalmente bem diferenciada em relação à escrita, dependendo inclusive, de em que tipo de texto ela estará inserida. Dino Preti (2004) ressalta: “A língua falada tem gramática, sintaxe e vocabulário próprios.”

3. Um pouco de história

Ao longo da história da literatura, os autores, em missão de mostrar, representar a realidade tal qual ela se apresenta, foram e são influenciados pelos traços da oralidade transcrevendo-os em seus textos as variações sociais ou psicológicas de suas personagens por meio da linguagem. Ora, assim sendo, o texto literário fica mais próximo da realidade a tal ponto que o leitor pensa, às vezes, está diante de um acontecimento real e não de uma leitura apenas. Veja-se o que diz Dino Preti (1984a, 1997a, 1997b): “Se pensarmos nos diálogos literários, a reprodução da fala, em muitos escritores, certamente, aproxima-se do uso linguístico de sua época, não só na literatura atual, mas também em outros tempos.”

Levando em consideração a presença da oralidade na escrita, faz-se necessário acompanhar um pouco de história para melhor entendimento da relação e da importância de uma nova relação fala e escrita. Já em 2007, Areta Lara (2007, p. 317) alerta para que as atenções se voltem ao fato de que: “A oralidade é a forma primeira e natural da linguagem e domina o cotidiano das pessoas, embora boa parte da linguística da segunda metade do século XX dedicou especial atenção à escrita e não à linguagem oral.”

No Brasil, a partir do início da década de 80, com as contribuições da Sociolinguística e da Análise da Conversação, esse quadro muda significativamente. Surgem pensamentos sobre a insuficiência de uma distinção rígida entre escrita e fala e sobre a existência de posições intermediárias ou de certa continuidade entre os pontos extremos em que se caracterizam idealmente língua falada e língua escrita. Hilgert em um ensaio sobre a conversação na internet, ressalta que: “Fala e escrita não se referem a tipos de textos dicotomicamente antagônicos, pois identificam gêneros de textos configurados por um conjunto de traços que os leva a serem concebidos como textos falados ou escritos em maior ou menor grau.” (Hilgert, 2009, p. 152)

3.1. Oralidade e escrituralidade

De acordo com Marcuschi (2001), fundamentado nos textos do teórico alemão Wulf Oesterreicher, as relações entre fala e escrita são vistas como um *continuum*. Ele faz a denominação entre o que chama de extremo da oralidade representando o gênero prototípico da fala e extremo da escrituralidade, representado como gênero prototípico da escrita. O autor exemplifica: um discurso acadêmico, embora seja um texto falado do ponto de vista de sua realização fônica é, conceitualmente, um texto escrito. Já uma carta pessoal para um amigo íntimo, ainda que se realize por escrito, aproxima-se, conceitualmente de um texto falado.

Urbano (2006) defende que um texto pode estar situado no campo da *imediatez comunicativa* ou da *distância comunicativa*:

Para nós, imediatez se refere à comunicação imediata no tempo e no espaço, ao passo que a distância compreende a comunicação, cuja recepção é independente do momento e do lugar de sua produção. A imediatez representa, pois, uma comunicação imediata, face a face e em tempo real. Por outro lado, podemos interpretar, mais ou menos com Marcuschi, que imediatez de um lado e distância do outro, têm certa equivalência com envolvimento versus distanciamento, conceitos tidos como fatores centrais no esquema de Oesterreicher, segundo Marcuschi. (Urbano, 2006, p. 36)

3.1.1. Exemplos da relação imediatez e distância comunicativa

Imediatez comunicativa	Distância comunicativa
Conversação face a face	código jurídico
Conversa família	conferência universitária

Ao fazer considerações sobre a oralidade na escrita, Bustos Tovar (1997, p.8), baseado em Oesterreicher, argumenta que oralidade e escrituralidade não são termos antagônicos, embora apresentem dois extremos de gradação, ou seja, o da *escrituralidade pura* que seria a emissão, recepção e organização textual correspondente à máxima distância comunicativa e meio gráfico e o da *oralidade pura* com sua imediatez comunicativa e meio gráfico. É, pois, de bom proveito enfatizar que, na conversação face a face, não se marcam as mudanças de turno de forma concreta e linguística, o que se faz é marcá-las com elementos tonais ou gestuais. Nos diálogos construídos, observa-se uma aparente liberdade dos personagens ao se expressarem em suas conversações, porém, isso é o planejamento do escritor para obter um valor comunicativo que vá além do próprio diálogo.

Sustentando o que foi exposto até aqui, observe-se o que Urbano escreve a respeito da relação língua falada prototípica e língua escrita prototípica:

A ‘língua falada prototípica’, a língua falada propriamente dita, seria então uma atividade social verbal de produção de texto. É exercida oralmente, graças a um sistema de sons articuláveis, no termo real, em contextos naturais de produção, incluídos outros elementos de natureza corporal, que preenchem, em teoria, ‘todas as condições linguístico-textual-discursivas’ concebidas para um texto falado. Em outras palavras, possui, do ponto de vista medial, caráter fônico, e do ponto de vista concepcional, as condições de comunicação, que vão permitir as ‘estratégias de formulação’ e imprimir as ‘marcas de verbalização’ ideais de um texto essencialmente falado. (Urbano, 2006, pp. 42-43)

A ‘língua escrita prototípica’, a língua escrita propriamente dita, seria uma atividade social verbal de produção de texto. É executada graficamente, graças, basicamente, a um sistema de letras articuláveis, chamado alfabeto, complementado por sinais de pontuação, de acentuação, numéricos, etc., que preenchem, em teoria, ‘todas as condições linguístico-textual-discursivas’ concebidas para um texto escrito. Em outras palavras, possui, do ponto de vista medial, caráter gráfico e do ponto de vista concepcional, as condições de comunicação, que vão permitir as ‘estratégias de formulação’ e imprimir as ‘marcas de verbalização’ ideais de um texto essencialmente escrito. (Urbano, 2006, p. 42)

4. As marcas de oralidade em diálogos construídos

Com fundamentos de Oesterreicher (1996), Briz Gómez e Serra Alegre (1997), Bustos Tovar (1997), Briz Gómez (1998), Barros (2000), Hilgert (2000), Marcuschi (2001) e Urbano (2000 e 2006), apresentamos as características próprias da oralidade que se fazem presentes nos diálogos construídos nos textos de nosso corpus, as crônicas “Na fila” e “Peça infantil”, de Luís Fernando Veríssimo em *O Nariz & outras crônicas vol. 14 da série Para gostar de ler*, ed. Ática, 7.^a ed., 1998:

4.1. Interação face a face entre interlocutores que partilham de um mínimo de conhecimentos comuns

Os diálogos construídos analisados apresentam esta característica, pois há interação entre os participantes em “Na fila” e “Peça infantil”. Luís Fernando Veríssimo mostra a interação entre os interactantes quando presentes numa fila, pessoas de diferentes níveis culturais mantêm uma conversação sem o monopólio dos papéis conversacionais.

Exemplo 1

– Olha o furo!

– Me diga uma coisa. Quer dizer que o Dom Pedro Segundo era na verdade Dom Pedro Quinto?

– Em Portugal, seria. Não empurre. Segundo aqui e Quinto em Portugal.

“Na fila”, p. 20

4.2. Distribuição de turno não pré-determinada (interrupções e assaltos ao turno – quebra de turno, quebra de tópico)

Os chamados diálogos construídos assemelham-se a conversações face a face e espontâneas. Pode-se observar, por exemplo, a existência de exemplos claros no corpus em análise, saliente-se o objetivo do escritor em representar a realidade. No exemplo a seguir, os interlocutores, presentes numa fila, talvez não se conheçam, mas mantêm uma interação, mostram partilhar de mesmos níveis de conhecimento. Quando um locutor diz se tratar de um caixão, o interlocutor o corrige especificando o caixão, ou seja, não é um caixão qualquer.

Exemplo 2

- Tanta pressa só pra ver um caixão.
- Um caixão, não: o caixão de D. Pedro.
- “Na fila”, p. 19

Aqui, observamos uma quebra de turno e de tópico quando um locutor até então ausente, toma a palavra em meio a fala do locutor em turno e aí a sua fala não dá continuidade ao turno até então em voga.

Exemplo 3

- A gente acredita, ora. Já se acredita em tanta coisa que o Go...
- Com licença, é aqui a inauguração do D. Pedro II?
- “Na fila”, p. 19

Neste outro exemplo, o locutor fala de uma coisa e o interlocutor entende outra. Há duas possibilidades: ele pode ter mudado o tópico com o intuito de prosseguir o diálogo com um novo tópico ou realmente ele não entendeu a colocação do outro.

Exemplo 4

- Ouvi dizer que ele não serviu para nada.
- Como, para nada? E o grito? E a Independência?
- Não, o viaduto.
- Ah, não sei. Mas é bonito...
- “Na fila”, p. 19

Em Peça infantil, observa-se que a criança, desconhecadora das regras de conversação, é claro, desenvolve uma mudança de tópico com o objetivo de fugir à responsabilidade dada pela professora ou talvez estivesse mesmo com dor de barriga, ainda assim, fez uma quebra de tópico.

Exemplo 5

- Você, sim senhor. Você é o sol. Você sabe a fala da Lua?
- Me deu uma dor de barriga.
- “Peça infantil”, p. 14

4.3. Presença de pares adjacentes para iniciar, fomentar ou encerrar o tópico: co-construção

Quando as pessoas interagem, há um entrosamento entre o que dialogam a ponto de um locutor iniciar seu turno com expressões do tópico do locutor anterior.

Exemplo 6

- Aquela festa que fizeram o outro dia, com o Triches, os Golden Boys e a Rosemary, para quem era?
- Para Tiradentes.
- “Na fila”, p. 20

Exemplo 7

- Como era o nome do conde?
- Farci D’Amieu.
- “Cantada”, p. 62

As características próprias da escrituralidade distinguem-se das da oralidade, no exemplo abaixo o escritor tem a necessidade de caracterizar a personagem e o ambiente, o cenário. Não se tratasse de um texto escrito, tais recursos seriam desnecessários, pois a existência de recursos próprios da fala, o substituiriam como os recursos prosódicos.

Exemplo 8

- A camponesa gorda resolve tomar a justiça nas mãos e dá um croque num pirata. A classe é unida e avança contra a camponesa, que recua, derrubando uma árvore.
- “Peça infantil”, p. 14

Exemplo 9

- Lavradores daquele lado, árvores atrás. Árvore, tira o dedo do nariz. Onde é que estão as fadinhas?
- “Peça infantil”, p.14

4.4. Presença de repetições e correções

Como o processo de produção e planejamento são realizados lado a lado no discurso, o locutor comete deslizos, equívocos e, naturalmente, faz a autocorreção. O escritor destaca esta característica quando o personagem diz: Agora eu é que estou confuso.

4.4.1. Autocorreção

Exemplo 10

- Afinal, o mártir da independência Luso-Brasileira quem é?
- É D. Pedro II. Aliás, primeiro. Que primeiro, é Tiradentes.
- Agora eu é que estou confuso
- “Na fila”, p. 20

4.4.2. Heterocorreção

Quando o locutor corrige o interlocutor e, nesse caso, faz uso ou repetição do que foi por ele falado para em seguida fazer a correção:

Exemplo 11

- Com licença, é aqui a inauguração do D. Pedro II?
 - Meu filho, duas coisas. Primeiro: não é segundo, é primeiro.
 - E segundo: a inauguração do viaduto foi ontem.
 - Esta fila é para ver o caixão do D. Pedro.
- “Na fila”, p. 19

Em “Peça infantil”, o detalhe para a fala da criança que corrige a professora defendendo que o seu nome era aquele pronunciado por ela anteriormente, portanto ela deveria estar inclusa no grupo.

Exemplo 12

- Atenção, margaridas! Todas ali. Você não. Você é coelhinho.
 - Mas o meu nome é Margarida.
 - Não interessa! Desculpe, a tia não quis gritar com você...
- “Peça infantil”, p. 11

O interlocutor entende a palavra tchau como uma sigla, já que o assunto era esse, porém seu interlocutor o corrige mostrando ser mesmo o de despedida.

Exemplo 13

- TCHAU.
 - Hum, boa. Trabalho e Capital em Harmonia com Amor e União?
 - Não, é tchau mesmo.
- “Siglas”, p. 137

4.5. Uso de marcadores conversacionais

Eis alguns marcadores conversacionais presentes no corpus:

Exemplo 14

- quer dizer no caixão. Está claro? E eu acho...
 - Quero ver o caixão, ué! Essa badalação toda!...
- “Na fila”, p. 20

Exemplo 15

- Ai, meu Deus. Sol, você vai ter que falar pela Lua.
- Sol, está me ouvindo? “Peça infantil”, p. 12

Exemplo 16

- Bom, eu diria que estamos entre a centro-esquerda e a centro-direita.
 - Hum,boa.
- “Siglas”, p.136

4.6. Titubeio de memória e imprecisão terminológica

A oralidade tem traços de simultaneidade, já que é planejada e produzida, executada concomitantemente. No exemplo, observa-se que o locutor devido à rapidez do discurso oral, titubeia quanto à informação dada, mostrando desconhecer a informação exata, precisa.

Exemplo 17

– Não teria nada para ver. Só osso. Ele morreu há... Nem sei. Mais de cem anos.
“Na fila”, p. 20

Exemplo 18

Quem nos apresentou foi o barão... o barão... como é mesmo o nome dele?
“Cantada”, p. 61

4.7. Verbos de comunicação reveladores da imediatez comunicativa

Os verbos abaixo mostram claramente tratar-se de ações executadas no momento da fala, tanto o que expressa a fala da personagem, como também o que representa a fala do narrador:

Exemplo 19

– Borboletas, ajudem aqui – pede a professora.
– “Peça infantil”, p. 12

4.8. Emprego do registro coloquial

A linguagem espontânea, não planejada, informal própria da oralidade parece ir de encontro aos termos do registro coloquial e uma característica presente no exemplo é a chamada frase feita por ser bastante utilizada por certos grupos.

Exemplo 20

– Olha a fila! Vamos andar, gente. Pra frente, Brasil!
“Na fila”, p. 20

Exemplo 21

– Bota aí. Siglas, p. 136

4.9. Pergunta retórica

O falante não quer que um de seus interlocutores respondam à pergunta, pois ele sabe exatamente a resposta, aqui ela também é usada para provocar o riso.

Exemplo 22

– Alguém aí é trabalhista?
“Siglas”, p.136

5. Conclusão

Este estudo tem demonstrado, tendo como sustentáculo os referenciais teóricos e o próprio corpus em análise, que a presença da oralidade na escrita sempre existiu e permanecerá em nossos textos literários enriquecendo a qualidade dos mesmos por darem maior semelhança da realidade nas representações da vida. Com características semelhantes e particulares de cada uma, pode-se sustentar que ambas – língua falada e língua escrita, andam lado a lado no processo de comunicação nas conversações sejam elas faladas ou escritas. As análises feitas com o corpus provam e reafirmam a certeza de que a presença da oralidade em textos escritos é utilizada pelos escritores com o objetivo de, por se tratar de uma representação da realidade, aproximar o leitor da ilusão de está presente no desenrolar dos fatos, dos diálogos, tamanha a utilização de traços orais presentes nos diálogos construídos.

Referências

- Bechara, E. (2001). *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 37.ª edição.
- Cunha, C. (2009). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon.
- Hilgert, G. (2000). A construção do texto “falado” por escrito: a conversação na internet. In Dino Preti (Org.). *Fala e escrita em questão* (p. 17-55). São Paulo: Humanitas,.
- Marcuschi, L. A. (1986). *Análise da conversação*. São Paulo: Ática.
- Marcuschi, L. A. (2001). *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.
- Preti, D. (2004). *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Silva, L. A. (2009). Oralidade em contos. In Dino Preti. *Oralidade em textos escritos* (p. 151-187). São Paulo: Humanitas.
- Urbano, H. (2000). *Oralidade na literatura: o caso Rubem Fonseca*. São Paulo: Cortez.
- Urbano, H. (2006). Usos da linguagem verbal. In Dino Preti (Org.). *Oralidade em diferentes discursos* (p. 19-55). São Paulo: Humanitas.
- Veríssimo, L. F. (1998). O Nariz & outras crônicas. São Paulo: Ática.
- Veríssimo, L. F. (1994). *Comédias da vida privada: 101 crônicas escolhidas*. Porto Alegre: L & PM.
- Veríssimo, L. F. (2001). *Comédias para se ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Data receção: 06/07/2018

Data aprovação: 24/10/2019

Anexo A

Crônica “Na fila” de Luís Fernando Veríssimo, O Nariz & outras crônicas. São Paulo: Ática, 1998.

- Olha a fila! Olha a fila! Tem gente furando aí.
- Tanta pressa só pra ver um caixão...
- Um caixão, não: o caixão do dom Pedro.
- Como é que eu sei que é o Dom Pedro mesmo que está lá dentro?
- A gente tem que acreditar, ora. Já se acredita em tanta coisa que o Go...
- Com licença, é aqui a inauguração do Dom Pedro Segundo?
- Meu filho, duas coisas. Primeiro: não é segundo, é primeiro. E segundo: a inauguração do viaduto foi ontem. Esta fila é para ver o caixão do Dom Pedro.
- Eles inauguraram o viaduto primeiro?
- Como, primeiro?
- Primeiro inauguraram o viaduto e depois chegou o Dom Pedro Segundo?
- Segundo, não, primeiro.
- Primeiro o quê?
- O Dom Pedro! Dom Pedro Primeiro!
- Primeiro chegou o Dom Pedro e depois inauguraram o viaduto?
- Olha a fila!
- Primeiro inauguraram o viaduto Dom Pedro Primeiro e, segundo, chegou o Dom Pedro Primeiro em pessoa. Quer dizer, no caixão. Está claro? E eu acho que o senhor está puxando conversa para pegar lugar na fila. Não pode não. Eu cheguei primeiro.
- Ouvi dizer que ele não serviu para nada.
- Como, para nada? E o grito? E a Independência?
- Não, o viaduto.
- Ah, não sei. Mas é bonito. Como esse negócio todo, o caixão, os restos do Imperador, as bandeiras, Brasil e Portugal irmanados, essas coisas simbólicas e tal. Eu acho bacana.
- Olha a fila! Vamos andar, gente. Pra frente, Brasil.
- Andam dizendo que os portugueses nos enganaram, que quem está no caixão não é o Dom Pedro Primeiro mas o Dom Pedro Quarto. Nos lograram em três.
- Mas é a mesma coisa! Dom Pedro era Primeiro aqui e Quarto em Portugal.
- Então eu não compreendo por que ele quis voltar para lá... Aqui tinha mais prestígio.
- Olha o furo!
- Me diga uma coisa. Quer dizer que o Dom Pedro Segundo era na verdade Dom Pedro Quinto?
- Em Portugal, seria. Não empurre. Segundo aqui e Quinto em Portugal.
- Tem alguma coisa que ver com a diferença de horário, é?
- Não, minha senhora. Francamente. Se a senhora entende tão pouco de História, o que está fazendo nesta fila?
- Quero ver o caixão, ué! Essa badalação toda! E eu sempre gostei de velório. Só não me conformo de eles não abrirem o caixão pra gente ver a cara do moço.
- Não teria nada para ver. Só osso. Ele morreu há... Nem sei. Mais de cem anos. Faz mais de cem anos que o Dom Pedro foi enforcado?!
- O senhor está confundindo com o Tiradentes.

- Olha a fila!
- Afinal, o Mártir da Independência Luso-Brasileira quem é?
- É Dom Pedro Segundo. Aliás, primeiro. Que Primeiro, é Tiradentes! Agora eu é que estou confuso. Essa fila não anda!
- Aquela festa que fizeram o outro dia, com o Triches, os Golden Boys e a Rosemary, para quem era?
- Para Tiradentes.
- Mas Tiradentes não era contra os portugueses?
- Era, mas faz muito tempo. Hoje Brasil e Portugal são uma coisa só. Eles podem até votar aqui.
- Para governador, presidente, essas coisa?
- Mais ou menos. É tudo simbólico, compreende?
- Como o viaduto?
- Isso. Olha a fila!

Anexo B

Crônica “Peça infantil” de Luís Fernando Veríssimo, O Nariz & outras crônicas. São Paulo: Ática, 1998.

A professora começa a se arrepender de ter concordado (“Você é a única que tem temperamento para isto”) em dirigir a peça quando uma das fadinhas anuncia que quer fazer xixi. É como um sinal. Todas as fadinhas decidem que precisam, urgentemente, fazer xixi.

- Está bem, mas só as fadinhas – diz a professora. – e uma de cada vez!
- Mas as fadinhas vão em bando para o banheiro.
- Uma de cada vez! Uma de cada vez! E você, onde é que pensa que vai?
- Ao banheiro.
- Não vai não.
- Mas tia...
- Em primeiro lugar, o banheiro já está cheio. Em segundo lugar você não é fadinha, é caçador. Volte para o seu lugar.

Um pirata chega atrasado e com a notícia de que sua mãe não conseguiu terminar a capa. Serve uma toalha?

- Não. Você vai ser o único de capa branca. É melhor tirar o tapa-olho e ficar de anão. Vai ser um pouco engraçado, oito anões, mas tudo bem. Por que você está chorando?
- Eu não quero ser anão.
- Então fica de lavrador.
- Posso ficar com o tapa-olho?
- Pode. Um lavrador de tapa-olho. Tudo bem.
- Tia, onde é que eu fico?
- É uma margarida.
- Você fica ali.
- A professora se dá conta de que as margaridas estão desorganizadas.
- Atenção, margaridas! Todas ali. Você não. Você é o coelhinho.
- Mas o meu nome é Margarida.
- Não interessa! Desculpe, a tia não quis gritar com você. Atenção coelhinhos. Todos comigo. Margaridas ali, coelhinhos aqui.

Lavradores daquele lado, árvores atrás. Árvore, tira o dedo do nariz. Onde é que estão as fadinhas? Que xixi mais demorado.

– Eu vou chamar.

– Fique onde está, lavrador. Uma das margaridas vai chamá-las.

– Já vou.

– Você não, Margarida! Você é coelhinho. Uma das margaridas. Você. Vá chamar as fadinhas. Piratas, fiquem quietos.

– Tia, o que é que eu sou? Eu esqueci o que eu sou.

– Você é o Sol. Fica ali que depois a tia... Piratas, por favor! As fadinhas começam a voltar. Com problemas. Muitas se enredaram nos seus véus e não conseguem arrumá-los. Ajudam-se mutuamente, mas no seu nervosismo só pioram a confusão.

– Borboletas, ajudem aqui – pede a professora.

Mas as borboletas não ouvem. As borboletas estão etéreas. As borboletas fazem poses, fazem esvoaçar seus próprios véus e não ligam para o mundo. A professora, com a ajuda de um coelhinho amigo, de uma árvore e de um camponês, desembaraça os véus das fadinhas.

– Piratas, parem. O próximo que der um pontapé vai ser anão.

Desastre: quebrou uma ponta da lua.

– Como é que você conseguiu isso? – pergunta a professora sorrindo, sentindo que o seu sorriso deve parecer demente.

– Foi ela!

A acusada é uma camponesa gorda que gosta de distribuir tapas entre os seus inferiores.

– Não tem remédio. Tira isso da cabeça e fica com os anões.

– E a minha frase?

A professora tinha esquecido. A Lua tem uma fala.

– Quem diz a frase da lua é, deixa eu ver... O relógio.

– Quem?

– O relógio. Cadê o relógio?

– Ele não veio.

– O quê?

– Está com caxumba.

– Ai, meu deus. Sol, você vai ter que falar pela lua. Sol, está me ouvindo?

– Eu?

– Você, sim senhor. Você é o Sol. Você sabe a fala da Lua?

– Me deu uma dor de barriga.

– Essa não é a frase da Lua.

– Me deu mesmo, tia. Tenho que ir embora.

– Está bem, está bem. Quem diz a frase da Lua é você.

– Mas eu sou caçador.

– Eu sei que você é caçador! Mas diz a frase da Lua! E não quero discussão!

– Mas eu não sei a frase da Lua.

– Piratas, parem!

– Piratas, parem. Certo.

– Eu não estava falando com você. Piratas, de uma vez por todas... A camponesa gorda resolve tomar a justiça nas mãos e dá um croque num Pirata. A classe é unida e avança contra a camponesa, que recua, derrubando uma árvore. As borboletas esvoaçam. Os coelhinho estão em polvorosa. A professora grita:

– Parem! Parem! A cortina vai abrir. Todos a seus lugares. Vai começar!

– Mas, tia, e a frase da Lua?

– “Boa noite, Sol.”

– Boa noite.

– Eu não estou falando com você!

– Eu não sou mais o Sol?

– É. Mas eu estava dizendo a frase da Lua. “Boa noite, Sol.”

– Boa noite, Sol. Boa noite, Sol. Não vou esquecer. Boa noite, Sol...

– Atenção, todo mundo! Piratas e anões nos bastidores. Quem fizer um barulho antes de entrar em cena, eu esgoelo. Coelhinhos nos seus lugares. Árvores para trás. Fadinhas, aqui. Borboletas, esperem a deixa. Margaridas, no chão.

Todos se preparam.

– Você não, Margarida! Você é coelhinho!

Abre o pano.

Anexo C

Crônica “Cantada” de Luís Fernando Veríssimo em Comédias da vida privada: 101 crônicas escolhidas. Porto Alegre: L & PM: 1994, págs. 61 – 64.

– Eu sei que você vai rir, mas...

– Sim?

– Por favor, não pense que é paquera.

– Não penso, não. Pode falar.

– Eu não conheço você de algum lugar?

– Pode ser...

– Nice. 1971. Saguão do Hotel Negresco. Promenade des Anglais. Quem nos apresentou foi o barão... o barão... Como é mesmo o nome dele?

– Não, não. Em 71 eu não estive em Nice.

– Pode ter sido 77. Estou quente?

– Que mês?

– Abril?

– Não.

– Agosto?

– Agosto? No forte da estação? Deus me livre.

– Claro. Eu também nunca estive em Nice em agosto. Onde é que eu estou com a cabeça?

– Não terá sido em Portofino?

– Quando?

– Outubro, 72. Eu era convidada no iate do comendador... comendador...

– Petrinelli.

– Não. Ele era comprido e branco.

– O comendador?

- Não, o iate. Tenho uma vaga lembrança de ter visto o seu rosto...
- Impossível. Há anos que eu não vou a Portofino. Desde que perdi tudo que tinha no cassino há... Meu Deus, sete anos!
- Mas, que eu saiba, Portofino não tem cassino.
- Era um cassino clandestino na casa de verão do conde... do conde...
- Ah, sim, eu ouvi falar.
- Como era o nome do Conde?
- Farci D' Amieu.
- Esse.
- Você perdeu tudo no jogo?
- Tudo. Minha salvação foi uma bilionária boliviana que me adotou. Vivi durante um mês à custa do trabalho escravo nas minas de estanho. Que remorso. O caviar não passava na garganta. Felizmente minha família mandou dinheiro. Fui salvo do inferno pelo Banco do Brasil.
- Bom, se não foi em Portofino, então...
- Nova Iorque! Tenho certeza de que foi Nova Iorque! Você não estava no apartamento da Elizinha, no jantar para o rei da Grécia?
- Estive.
- Então está desvendado o mistério! Foi lá que nos conhecemos.
- Espere um pouquinho. Agora estou me lembrando. Não era para o rei da Grécia. Era para o rei da Turquia. Outra festa.
- A Turquia, que eu saiba, não tem rei.
- É um clandestino. Ele fundou um governo no exílio: 24º andar do Olympic Tower. É o único apartamento de Nova Iorque que tem cabritos pastando no tapete.
- Espere! Já sei. Matei. Saint-Mortz. Inverno de...
- 79?
- Isso.
- Então não era eu. Estive lá em 78.
- Então foi 78.
- Não pode ter sido. Eu estava incógnita. Esquiava com uma máscara. Não falei com ninguém.
- então era você a esquiadora mascarada! Diziam que era a Farah Diba.
- Era eu mesma.
- Meu Deus, onde foi que nos encontramos, então?
- Londres lhe diz alguma coisa?
- Londres, Londres...
- A casa de Lady Asquith, em Mayfair?
- A querida Lady Asquith. Conheço bem. Mas nunca estive na sua casa da cidade. Só na sua casa de campo.
- Em Devonshire?
- Não é Hamptonshire?
- Pode ser. Sempre confundo os shires.
- Se não foi em Londres, então... Onde?
- Precisamos descobrir. Hoje eu não durmo sem descobrir onde nos conhecemos.
- No meu apartamento ou no seu?

- Mmmm. Foi ótimo.
 - Para mim também.
 - Quer um cigarro?
 - Tem galoise? Depois de morar em Paris, não me acostumo com outro.
 - Diga a verdade. Você alguma vez morou em Paris?
 - Minha querida! Tenho uma suíte reservada no Plaza Athenee.
 - A verdade...
 - Está bem, não é uma suíte. Um quarto.
 - Confesse. Era tudo mentira.
 - Como é que você descobriu?
 - O conde de Farci D' Amieu. Não existe. Eu inventei o nome.
 - Se você sabia que eu estava mentindo, então por que...
 - Porque gostei de você. Se você tivesse chegado e dito “Topas?” eu teria respondido “Topo”.
- De onde você tirou tudo aquilo? Hotel Negresco, Saint-Moritz.
- Não perco a coluna do Zózimo. Vi você e pensei, com aquela ali a cantada é noutra nível.
- Agora, me diga uma coisa.
- O quê?
 - Você esquiava mesmo de máscara em Saint-Moritz?
 - Nunca esquiei na minha vida. Nunca saí do Brasil. Eu não conheço nem a Bahia.
 - Eu sei que você vai rir, mas...
 - O quê?
 - Eu conheço você de algum lugar mesmo.
 - Guarapari. Há três anos. Mamãe foi fazer um tratamento de lodo. Nos conhecemos na praia.
 - Mas claro! Agora me lembro. Não reconheci você sem o maiô.
 - Você quer o cigarro, afinal?
 - Que marca tem?
 - Oliú.
 - Manda.

Anexo D

Crônica “Siglas” de Luís Fernando Veríssimo em Comédias para se ler na escola. Rio de Janeiro: Objetiva:2001, págs.135 – 137.

- Bota aí: “P”
- “P”?
- de “Partido”.
- Ah.
- Nossa proposta qual é? De união, certo? Acho que a palavra “União” deve constar do nome.
- Certo. Partido de União...
- Mobilizadora!
- Boa! Dá a idéia de ação, de congraçamento dinâmico. Partido da União Mobilizadora. Como é que fica a sigla?
- PUM.
- Não sei não...

- é. Vamos tentar outro. Deixa ver. “P”...
- “P” é tranqüilo.
- Acho que “Social” tem que constar.
- Claro. Partido social...
- Trabalhista?
- Fica PST. Não dá.
- É. Iam acabar nos chamando de “Ei, você”.
- E mesmo “trabalhista”, não sei. Alguém aqui é trabalhista?
- Isso é o de menos. Vamos ver. “P”...
- É. O “P” atrapalha. Bota “A”, de Aliança. Aliança Inovadora...
- AI.
- Que foi?
- Não. A sigla. Fica AI.
- Espera. Eu ainda não terminei. Aliança Inovadora... de Arregimentação Institucional.
- AIAI... Sei não.
- É. Pode ser mal interpretado.
- Vanguarda Conservadora?
- Você enlouqueceu? Fica VC.
- Aliança Republicana de renovação do Estado.
- ARRE!
- O quê?
- Calma.
- Espera aí, pessoal. Quem sabe a gente define a posição ideológica do partido antes de pensar na sigla? Qual é, exatamente, a nossa posição?
- Bom, eu diria que estamos entre a centro-esquerda e a centro-direita.
- Então é no centro.
- Também não vamos ser radicais...
- Nós somos a favor da reforma agrária?
- Somos, desde que não toquem na terra.
- Aceitaremos qualquer coalizão partidária para impedir a propagação do comunismo no Brasil.
- Inclusive com o PCB e o PC do B?
- Claro.
- Não devemos ter medo de acordos e alianças. Afinal, um partido faz pactos políticos por uma razão mais alta.
- Exato. A de chegar ao poder e esquecer os pactos que fez.
- Partido Ecumênico Republicano Unido.
- PERU?
- Movimento Institucionalista Alerta e e Unido.
- MIAU?
- Que tal KIM?
- O que significa?
- Nada, eu só acho o nome bonito.
- MUMU. Movimento Ufanista Mobilização e União.

- MMM... Movimento Moderador Monarquista.
- Mas nós somos republicanos.
- Eu sei. Mas por uma boa sigla a gente muda.
- TCHAU.
- Hum, boa. Trabalho e Capital em Harmonia com Amor e União?
- Não, é tchau mesmo.
- Aonde é que você vai?
- Abrir uma dissidência.

O português angolano e a variação léxico-cultural no hip-hop: um exemplo com Yannick Afroman

*Alexandre António Timbane
Yuran Fernandes Domingos
Euclides Victorino Silva Afonso*

Instituto de Humanidades e Letras
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, Brasil)

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2019.36/pp.103-123>

Resumo

O hip-hop surge em zonas periférica das cidades. Em Angola, o grupo é constituído por jovens rejeitados, marginalizados pelo poder. Nas letras se exalta do cotidiano as diferenças sociais. Sendo assim, as letras das músicas dos cantores angolanos revelam traços característicos da variedade angolana do português. Levantando o problema da pesquisa questionou-se os traços linguísticos que caracterizam a variedade angolana do português e quais aspectos culturais que estão por detrás? A pesquisa visa compreender traços linguísticos da variedade angolana do português. A pesquisa é bibliográfica cruzada com a documental composto por dois álbuns: “Mentalidade” (2008) e “Terra a terra” (2013). Para as análises transcreveu-se para facilitar análise dos fenômenos linguísticos. Concluiu-se que Afroman revela angolanismos que denunciam traços que se inclinam à norma angolana do português. Observa-se o uso de expressões, vocabulário e construções sintáticas próprias dos angolanismos que marcam a identidade sociocultural.

Palavras-chave: Hip-Hop; Língua; Angolanismos; Cultura; Léxico.

Abstract

Hip-hop appears in peripheral areas of cities. In Angola, the group is made up of rejected youths, marginalized by power. In the letters, social differences are exalted from everyday life. Thus, the songs lyrics of the Angolan singers reveal characteristic features of the Angolan variety of Portuguese. Raising the problem of the research questioned the linguistic traits that characterize the Angolan variety of Portuguese and which cultural aspects are behind? The research aims to understand linguistic traits of the Angolan variety of Portuguese. The research is cross-bibliographical with the documentary composed by two albums: “Mentalidade” (2008) and “Terra a terra” (2013). For the analyzes it was transcribed to facilitate analysis of the linguistic phenomena. It was concluded that Afroman reveals Angolanisms that denounce traits that incline to the Angolan norm of Portuguese. It is observed the use of expressions, vocabulary and syntactic constructions proper to the Angolanisms that mark the socio-cultural identity.

Keywords: Hip hop; Language; Angolanisms; Culture; Lexicon.

Introdução

Em todas as sociedades, a língua é o instrumento mais importante de comunicação entre os humanos. Saussure, o ‘Pai da linguística moderna’ define a língua como “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa facul-

dade nos indivíduos” (Saussure, 2006:17). Isso significa que a língua resulta de uma construção social e não de um indivíduo isolado ou de um grupo restrito de especialistas em línguas. Portanto, a norma-padrão foi ‘inventada’ pela Política Linguística não é língua materna de ninguém e ela se liga à gramática normativa.

A ‘verdadeira’ língua de um povo é aquela que ocorre na fala de forma natural resultante da construção mútua da sociedade. Por essa razão, Saussure chamou atenção à necessidade de compreender a língua como entidade social criada e convencionalizada pelo corpo social (Saussure, 2006). O linguista norte-americano William Labov veio a reforçar em parte a ideia saussureana ao divulgar nos anos 60 a ‘Teoria da variação’ ou a ‘sociolinguística variacionista’ definindo-a como a teoria do “estudo a língua em seu contexto social” (Labov, 2008).

Os discípulos labovianos defendem ser inútil estudar a língua fora do seu contexto social. Desta forma coletam e estudam dados reais da comunicação extraídos da fala real sem privilegiar a artificialidade da língua. Cabe à sociedade preservar, consolidar e expandir a língua pelas novas gerações. Não existe uma língua viva que esteja estática enquanto instrumento de comunicação. O português surgiu do latim vulgar na península Ibérica e se espalhou pelo mundo por meio da colonização. Hoje, na Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa não se fala português da mesma forma. Não se trata de ‘desvio’, muito menos de ‘falar errado’ ou ‘feito’ (Bagno, 2015), mas sim de um percurso normal de qualquer língua influenciada pelas variáveis socioculturais e linguísticas.

Não tem sido estranho dizer que existe inglês britânico, americano, australiano, sul-africanos e por aí em diante. Por que se torna estranho quando se fala de português angolano ou são tomense? A variação revela realmente que há um processo natural que ocorre entre as línguas ao longo dos tempos e em determinados espaços geográficos. Deixamos clara a ideia de que existe uma única **língua portuguesa** no espaço lusófono, que corresponde aos elementos abstratos (depositados no sistema linguístico) que permitem a intercompreensão entre os falantes. Qualquer variação (lexical, semântico ou fonológico) resulta das variáveis extralinguísticas. Por exemplo: a primeira refeição do dia em Portugal se chama ‘pequeno-almoço’, em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau se chama ‘matabicho’ e no Brasil se chama ‘desjejum’, ‘café da manhã’ ou ‘quebra-jejum’. A variação no espaço lusófono é mais escancarada em nível lexical e fonológico. A língua é um sistema abstrato que permite aos falantes uma intercompreensão mútua, mas o desvio se torna inevitável no léxico, na semântica e na fonologia.

Sendo assim, as letras das músicas dos cantores angolanos revelam traços característicos da variedade angolana do português. Levantando o problema da

pesquisa questionou-se os traços linguísticos que caracterizam a variedade angolana do português e que aspectos culturais estão por detrás? Como hipóteses, avança-se a ideia de que uma das características do português angolano se situa em nível do léxico/semântico, pois ocorre a entrada de várias unidades lexicais provenientes de línguas africanas; O português de Angola apresenta estrangeirismos que carregam elementos históricos e culturais e; o léxico das músicas carrega uma identidade sociocultural dos jovens angolanos.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender traços linguísticos da variedade angolana do português. Especificamente, a pesquisa visa **a)** identificar nas letras das músicas de Yannick Afroman características da identidade linguística do português angolano; **b)** explicar o sentido das unidades lexicais; **c)** discutir a relação entre língua e cultura angolanas; **d)** enumerar fatores socioculturais que participam na variação e **e)** demonstrar como o hip-hop é expressivo e fulcral na variação linguística dos jovens que serão futuramente adultos.

O artigo inicia debatendo sobre a situação sociolinguística do continente africano para depois emergir na realidade angolana, nosso local de pesquisa. Nessa parte foram apontados estudos iniciais da linguística africana, assim como a classificação das línguas faladas em Angola. Na segunda seção, discutiu-se os contextos da política e do planejamento linguístico que são fundamentais para a expansão ou para morte das línguas quando não há políticas protetoras desses idiomas. Naquele país há um grande número de línguas que estão em extinção (embora havendo pesquisadores que ainda não se aperceberam) devido a inexistência de políticas que protejam e promovam o ensino e expansão das mesmas. Na terceira seção discute-se os conceitos e as definições de ecolinguística e cultolinguística em contexto angolano. O conceito de cultolinguística é novo e trata das relações entre a cultura e a linguística que estão intimamente interligados. Há vários exemplos que mostram como os dois conceitos são ‘faces da mesma moeda’. A hipótese Sapir-Whorf revela essa relação intrínseca. Na quarta seção discute-se as questões da ligação entre a cultura hip-hop e a língua. Cantar *hip-hop* em português não é o mesmo que cantar em kimbumbo ou em kikongo. Há elementos intransponíveis de uma língua para a outra. Pode-se dar exemplos de idiofonos que são elementos intransponíveis das línguas africanas para europeias. O recurso à rima, ao jogo de palavras e a criação semântica em palavras revela a preocupação dos artistas em aspetos linguísticos. Cada palavra é escolhida de forma minuciosa para que cause efeito na mente de quem escuta a música. Na quinta seção, a pesquisa apresenta a metodologia, os dados da pesquisa e discute para enfim, terminar com as considerações finais e a lista das referências.

1. Situação linguística na África e em Angola

Os primeiros estudos descritivos e de classificação sobre as línguas africanas foram realizados por americanos e europeus que vieram para África em missões religiosas e expedições exploratórias. Desses pesquisadores/linguistas pode-se citar Joseph Harold Greenberg (1915-2001), Malcolm Guthrie (1903-1972), Clement Martyn Doke (1893-1980), Wilhelm Heinrich Immanuel Bleek (1827-1875), Carl Friedrich Michael Meinhof (1857-1944) entre outros. Essas pesquisas deram uma contribuição importante para a linguística africana moderna ao fornecer um conjunto de dados que aceleram o aprofundamento de pesquisas na área.

Que fique clara a ideia de que antes da chegada dos europeus, os africanos tinham um tipo de ensino diferente do modelo europeu. Por exemplo, um rito de iniciação (prática cultural) é equivalente a uma faculdade/universidade porque é naquele espaço onde homens e mulheres, jovens e adolescentes aprendem e aperfeiçoam as regras de ser e de estar em sociedade no seu amplo espectro assim como se preparam sujeitos para se lidar com os entraves da vida e do mundo. A formação é feita em espaço isolado, longe do resto da povoação com auxílio de anciões e líderes comunitários que podem ser considerados hoje como docentes universitários. Não podemos ter amnésia histórica que não lembre que as primeiras duas universidades do mundo surgiram em África especificamente em Marrocos (Universidade al Quaraouiyyine, no ano 859) e no Egito (Universidade de Al-Azhar) no ano 988. Mais aprofundamentos sobre a conexão entre a língua e cultura discutiremos mais adiante.

A situação linguística africana é complexa. O continente africano possui quatro grandes famílias de línguas, nomeadamente nigero-congolesa (com 1436 línguas), afro-asiática (371 línguas), nilo-saariana (196 línguas) e koisan (35 línguas) dados que nos levam a estimar em mais de 2000 línguas, segundo dados de Heine e Nurse (2000) e Petter (2015). Este número, segundo Heine e Nurse não é fixo e definitivo, pois algumas línguas ainda estão sendo descobertas, outras descritas, outras padronizadas ortograficamente, mas outras estão desaparecendo pelo fato de serem faladas por uma minoria isolada. Uma das questões que se critica na pesquisa de Heine e Nurse (2000) é a falta de inclusão das línguas crioulas faladas por diversos povos da África. Muitas vezes, quando se fala de línguas africanas se exclui as línguas crioulas como se elas não fizessem parte do acervo cultural e linguístico dos povos africanos.

Discutindo sobre a “base portuguesa” em crioulos, Manuel e Timbane (2018) demonstram com exemplos que os crioulos possuem base de línguas bantu. O estudo demonstrou a existência de contribuição lexical de diversas línguas

africanas como o balanta, manjaco, mandinga, wolof entre outras. O crioulo pode ter herdado uma gama considerável do léxico de línguas europeias, mas também existe léxico de línguas africanas. A título de exemplo, a conjugação simplista dos verbos dos crioulos considerados de “base portuguesa” não possui nada relacionado com a conjugação do português. Em português, a flexão verbal mexe com a raiz do verbo mais os sufixos enquanto nas línguas bantu e no crioulo isso não acontece. Se a chamada “base” está apenas no léxico então é pouco sustentável afirmar que é de “base portuguesa”. Todas as línguas do mundo realizam o processo de empréstimos e estrangeirismos linguísticos. Desta forma seria importante a inclusão dos crioulos na lista das línguas africanas visto que se formaram em contexto territorial africano e tendo uma base de línguas africanas. Estudos de Pereira (2006), Hlibowicka-Weglarz (2007), Lefebvre (2004) e Tarallo e Alkmin (1987) e Couto (1996) relatam a existência de cerca de 16 pidgins e crioulos no mundo, a maioria localizada na costa ocidental de África.

Sobre a classificação das línguas bantu, Nurse e Philippson (2003:3) e Greenberg (2010) indicam 16 zonas: **A, B, C, D, E, F, G, H, J, K, L, M, N, P, R e S**. Angola ocupa as zonas **H, K e R**, Greenberg (2010) e Maho (2003) sendo que as línguas angolanas estão intimamente relacionadas às etnias. A “língua umbundo é falada pelo povo Ovimbundu; a língua kimbundu é falada pelo povo Ambundu; o grupo Bakonko fala a língua kikongo; os Tucokwe falam cokwe e; a língua kwanyama é falada pelo grupo Vakwanyama. Esta última língua é falada da região do Cunene. O grupo Vangangela fala a língua ngangela.” (Severo, 2015, p.8). Pesquisas de Jimbi (2018) e Bernardo (2017) apontam para umbundo como sendo a língua mais falada de Angola (22%) seguida de Kicongo (8%), kimbundu (7%), chokwe (6%), nhaneka e ngangela (3%), fiote, kwanhama, muhumbi (2%) e luvale (1%). O português é uma língua angolana de origem europeia que chegou em Angola durante processo da colonização e foi oficializada nas Constituições de 1975 e 2010 (Angola, 2010).

As línguas africanas em Angola são classificadas em três zonas: H, K e R, segundo Maho (2003). O Quadro 1 foi construído com base nos dados apresentados por Maho (2003) no capítulo “a classification of the bantu languages: an update of Guthries referential”.

Quadro 1: Classificação das línguas angolanas de origem africana

Zona	Grupo	Línguas
H	H10 Ki	H14: ndingi, ndinzi (Cabinda) H15: mboka (Cabinda) H16: kongo
	H20 kimbundu	H21: kimbundu H21a: mbundu, ngola H21b: mbamba
K	K10 Chokwe-luchazi	K11: chokwe K12b: ngangela, nyemba
R	R10 umbundu	R11: umbundu, mbundu, nano R12: ndombe R13: nyaneka R14: khumbi
	R20 Ambo (ndonga)	R21: kwanyama

Fonte: Adaptado de Maho (2003: 639-651)

Da lista das línguas bantu faladas em Angola se inclui as da família koi-san, nomeadamente Xun ou ju e maligo. Estudos de Janmbi classicam a língua Oshihelero como parte integrante da família koisan (Jambi, 2018). O pesquisador Undolo, em sua tese de doutoramento relata a existência da língua vatwa pertencente à família koisan falada pelos povo Vatwa que são de origem desconhecida e que “habitam especificamente as margens do rio Curoca e uma faixa estreita do deserto do Namibe e englobam duas pequenas comunidades: os Kwepe e os Kwisi (Undolo, 2014, p. 63). Está difícil determinar com exatidão quantas línguas da família koisan faladas em Angola.

Comparando a distribuição das línguas, pesquisadores angolanos entrevistados informalmente durante a pesquisa reconheceram a disparidade entre os dados de Maho e realidade sociolinguística angolana. A distribuição é científica difere da distribuição sociolinguística real. As diferenças entre língua e dialeto ou variante ainda não são nítidas e muitas vezes discutíveis. Isso acontece porque pesquisas que fazem a descrição das línguas angolanas ainda estão sendo realizadas. Há vozes que defendem que o linguista não tem autoridade de definir o que é e o que não é língua numa determinada comunidade. A língua sendo uma construção social deve ser concebida à luz das ideias e da filosofia da comunidade que a fala para evitarmos repetir os erros das teorias eurocentristas da linguagem.

O português é uma língua angolana de origem europeia, pois já se observa o número crescente de falantes como língua materna. As línguas africanas, segundo

Petter (2015), Rodrigues (2011) e Ngunga (2015) adquirem várias funções no continente: línguas nacionais, étnicas ou ainda dialetos. Muitas delas não são oficiais e são relegadas aos usos informais de comunicação o que prejudica na sua expansão e difusão. A educação bilíngue seria um passo importante para a revitalização e expansão dessas línguas (Ndombele, 2017; Timbane e Vicente, 2017).

O português angolano (PA) é uma variedade do português que surgiu da interação entre o português e as diversas línguas angolanas faladas naquele espaço geográfico. Zau (2011) considera que o PA resulta da evolução natural daquilo que se designou “pretoguês”. Bernardo (2017) discute que o PA resulta de um processo evolutivo e dinâmico das “condições sociais, históricas (contatos), geográficos que influenciam a produção discursiva dos indivíduos” (Bernardo, 2017:38).

É preconceito linguístico afirmar que só em Portugal é que se fala melhor português. Esta questão é muito bem discutida e rechaçada por Bagno (2015) em sua obra “Preconceito linguístico: o que é e como se faz.” Hoje podemos falar da existência do português brasileiro, português guineense, moçambicano e por aí em diante, constatação observada a partir de pesquisas científicas que descreveram essas variedades.

Vários estudos demonstram que “todas as línguas quanto culturas estão em constante contato, variando, mudando e criando novas influências aos membros da comunidade” (Timbane e Vicente, 2017: 91) e assim não seria diferente com o PA. As variações são influenciadas pelos fatores internos (léxico, semântica, fonologia, morfologia, etc.) e fatores externos (sexo, nível de escolaridade, redes sociais, faixa etária, etc.). Neste último fator interessa-nos observar como os jovens procuram variar o seu léxico na produção discursiva.

É importante diferenciar o léxico do vocabulário. O léxico resulta de uma operação perceptiva e cognitiva que relaciona o conceito a uma imagem acústica (signo linguístico) (Saussure, 2006). O léxico é entendido como o conjunto de todas as palavras existentes na língua. Portanto, as palavras que aparecem nas entradas dos dicionários constituem uma parte de um conjunto maior de palavras existentes no português. Este léxico é aprendido e estocado para a significação dos “conteúdos significantes da linguagem humana.” (Biderman, 1996: 27).

O vocabulário é o conjunto de palavras memorizadas e usadas por um indivíduo (idioleto). Desta forma, pode-se falar de vocabulário do cantor Yannick Afroman, do escritor José E. Agualusa, do político Jonas Savimbi, etc. Significa que o vocabulário é individual enquanto o léxico é mais geral. O léxico faz parte do acervo geral de uma língua e está localizado no sistema da língua. Segundo Timbane (2013, p. 9), os neologismos “podem ter origem na matriz interna (for-

mações ou recriações dentro da mesma língua) ou na matriz externa (palavras vindas de outras línguas: estrangeirismos e empréstimos)”.

2. Política linguística vs planejamento linguístico

Em Angola, a Constituição no seu artigo 19º (Línguas) determina que “1. A língua oficial da República de Angola é o português; 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional” (Angola, 2010). A constituição de Angola prevê a valorização, a promoção e estudo das línguas africanas em Angola, mas não é o que se verifica na prática. Esta constatação lógica foi muito bem abordada na entrevista do Prof. Msc. Ezequiel Bernardo (UFSC, 2017), pois as línguas africanas aparecem na ‘Carta *Magna*’ só “para o inglês ver”. Afirmamos num tom forte porque até então, não há políticas claras e contundentes que projetem, valorizam e promovem as línguas africanas. Por isso mesmo muitas dessas línguas ainda não foram descritas outras correm risco de extinção. Em outras palavras, podemos apontar que em Angola ainda não houve consenso quanto a padronização ortográfica das línguas faladas, não há gramáticas nem dicionários impressos em línguas locais, assim como as escolas nunca receberam materiais em línguas locais como forma de incentivar e divulgar. A formação de professores em línguas africanas é quase inexistente em Angola e há pouco incentivo governamental na busca de registro e estudo dessas línguas. A prioridade n.º 1 é o português.

Se a língua dos concursos públicos, dos ingressos às universidades e das oportunidades for o português, então estamos longe de um planejamento linguístico real e inclusivo. Se o atendimento em instituições públicas (hospitais, ministérios, ensino, justiça, etc) for apenas em português, então estamos fazendo de contas que valorizamos e promovemos as línguas locais. Dois linguistas africanos foram desafiados em entrevista a responder a seguinte pergunta: Estão as línguas africanas em perigo? Perguntados sobre o perigo que as línguas nacionais angolanas e moçambicanas (Severo, Siteo e Pedro, 2014) incorrem, Bento Siteo (de Moçambique) e José Domingos Pedro (Angola) foram unânimes em assinalar que as línguas não estão em perigo. Pedro (2014, p. 85) apresenta sete razões que garantem a ausência de perigo nas línguas nacionais angolanas, mas essas razões não têm sustento se não houver uma execução prática de ações tanto do Governo angolano quanto dos angolanos em geral.

Em Angola, pode-se afirmar que não há literatura publicada em línguas locais apoiada pelo Governo com o fim de divulgar a riqueza linguística e literária existente no país. Não existe apoio nem fundo específico que impulsiona e incentiva

a produção científica em línguas nacionais, o que significa que as línguas são línguas incapazes para a produção do conhecimento. Mas isto não constituiu verdade, pois todas as línguas do mundo têm competências suficientes para lidar com o desenvolvimento das sociedades.

A política linguística está voltada “para uma prática de caráter estatal-legislativo, debruçando-se, por exemplo, sobre a oficialização de línguas, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas” (Severo, 2013: 451). O planejamento seria a implementação prática das decisões dadas pela política linguística. Por exemplo, o ensino de português nas escolas corresponde ao planejamento.

O número de falantes de línguas africanas nos PALOP está reduzindo drasticamente nos últimos anos. Esse fenômeno resulta do planejamento e de políticas linguísticas adotadas pelos governos pós-coloniais (Severo, 2013) porque nenhuma língua africana (dos PALOP) possui até hoje, o estatuto de língua oficial (Abdula, Timbane e Quebi, 2017). Como forma de remediar, alguns PALOP introduziram de forma tímida a educação bilíngue na tentativa de proteger essas línguas. Mas isso não resolve a raiz do problema. Seria necessário que os governos estabelecessem políticas públicas que possam alavancar esta perda da identidade linguística africana. Seria necessário apoiar pesquisas que possam descrever essas línguas assim como a produção de materiais didáticos e literários que difundem e propagam as línguas.

Ainda na perspectiva da política e do planejamento linguístico (Calvet, 2007), precisamos compreender que o português brasileiro resulta da contribuição das diversas línguas africanas, europeias, asiáticas e americanas que se misturaram devido à colonização. Vários estudos linguísticos mostraram claramente que as variedades do português faladas na lusofonia não correspondem mais ao português europeu muito menos à norma popular usada na Europa.

O português deixou de ‘ostentar a bandeira’ português, o que significa que pertence a todos os lusófonos independentemente de origem, raça, etnia ou país de proveniência (Timbane, Santos e Alves, 2017). Isso significa que a comunidade lusófona apoderou-se da variedade europeia do português e adaptou segundo os contextos, a situações e a contextos reais de uso o que resultou nas diversas variedades que observamos e que precisam ser respeitadas e prestigiadas sem preconceito. As escolas dos PALOP ainda são preconceituosas com relação às suas variedades, resultado da ideologia colonial implantada pelo colonialismo (Bago, 2014, 2015).

Existem elementos linguístico-políticos que unem os lusófonos, mas existem elementos culturais que provocam distanciamento. O que acontece é que compar-

tilhamos uma norma-padrão que não corresponde à língua materna de ninguém e que funciona como instrumento de ascensão social. Essa norma-padrão discrimina a norma do ‘povão’ e nem considera as variedades e variantes existentes numa comunidade linguística. A escola precisa ter um fôlego suficiente para evitar ter elevado número de reprovações, pois a maioria das crianças que entram na escola chegam conhecendo uma ou mais línguas locais (indígenas no caso do Brasil e línguas bantu e crioulos no caso dos PALOP). Tanto no Brasil quanto nos PALOP encontramos situações de multilinguismo (Timbane e Vicente, 2017). As línguas locais não são oficiais e nem recebem o devido respeito por parte da política linguística. Sendo assim, precisamos pensar sobre como se pode resgatar as línguas locais e também como reduzir o preconceito com relação as variedades do português presentes no espaço lusófono.

Numa pesquisa intitulada “Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola”, Ndombele (2017) defende a educação bilíngue, projetando que as línguas nacionais devem **a)** dar a possibilidade de manutenção das línguas angolanas de origem bantu; **b)** contribuir para o desenvolvimento intelectual das crianças com dificuldades em Língua Portuguesa; **c)** contribuir para definição de Políticas Linguísticas em Angola; **d)** otimizar uma educação multicultural, integrando no currículo conteúdos sobre a cultura dos alunos e da sua comunidade; **e)** ajudar os alunos a conservar os seus valores, usos e costumes étnicos que lhe são transmitidos desde a sua tenra idade na sua língua materna (Ndombele, 2017, p. 84-85). Esta ideia de Ndombele vai ao encontro dos debates de Zau (2011) e aos de UNESCO (1996).

3. A ecolinguística e a culturlinguística em contexto angolano

Qualquer língua natural só faz sentido quando compreendida dentro do contexto cultural. A cultura é o conjunto complexo de conhecimentos, crenças, arte, moral e direito, além de costumes e hábitos adquiridos pelos indivíduos inseridos numa determinada sociedade (Cucho, 1999). A cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que são transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Para Santos (2006), a cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação ou então de grupos no interior de uma sociedade. Mas também pode ser um conjunto de conhecimentos, de ideias e de crenças, assim como às maneiras como esse conjunto de conhecimento se manifesta na vida social.

Falar de cultura angolana é falar de um conjunto de práticas que se estendem desde a língua até aos modos de ser e de estar. Se compararmos a cultura angolana em 1884 (partilha de África), 1975 (ano da independência) e 2018

(data da realização da pesquisa) veremos que houve uma mudança profunda na cultura, conseqüentemente na língua. Quer dizer, a história de um povo recebe uma influência direta dos aspectos histórico-políticos que ditam o ser angolano. Uma “cultura” classificada como “superior” tende a dominar uma outra considerada “inferior”. Por exemplo: Para uma etnia indígena brasileira estar vestido não significa portar casaco, camisa, gravata e sapatos. Essas vestimentas não representam “roupa” para aquele povo. Mas quando chega alguém com a mente ou cultura ocidentalizada dirá que os indígenas brasileiros estão nus, o que não corresponde à verdade, pois a tanga, o saíote ou os cintos que lhes cobrem o sexo feitos de penas de animais, folhas de plantas, entrecasca de árvores, sementes ou miçangas, pinturas e tatuagens fazem parte da vestimenta. Logo, o conceito “nudez” para o grupo indígena possui outros significados. Para os povos indígenas, ao trajar de casaco, camisa, gravata e sapato sem que tenha indumentárias da sua tribo você ainda não está vestido. Está nu. Concluímos esta parta apontando que a cultura é uma construção social e não existe uma cultura superior nem melhor que a outra. A cultura é como ela é para o povo que a pratica.

Os colonizadores não tiveram esse entendimento que estamos discutindo aqui. Entenderam que existem uma única cultura, a cultura ocidental e que quem não a conhece era considerado selvagem ou não assimilado. Por isso mesmo consideraram os povos africanos e americanos como povos sem civilização e que precisavam de uma educação moderna para que pudessem ser efetivamente humanos. Ora, estudos de antropólogos e sociólogos humanistas (e não eurocentristas) verificaram que o ser humano vive imbuído de uma cultura que lhe permite interpretar e compreender o mundo do seu jeito. Essa interpretação irá variar de grupo para grupo de etnia para etnia, de sociedade para sociedade. Assim, deve ser respeitado sem preconceito.

Toda variação linguística é incentivada pela cultura, pela tradição, pelo desenvolvimento econômico e político que se apresenta em cada lugar geográfico. A língua, segundo Kramersch (2014), é um sistema de signos que tem dentro de si um valor cultural. Os falantes identificam-se através da língua, no seu uso e, assim, eles veem a língua como um símbolo da sua identidade social. A proibição da sua utilização é, muitas vezes, percebida pelos falantes como uma rejeição de seu grupo social e da sua cultura (Kramersch, 2014). A língua está ligada à cultura, e a cultura é muitas vezes expressa pela língua, daí o termo cultulinguística. Estudos sobre as relações entre língua e cultura já possuem contribuições importantes como as de Sapir (1969), Kramersch (2014), Câmara Jr. (1955), Risager (2006), Dingwaney e Maier (1995) entre outros.

Por outro lado, a ecologia é uma ciência multidisciplinar que estuda as relações entre os seres vivos (animais e plantas) entre si e com o meio orgânico e inorgânico em que vivem. A língua se relaciona com fatos do meio ecológico. A ecologia é o “ramo da biologia que compreende as inter-relações entre plantas e animais e os seus meios ambientes inteiros” (Couto, 2007: 39). A ecolinguística é o “estudo das relações entre língua e meio ambiente” (Couto, 2007: 41). Ela se interessa pela relação entre a linguagem e o meio ambiente em que a Comunidade de Fala se localiza (Couto, 2007; Couto e Couto, 2017) o que significa que o espaço geográfico/ambiental em que os falantes ocupam exerce uma pressão preponderante na construção da língua principalmente em nível do léxico. As condições ambientais sugerem um discurso novo, um discurso ‘politicamente correto’ que de certa forma contribui para o combate contra a degradação ambiental e sensibiliza a sociedade na necessidade de preservar o meio ambiente. Vários estudos sobre a ecolinguística foram suficientemente publicados desde Edward Sapir, Einar Haugen, Alwin Fill, Louis-Jean Calvet, Salikoko S. Mufwene, Hildo Honório do Couto e muitos outros.

O neologismo ‘cultulinguística’ foi criado para designar as relações entre a língua e a cultura. A ecolinguística já foi suficientemente estudada, lida com as relações entre a língua e o meio ambiente (Couto, 2007; Couto et. al., 2016). Tanto a ecologia quanto a cultura se entrelaçam e interferem na linguagem humana e é discutível estudá-los separadamente. São, na nossa modesta opinião, elementos inseparáveis na vida da sociedade e, conseqüentemente nos fenômenos linguísticos. Por isso é perigoso deixar desaparecer as línguas africanas porque é uma cultura milenar que está em jogo.

Com relação à Linguagem vs meio ambiente (ecolinguística) precisamos compreender que o léxico é a parte mais evidente da língua (Timbane, 2014). Segundo Sapir (apud Couto, 2009: 166) o léxico da língua “é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes”. A atribuição do nome não é aleatória nas tradições bantu e está ligada ao ambiente, à cultura e aos contextos ambientais em que a “comunidade de fala” (Couto, 2007: 231) está inserida. A mente é um fator ecológico, segundo Mufwene (2016) porque é onde se depositam os traços e os significados sociais, isto é, “é o *locus* da existência e competição entre línguas” (Weinreich, apud Mufwene, 2016: 490). Couto (2009) apoia a ideia de Sapir (1969) quando afirma que a língua pode, em princípio, sofrer influências do ambiente quanto a seu assunto ou conteúdo, isto é, o léxico; talvez não quanto ao sistema fonético nem quanto à forma gramatical, que compreenderia a morfologia e a sintaxe.

Existe um Meio Ambiente mental que “é constituído pela infraestrutura cerebral e os processos mentais que entram em ação na aquisição, armazenamento

e processamento da linguagem.” (Couto, 2007: 20). Muitos nomes de plantas, de animais, coisas e fenômenos que ocorrem num espaço geográfico dependem muito mais do ambiente em que os falantes estão envolvidos. Por exemplo, Sapir dá exemplo de neve, que em países onde não ocorre esse fenômeno ambiental é designando neve apenas. Mas em zonas onde ocorre a neve existem tipos e formas de neve. Essa diferenciação se funda devido aos contextos socioambientais em que os falantes estão envolvidos. Para Mufwene (2016: 494), a

mente é o motor mais importante da evolução, uma vez que filtra todas as influências vindas de fora e de dentro do falante. Isso é evidente até mesmo em pidgins incipientes, que, além de refletirem mudanças drásticas na estrutura da língua lexicadora, continuam sendo línguas humanas mesmo assim.

Essas todas reflexões nos fazem pensar que a mudança nos nomes de lugares e o aportuguesamento dos diversos nomes originais das tradições está influenciando as relações entre a sociedade e meio ambiente. Por exemplo, o nome da região de Uíge (ao Norte de Angola) tinha sido mudado pelos portugueses para Vila Marechal Carmona. Essa mudança prejudicou bastante na identidade cultural do povo bakongo. Felizmente depois da independência houve retomada do nome original do povo bakongo que é Uíge que significa “terra do Bago vermelho”. Na cidade de Maputo (Moçambique) aconteceu em 2016 a renomeação das unidades administrativas autárquica: kaNlhamankulu, kaMavota, kaMubukwana, kaNyaka, etc. que são nomes que carregam a história, a cultura e o ambiente local.

A presença humana num determinado espaço ambiental é que faz acontecer a ecolinguística e a existência do ser humano num determinado espaço provoca interações cultulinguísticas. As línguas africanas, a cultura e o meio ambiente têm muito a dizer para as teorias eurocentristas, uma vez que os resultados dos estudos feitos com línguas europeias nem sempre coincidem quando confrontados pelas línguas africanas. Um dos exemplos mais profundos é relativo ao signo linguístico. Para Saussure (2006) o signo linguístico é arbitrário, mas as línguas bantu têm demonstrado o contrário a teoria saussureana ao provar que o signo em muitas línguas bantu é motivado. A seguir daremos enfoque a questões de identidade da cultura hip-hop e sua relação com a linguística.

4. Questões linguísticas e da cultura Hip-Hop: uma afirmação da identidade

Quando afirmamos na seção anterior que a língua é ao mesmo tempo cultura é necessário compreender de que perspectiva está-se falando. Nesta seção traremos evidências sobre como o Hip-Hop pode ser um alicerce para expansão da cultura (Souza, 2007). Para isso iniciamos com a seguinte problemática: É unanime nas

línguas e culturas europeias afirmar que ‘o sol NASCE no oriente’? Será que o Sol NASCE mesmo? Quando se afirma que algo NASCE é que se espera que um dia morra. Os seres vivos são assim. Para a visão dessas culturas e línguas o Sol NASCE. Logicamente, quem afirma que o Sol NASCE” concorda com a tese de que em algum momento irá morrer ou desaparecer para não voltar mais. Uma vez desaparecido ou morto, precisa nascer outro em substituição para que tenhamos o novo dia, o novo clarear. Logo, na visão da referida sociedade nascem 365 *Sols (?) e morrem 365 num ano. Mas o mesmo não vale para a Lua e as estrelas. Por que estas não nascem? É porque o seu “nascimento” e “morte” raramente é notável. Logo, eles aparecem e não nascem.

Essa é a percepção que algumas culturas enxergam de um fenômeno. O Sol jamais NASCE, apenas a terra é que se move e faz sombra (correspondente à noite) e se vira para o Sol (correspondente ao dia). Não se trata de nenhum nascimento nem da morte, apenas a percepção que os sujeitos têm com relação a cultura. Conclui-se que podemos estar observando um mesmo fenômeno, mas a interpretação variará segundo a cultura que conduz a percepção do mundo. Para a cultura dos povos tsonga de Moçambique e da África do Sul, o Sol não NASCE, mas sim clareia (*a vuxa ou kuxa*), quer dizer, *Djambu ri xile* (o Sol nasceu) e o pôr do sol corresponde a “entrar” (*kupela*), quer dizer, *Djambu ri pelile* (o Sol se pôs).

Este exemplo, ilustra que os fenômenos da sociedade são analisados na base da cultura. Logo o hip-hop sendo uma cultura será analisada em diferentes perspectivas. No que toca ao aspecto cívico, o hip hop “oferece espaço identitário e sociabilidade para seus integrantes, jovens, do sexo masculino, mestiços, com grau de escolaridade baixa e pobres, que excluídos, encontram no movimento a sua tribo” (Souza, 2007, p. 12).

O hip-hop surge em regiões da periferia das grandes cidades. Constitui um grupo populacional rejeitado e colocado à margem pelo centro do Poder, por isso mesmo as suas letras das músicas falam do cotidiano: falta de emprego, pobreza, falta de oportunidades, abandono escolar e “A exaltação das diferenças, na sociedade pós-moderna, torna-se explícita através das tribos urbanas. Podemos constatar que ser diferente de alguns sendo **igual** a outros é a máxima do individualismo contemporâneo.” (Souza, 2007, p. 10, grifo a autora). Segundo Meneses e Costa (2013, p. 393)

O campo ético-político que circula no movimento hip-hop adota como princípios: liberdade, justiça, igualdade, paz, unidade, respeito e diversão, dentre outros. Isso posiciona o movimento socialmente, corroborando o campo de luta de outros movimentos sociais, e o coloca em pontos de disputa interna e externa ao movimento, à medida que o movimento negocia, tensiona, concorre com outros valores sociais alinhados ao sistema vigente.

Segundo Canclini (apud Meneses e Costa, 2013) a cultura implica movimentos de reconhecimento e de redistribuição, investimentos para o desenvolvimento artístico dos jovens, via formações e intercâmbios. Os conflitos sociais provocados pelo movimento hip-hop colocam-se especialmente em três elementos: o primeiro deles diz respeito à questão da juventude pobre no contexto da sociedade de consumo; o segundo refere-se à mídia e à relação com a indústria cultural; e o terceiro, à afro-descendência. Há esforço para dar visibilidade às diferentes facetas que as desigualdades vivenciadas pelos jovens hip-hoppers assumem no cotidiano e que provocam diversas fragilidades e dificuldades para a garantia da sobrevivência desse segmento social (Meneses e Costa, 2013; Timbane e Vicente, 2017).

Muitas letras do hip-hop constituem o que chamamos de provérbios. As tradições dos povos bantu em especial são pela oralidade e percebe-se como os jovens procuram retomar as tradições usando frases que nos remetem aos provérbios. Tal como afirma o professor angolano Ezequiel Bernardo em sua entrevista ao *Canal do Instituto de Estudos Latino-Americanos* os provérbios dizem mais do que discursos. Uma forma tradicional e milenar de apontar e abordar os problemas angolanos seria por meio dos provérbios. Não é por acaso que os jovens do hip-hop usam com frequência. Os jovens do hip-hop não são apenas o berço de ideias sociais, da política e da economia. São o berço da variação e da mudança linguística. Ocorre a todo momento um conjunto de neologismos de todo tipo. Na seção a seguir veremos um conjunto de unidades lexicais criados no âmbito de expressão do hip-hop (e em outros estilos musicais) que se enraizou na variedade angolana do português.

5. Analisando as letras das músicas de Yannick Afroman

A presente pesquisa se baseia na análise de músicas do cantor angolano Yannick Afroman. O cantor iniciou sua carreira em Paris (França) em 1989 cantando *Freestyle* e depois formou o primeiro grupo em Angola composto por Mumu e Kitesss. Em 1999, lança o primeiro *track* promocional que deu maior fama no estilo hip-hop. Em dezembro de 2008 ganhou o maior recorde de vendas do seu primeiro CD (Mentalidade). Os principais assuntos apresentados nas músicas estão relacionados a vida política, cultural e social (pobreza, amor, amizade, ódio, ciúmes, traição, diferenças do gênero, a vida e problemas da vida na cidade, etc.)

A pesquisa é bibliográfica cruzada com a do campo. O material coletado não foi submetido à Comissão de Ética visto que se trata de material de domínio público. Os dois álbuns coletados são a) “Mentalidade” (2008, 17 músicas, 1h15min) e b) “Terra a terra” (2013, 19 músicas, 1h11min) cujas listas das músicas se pode conferir em anexo. Para as análises foi necessário transcrever todas as músicas

para melhor analisar os fenômenos linguísticos em causa. Os itens observados foram: **a)** a ocorrência de unidades lexicais do português angolano; **b)** a presença de empréstimos linguísticos de outras línguas não angolanas, **c)** a semântica de angolanismos e **d)** a presença de elementos culturais (provérbios, tradições).

Da pesquisa se observou que os angolanismos são presentes nas letras das músicas. Observa-se a entrada de palavras vindas das línguas angolanas. É o caso de *kota, camba, cumbú, jamba, funge, mbila, mwangolé*, entre outras. Há novos verbos que se incorporam no PA: *zungar, sexiar, bazar, corniar, tchilar, invejar*. Há variação semântica: *taxi, raias, cabrito, massada, babado*. Foram identificadas expressões do tipo “já tou em piloto”; “vou partir braço”, “Você quer se importar”. Foram identificados empréstimos do inglês: *brada, man, nigga, selfie*, etc. Identificou-se a presença de abreviaturas no português: *tamo* (estamos), *tá mbora, tuga, tamu, telelé, fu*. A palavra *wi* significa ‘amigo’, mas também pode significar ‘ele’. Há palavras específicas dos jovens como *laton* (masculino) e *latona* (feminino). Ambas designam alguém que tem pele mais clara ou aquele que tem mais dinheiro. As palavras *rijo e gato* carregam valores semânticos que só podem ser compreendidas em contexto angolano. Vejamos os exemplos a seguir. Utilizou-se os códigos **AM** para ‘álbum Mentalidade’, **AT** ‘álbum Terra a terra’ e **M** para ‘música’:

- Ex.1: “Isto é uma festa e não é óbito” (AM, M3)
 Ex.2: “...também estou com gato, estou a travar com jantas...” (AM, M 4)
 Ex.3: “...é tipo emprestar num camba íntimo...” (AM, M4)
 Ex.4: “...basta andar a pé é que ancorou...” (AM, M5) significa voltou a pobreza
 Ex.5: “...A arca já está cheia e já não tem espaço...” (AM, M15) geladeira
 Ex.6: “...para comer tem de vender gelado de mukwa...” (AM, M15)

Os exemplos de 1 a 6 ilustram como o autor procura aproximar sua linguagem à variedade angolana de português. Os termos destacados são comuns na fala dos angolanos e os seus sentidos semânticos: *óbito*=velório, *gato*=sem dinheiro, *camba*=amigo, *ancorou*=pobre, *arca*=geladeira. A palavra “gato” nesse contexto é usada para designar uma situação de falta de dinheiro e “travar com jantes” significa atravessar uma situação de sufoco financeiro.

Um provérbio é uma expressão ou frase que expressa uma verdade baseada no senso comum ou experiência. Os provérbios nas músicas se baseiam em línguas e tradições angolanas. Os exemplos a seguir ilustram isso.

- Ex.7: “...A carta morre na mesa...” (AM, M1)
 Ex.8: “...não provoque o dragão quando está em digestão...” (AM, M1)
 Ex.9: “...a mulher é como um pássaro, se lhe apertar muito sufoca, se lhe largar muito ela voa...” (AM, M17)
 Ex.10: “...não procuras chamar atenção defeca só, as moscas virão...” (AT, M 4)

Afroman usa por diversas vezes a expressão *mwangolé* como equivalente a “pátrio” que designa “cidadão angolano”. Por ex: “...mwangolé é solidário...” para dizer “angolano é solidário”. Outro exemplo é: “Eu tava bem pausado no kúbico...”. Na frase as palavras *pausado* e *kubito* significam “descansando” e “casa” respectivamente. Esses neologismos lexicais enriquecem a variedade angolano trazendo uma identidade própria inexistente nas outras variedades. Na frase “Único cem que tive aí já fiz com ele *kilape*” significa ‘único cem kwanzas/dólar que tive emprestei a uma pessoa’. E outros contextos, a palavra *kilape* pode significar “ir ao mercado informal” ou comprar a fiado.

Quadro 2: Alguns angolanismos identificados em Afroman

ANGOLANISMO	PORTUGUÊS	ANGOLANISMO	PORTUGUÊS
<i>maka</i> *	problema	<i>mambo</i> *	coisa ou pênis
<i>fixe</i>	bom	<i>xé</i>	alô
<i>brada</i>	irmão	<i>tás armado</i>	está pensando
<i>kumbú</i> *	dinheiro	<i>madjices</i> *	peçoas/amigo
<i>bisnar</i>	roubar, negociar	<i>kota</i> *	peçoas mais velha
<i>malaíke</i>	admirado	<i>mboa</i> *	mulher
<i>raia</i>	óculos	<i>laton/latona</i>	mulato/a

Outras unidades lexicais que fazem parte dos angolanismos são *panco* (admirado, surpreendido), *mbumbu* (negra), *banda* (local, lugar, sítio), *pula* (peçoas branca), *tuga* (Portugal), *bicuata* (peçoas). Outras expressões mais comuns no português angolano são: “Amigo da onça” (peçoas que não dá para depositar confiança); “O game está violento” (está difícil, complicado, duro) e “Não maya” (não falha). Tal como Ndombele (2017) aponta da questão linguística no português de Angola marcada pela presença de termos ou melhor, empréstimos provenientes das línguas bantus e koisan faladas pela grande maioria dos *mwangolês* (angolanos). As palavras em * provêm de línguas bantu angolanas.

Considerações finais

O português falado em determinadas regiões de Angola é influenciado pelos aspectos culturais locais provocando a variação do português que chegou com a colonização. Em Angola, independentemente da dimensão territorial e da densidade demográfica, a situação linguística e cultural decorre de fatores históricos e sociais. Assim, no país, coexistem várias línguas locais junto como o português pelo estatuto de oficialidade que carrega. Para além das interferências das línguas angolanas no português observa-se a interferência de línguas dos imigrantes no caso específico dos congolese do Congo Kinshasa e Brazaville que se instala-

ram no país antes e após a independência Nacional. Essa diversidade transforma Angola num país cada vez multiétnico, plurilíngue e pluricultural.

As músicas de Afroman revelam claramente a tendência do português angolano que parte dos jovens e se expande para outras faixas etárias. Os jovens de hoje serão adultos de amanhã. Então, espera-se que o português das próximas décadas seja o espelho do atual. Nota-se claramente que as letras do artista em estudo (e de outros músicos angolanos) procuram se aproximar à norma angolana do português usando expressões, vocabulário e construções sintáticas próprias dos angolanismos. Ao escutar/ler as letras das músicas compreende-se facilmente que o cantor marca a sua identidade sociocultural.

Da pesquisa produziu uma lista de vocabulário constituído por 157 angolanismos. Essas unidades lexicais têm uma alta frequência de uso, que significa que não apenas os jovens as usam, mas também adultos. A criatividade lexical recria a língua e faz com que esta se torne cada vez mais dinâmica.

Sendo assim, as letras das músicas dos cantores angolanos revelam traços característicos da variedade angolana do português. A pesquisa identificou traços linguísticos da variedade angolana do português nas letras das músicas de Yannick Afroman, características da identidade linguística do português angolano. Explicou-se o sentido das unidades lexicais presentes no português angolano assim como a sua relação entre língua e cultura angolanas. Demonstrou-se com exemplos que o hip-hop é expressivo e fulcral na variação linguística dos jovens que serão futuramente adultos.

Retomando as hipóteses iniciais confirma-se a presença de angolanismos lexicais e semânticos. Confirma-se a presença de empréstimos provenientes das línguas angolanas características da variedade. Essas unidades lexicais carregam elementos históricos e culturais e vão se expandindo para as diversas faixas etárias. Terminamos confirmando que o PA é uma realidade e precisa ser estudado para que haja produção de dicionários e gramáticas que ajudariam no ensino de português nas escolas angolanas.

Referências

- Abdula, R. A. M.; Timbane, A. A.; Quebi, D. O. (2017). As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno nos PALOP. *RILP*. Série 4, n.º 31, p. 23-46.
- Afroman, Y. *Mentalidade*. 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MkvEJgY-dI0U>>. Acesso em 20 jul. 2018.
- Afroman, Y. *Terra a terra*. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CO3-KpC-F0mQ>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- Angola. (2010). *Constituição da República de Angola*. Luanda: Assembleia Nacional.

- Bagno, M. (2014). *Língua, linguagem, linguística*. São Paulo: Parábola.
- Bagno, M. (2015). *Preconceito linguístico*. 56.ed. São Paulo: Parábola, 2015.
- Bernardo, E. P. J. (2017) Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. *RILP*, Lisboa, n.º 32, IVsérie, p. 37-52.
- Biderman, M. T. C. (1996). Léxico e vocabulário fundamental. *Alfa*, São Paulo, n.º 40, p. 27-46.
- Calvet, L.-J. (2007). *As políticas linguísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola.
- Câmara JR., J. M. (1955). Língua e cultura. *Letras*. v. 4, p. 51-59.
- Couto, H. H. (1996). *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília:UnB.
- Couto, H. H. (2007). *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus.
- Couto, H. H. (2009). “Língua e meio ambiente”. *Estudos Linguísticos*. Belo Horizonte, v. 17, n.º 1, p. 143-178, jan./jun.
- Couto, H. H. et al. (2016). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. v. 2. Goiânia: Ed. UFG.
- Couto, H. H.; Couto, E. K. N. N. (2017). Ecologia das relações espaciais: as preposições do crioulo-português da Guiné-Bissau. *RILP*. Série 4, n.º 31, p. 177-208.
- Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC.
- Dingwaney, A.; Maier, C. (1995). *Between languages and culture: translation and cross-cultural texts*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Greenberg, J. H. (2010). Classificação das línguas da África. In: Ki-Zerbo, Joseph (Org.). *História geral da África: Metodologia e pré-história da África*. v. 1. Brasília: UNESCO.
- Heine, B.; Nurse, D. (2000). *African languages: an introduction*. Cambridge: CUP.
- Hlibowicka-Weglarz, B. (2007). A origem dos crioulos atlânticos e asiáticos (hipótese monogenética). *Estudos Hispânicos*, v. 15, p. 225-233.
- Jimbi, B. I. (2018). A reflection on the Umbundu corpus planning for the Angola education system: towards the harmonization of the Catholic and the Protestant orthographies. *Actas do XIII Congresso Internacional de Linguística Xeral*. Vigo, p. 475-482.
- Kramsch, C. (2014). *Language and culture*. London: OUP.
- Labov, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Lefebvre, C. (2004). *Issues in the study of pidgin and creole languages*. series 70, Amsterdam: JBPC.
- Maho, J. (2003). «A classification of the bantu languages an update of Guthrie’s referential system. » in: Nurse, Derik; Philippon, Gérard. (Ed.). *The Bantu languages*. Londres: Routledge. p. 639-650.
- Manuel, C.; Timbane, A. A. (2018). Os crioulos em África são línguas de base portuguesa? Embate sobre os conceitos. Comunicação. *V Semana –UNILAB/Malês*, São Francisco do Conde (BA).
- Menezes, J. A.; Costa, M. R. (2013). Posicionamentos e controvérsias no movimento hip-hop. *Estudos de Psicologia*, v. 18, n.º 2, p. 389-396. abr.-jun.

- Mufwene, S. (2016). “Ecologia da língua: algumas perspectivas evolutivas”. in: Couto, Hildo Honório do. et al. (Org.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. v. 2. Goiania: Ed. UFG. 473-500.
- Ndombele, E. D. (2017). Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola. *RILP*. IV Série n.º 31, 2017, p. 69-88.
- Ngunga, A. (2015). *Introdução à linguística bantu*. 2. ed. Maputo: Imprensa Universitária.
- Nurse e Philippson (2003). *The bantu languages*. London/New York: Routledge.
- Pedro, J. (2014). Estão as línguas nacionais em perigo? in: Severo, Cristine; Siteo, Bento; Pedro, José. (Org.). *Estão as línguas nacionais em perigo?* Lisboa: Escolar Editora, p. 77-88.
- Pereira, D. (2006). *Crioulos de base portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Petter, M. (2015). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto.
- Risager, K. (2006). *Language and culture: global flows and local complexity*. Clevedon: Multilingual Matters Ltda.
- Rodrigues, Â. L. (2011). *A língua inglesa na África: opressão, negociação, resistência*, Campinas, SP: Unicamp/Fap.
- Santos, J. L. (2006). *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Sapir, Edward (1969). *Linguística como ciência*. Trad. J. Mattoso Câmara. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- Saussure, F. (2006). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- Severo, C. G. (2013). “Política(s) linguística(s) e questões de poder.” *Alfa*. São Paulo, v. 57, n.º 2, p. 451-473.
- Severo, C. G. (2015). Línguas e políticas linguísticas em Angola. in: LEITE, I. B.(Org.). *Línguas atuais faladas em Angola: Entrev. com Daniel P. Sassuco*. Florianópolis: NUER. p. 7-13.
- Severo, C.; Siteo, B.; Pedro, J. (Org.)(2014). *Estão as línguas nacionais em perigo?* Lisboa: Escolar Editora.
- Souza, R. M. V. de. (2007). *Cultura hip-hop e Identidade e Sociabilidade: estudo de caso do movimento em Palmas*. Bocc. p. 1-12. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/souza-rose-cultura-hip-hop.pdf>. Acesso em 29 ago.2018.
- Tarallo, F.; Alkmim, T. (1987). *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática.
- Timbane, A. A. (2013). A criatividade lexical da língua portuguesa: uma análise com brasileirismos e moçambicanismos. *Caligrama*. v. 18, n.º 2, p.7-30.
- Timbane, A. A.; Vicente, José Gil. (2017). O plurilinguismo em Moçambique: debates e caminhos para uma educação linguística inovadora. *RILP*, Lisboa, IV série, n.º 31, p. 89-110.
- Timbane, A.A.o (2014). “Análise sociodiscursiva da saudação do grupo étnico-linguístico Tsonga de Moçambique.” *Educação, cultura e educação*. ECS, Sinov, v. 4, n.º 2, p. 90-105.
- Timbane, A. A.; Santos, I. S.; Alves, M. J. (2017). “Os caminhos da variação léxico- semântica no Brasil, em Portugal e em Moçambique”. In: Paula, Maria Helena de; Santos, Márcia Pereira dos; Peres, Selma Martines (Org.). *Perspectivas em estudos da linguagem*. São Paulo: Blucher. p. 73-90.

Undolo, M. E. S. (2014). *Caracterização da norma do português em Angola*. 330 p. Tese. Doutor em Linguística. Universidade de Évora. Évora.

UFSC/Instituto de Estudos Latino-americanos. Entrev. ao Mestre Ezequiel Bernardo. Angola: a luta pelo direito à língua 29 maio. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=AitWRg-za-3Y>>. Acesso em: 03 ago.2018.

UNESCO (1996). *Declaração Universal de Direitos Linguísticos*. Barcelona: UNESCO.

Zau, D. G. D. (2011). *A Língua Portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Tese. 204p. Doutorado em Linguística. Departamento de Letras. Universidade de Beira Interior. Covilhã.

Data receção: 03/07/2018

Data aprovação: 02/08/2019

Anexo 1

Quadro 3: Relação das músicas e álbuns

ALBUM: “MENTALIDADE”	ALBUM: “TERRA A TERRA”
1. Um, dois, três	1. Querem assim
2. Mentalidade Feat. Steve	2. Salta salta
3. Levanta Feat. Cleff.	3. Quem começou
4. Amanhã mais Feat. Cleff	4. Lição de vida
5. Vai e vem Feat. Yola Semedo Nigga Be	5. Tudo mudou
6. Controla-se Feat. Toto	6. Ainda existe amor
7. Coisa mínima	7. Não vamos ir
8. Pesadelo Feat. Konde	8. Quem e você
9. Vamos ir aonde	9. De um lado por outro
10. Que fez a mulher? Feat. Paul G. e Sanatra Cordeira	10. Pode ir
11. Pra que? Feat. Paul G.	11. Amigo não age assim
12. Pelo menos bom dia Feat. Matias Damásio, Lembinha	12. Homem ou mulher
13. A luta	13. Pim pam pum
14. Traz azar	14. Chupa dedo
15. Possas	15. Uno
16. Estou a desconfiar	16. Vou correr;
17. Algo comum	17. Algo está mal
	18. Sou feliz
	19. A vergonha mata ft. KO

A intertextualidade entre “já sei namorar” e “geração tribalista”

Jaiana da Silva Santos

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Especialista em Estudos Linguísticos (UEFS)

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2019.36/pp.125-141>

Resumo

Durante muito tempo, a sociedade conheceu um modelo de relacionamento: aquele pautado nas convenções sociais, no qual os pais escolhiam pretendentes para suas filhas, de acordo com o status e tradição da família do rapaz. Com o passar dos anos, novos tipos de relações são presenciados. Não existe mais tanto rigor na escolha dos companheiros e os pais estão longe de ter sob controle seus filhos, que estão mais independentes que nunca.

Como ponto de partida, tem-se o artigo “Geração tribalista”, de Arnaldo Jabor e a música “Já sei namorar”, dos Tribalistas para, a partir desses gêneros, abordar aspectos relacionados à linguística textual e à análise do discurso.

Sendo assim, este artigo foi resultado do trabalho de conclusão de curso da especialização em Estudos Linguístico realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e teve como objetivo principal compreender a relação entre texto e discurso, mostrando de que forma linguagem e prática social se relacionam.

Como resultados esperados este artigo almeja despertar no leitor o desejo de ampliar sua visão crítica em relação aos diversos gêneros textuais que circulam na sociedade, extrapolando a análise do que está exposto no plano meramente linguístico, indo em busca da compreensão das condições de produções em que se deu a construção de um dado texto, seu discurso, prática discursiva e social.

Palavras-chave: namoro; música; linguística textual; análise do discurso; ideologia.

Abstract

For a long time, society has known a model of relationship: that patterned in social conventions, in which parents chose suitors for their daughters, according to the status and tradition of the boy's family. Over the years, new types of relationships are witnessed. There is no such rigor in choosing companions, and parents are far from having their children under control, who are more independent than ever.

As a starting point, we have the article “Tribalist generation” by Arnaldo Jabor and the song “Ya sei namorar”, from the Tribalists to, from these genres, to deal with aspects related to textual linguistics and discourse analysis.

Thus, this article was the result of the conclusion of the specialization course in Linguistic Studies carried out at Feira de Santana State University (UEFS) and its main objective was to understand the relationship between text and speech, showing how language and social practice relate.

As expected results this article aims to awaken the reader the desire to broaden his critical view of the various textual genres circulating in society, extrapolating the analysis of what is exposed in the purely linguistic plane, seeking to understand the conditions of productions in which the construction of a given text took place, its discourse, discursive and social practice.

Keywords: dating; music; textual linguistics; speech analysis; ideology.

1. Introdução

A música, sabe-se, é um dos meios de expressão da linguagem que o homem utiliza para comunicar-se, além de ser, também, uma arte. Ela, assim como qualquer outra linguagem, é fruto da aquisição de uma série de conhecimentos e habilidades que devem ser aprendidos e desenvolvidos.

Ao longo dos anos, a música teve destacado papel na sociedade, refletindo costumes e ideologias de seu povo. Através das letras das canções, a palavra, mesmo sob forte coerção, conseguia circular e, assim, a música era elemento de troca de mensagens e afirmação de valores.

Sob a perspectiva da linguística textual, tem-se os fatores de textualidade enumerados, principalmente por Beaugrande e Dressler (1983). Dentre esses fatores, está a intertextualidade que, nesse momento, se destaca, pois servirá de ponto de partida a essa monografia.

Para maior compreensão deste trabalho, serão enumerados alguns conceitos de intertextualidade, no intuito de levar o leitor a situar-se em face da problemática maior a que esta artigo se propõe que é a intertextualidade entre dois gêneros textuais: música e crônica.

Koch (1987) lança a proposta de distinção entre intertextualidade, em sentido amplo, e intertextualidade, em sentido restrito. Em sentido amplo, “a intertextualidade constitui a condição de existência do próprio discurso, sentido esse comparável à noção de interdiscursividade”. Já a intertextualidade, em sentido restrito, “ocorre quando há uma relação de um texto com outros textos previamente existentes”. Para Koch (1987), nesse sentido, a intertextualidade pode ser de forma (que pode estar ligada à tipologia textual ou ao estilo) e de conteúdo (tratam de um mesmo assunto ou pertencem a uma mesma área do conhecimento).

Além da distinção acima citada, Koch (1987) ainda aponta a intertextualidade explícita (quando há citação da fonte do intertexto) e implícita (quando não há citação expressa da fonte). Das semelhanças – o texto incorpora o intertexto para seguir-lhe a orientação argumentativa e, frequentemente, para apoiar nele a argumentação – e das diferenças – o texto incorpora o intertexto para ridicularizá-lo, mostrar sua impropriedade ou, pelo menos, colocá-lo em questão.

Véron (1980, apud Koch, 1997, p. 47) examinando a questão da produção de sentidos sob um ângulo sócio-semiológico, diz que a pesquisa semiológica deve considerar três dimensões do princípio da intertextualidade: em primeiro lugar, as operações produtoras de sentido são sempre intertextuais no interior de um certo universo discursivo (ex. música); em segundo lugar, o princípio da intertex-

tualidade é também válido entre universos discursivos diferentes (ex. música, tv e cinema); em terceiro lugar, no processo de produção de um discurso, há uma relação intertextual com outros discursos relativamente autônomos que, embora funcionando como momentos ou etapas de produção, não aparecem na superfície do discurso “produzido” ou “terminado”.

Percebe-se que, nos autores acima citados, o conceito de intertextualidade acaba convergindo para um mesmo ponto: a necessidade de conhecimento pragmático para reconhecer nos textos várias outras vozes que se fazem presentes implícita ou explicitamente.

Poder-se-ia ser levantado um estudo minucioso acerca da intertextualidade, mas, para fins desse artigo, os conceitos acima relacionados são suficientes.

2. Relação texto e discurso

Faz-se necessária a compreensão da relação entre texto e discurso, tendo em vista que esse trabalho busca mostrar de que forma linguagem e prática social se relacionam. Começamos então por conceituar texto. No âmbito da Lingüística Textual, vários são os conceitos encontrados.

Segundo Koch (1997), o texto é uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

Em Marchuschi (1983 apud Koch, 1997, p. 22), encontra-se a seguinte “definição provisória” de Lingüística Textual e de seu objeto, que também parece ajustar-se bem a essa linha de pensamento:

Proponho que se veja a Lingüística do texto, mesmo que provisória e genericamente, como o estudo das operações lingüísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais.

O discurso, por sua vez, pode ser definido, segundo Fairclough (2001), como o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade meramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isto significa dizer que o discurso é um modo de ação, uma forma através da qual as pessoas podem agir sobre o mundo e, especialmente, sobre os outros, como também um modo de representação e criação.

Segundo Kress (1989, apud Meurer, 2005, p. 87), discurso e texto podem ser definidos da seguinte forma:

O discurso é o conjunto de afirmações que, articuladas na linguagem, expressam os valores e significados das diferentes instituições; o texto é a realização lingüística na qual se manifesta o discurso. Enquanto o texto é uma entidade física, a produção lingüística de um ou mais indivíduos, o discurso é o conjunto de princípios, valores e significados por trás do texto. Todo discurso é investido de ideologias, i. é, maneiras específicas de conceber a realidade. Além disso, todo discurso é também reflexo de uma certa hegemonia, i. é, exercício de poder e domínio de uns sobre outros. A partir dessas características, o discurso organiza o texto e até mesmo estabelece como o texto poderá ser, quais tópicos, objetos ou processos serão abordados e de que maneira o texto poderá ser organizado.

Assim, pode-se presumir que os discursos vão ser pautados nas relações que se estabelecem em uma sociedade, no ‘quem diz o que’ e ‘para quem diz’.

Enquanto objeto de interesse da Lingüística, o discurso é uma máquina de produzir sentidos e é enquanto produtor de sentido que ele deve interessar ao lingüista. De certa maneira, apesar das diferenças radicais de propósitos, procedimentos, concepções, vale a idéia geral de que o objetivo de uma teoria lingüista é explicar a relação de interpretação estabelecida entre as expressões e sua significação.

3. Passeio histórico

Não poderíamos falar sobre namoro sem relatar, mesmo que superficialmente, os vários significados atribuídos a essa fase inicial das relações humanas, que, antigamente, quase sempre culminava com o casamento.

Azevedo (1986) apresenta a seguinte visão sobre namoro:

A escolha de cônjuges para as filhas e até para os filhos era sob o regime patriarcal e familista do Brasil colonial, um privilegio quase exclusivo do pater famílias; por isso que o casamento interessava à solidariedade e à integridade dos grandes grupos de parentesco em que se apoiavam a ordem social, a economia, a política e a própria realização pessoal dos indivíduos (AZEVEDO, 1986, p. 7)

Nota-se que as relações se construíam muito mais por conveniência social do que por escolha, por afinidade. Os casais formavam-se e os casamentos eram arranjados sem, ao menos, a aprovação dos futuros cônjuges. A união estava mais para contrato social que para enlace matrimonial à procura da felicidade.

Segundo Azevedo (1986), no século XIX, o antigo padrão começou a ser substituído pelas exigências do amor romântico, ainda que este continuasse a depender bastante das obrigações morais e até jurídicas do privatismo familiar e das tradições patriarcais. Firmava-se a norma do consentimento individual condicionado, elegendo-se os candidatos ao casamento de modo imediato pela simpatia, pela atração física, pela correspondência afetiva, tudo subordinado a critérios de estamentos ou classes sociais. Dessa maneira, estruturava-se o padrão aqui referido como namoro tradicional (...).

Com o surgimento do chamado namoro romântico, os casamentos eram conseqüentemente, mais por amor do que por conveniência e os casais dependiam mais de si para serem felizes do que de interesses exclusivamente familiares.

Antes de prosseguir com este breve relato histórico, faz-se necessário definir o que é namoro. Azevedo (1986) chega ao seguinte conceito:

O namoro pode ser considerado como manifestação inicial da tendência biológica à formação de pares heterossexuais por atração sexual, que se desenvolve no homem a partir das mudanças orgânicas da adolescência e da puberdade; a tomada de consciência das diferenças de físico e de personalidade entre as pessoas de um e outro sexo ocasiona as primeiras tentativas de sedução e estimulação afetiva recíproca.

E prossegue comentando sobre quando e por que os seres humanos procuravam ligações afetivas mais íntimas:

E a partir dos 13-15 anos de idade que se iniciam as tentativas de vida social em turmas mistas, de meninos e meninas, apesar de que as relações mais íntimas continuam sendo entre membros do mesmo sexo. Mas já existem desejos sexuais e mesmo necessidade de ligações afetivas mais íntimas (GIKOVATE, 1986, apud AZEVEDO, 1986, p. 10).

Para Azevedo (1986), um marco na transformação do namoro mais antigo foi a modernização das grandes cidades, com a institucionalização do *footing*, do passeio das jovens da alta sociedade pelas novas ruas. O *footing* era ocasião para o *flirt*, um primeiro comércio de olhares aparentemente casuais, de sorrisos, de gestos significativos. Seria a primeira vez que as moças se expunham deliberadamente, ainda que de modo dissimulado, à conquista em vista do namoro.

Vale ressaltar que o namoro e o *flirt* no Brasil foram facilitados pelas novidades trazidas pelo começo do século XIX, a exemplo, dos meios de transporte, que facilitavam as saídas de casa, os passeios, a circulação pelas ruas, tudo a ensejar os encontros, a conversa, a troca de olhares, que resultavam em namoros (AZEVEDO, 1986).

Outro fato interessante e que merece ser comentado pela proporção que tomou na atualidade, diz respeito ao namoro longo que, outrora, quase sempre culminava com o casamento. Quando esses relacionamentos contrariavam a norma (namorar-noivar-casar) denegriam a imagem da moça e era motivo de vergonha para, sobretudo, seus familiares. A esse respeito, Azevedo (1986) explica que:

(...) acabar um “namoro já adiantado”, público, é ocasião de crise emocional e de certa diminuição para a moça, um motivo de vergonha perante conhecidos e familiares como se indicasse alguma falta de merecimento: uma ocorrência dessa natureza é denominada “tomar taboca”, na Bahia “levar a lata”, no Rio de Janeiro, “levar a tabua”, em São Paulo, equivalentes verbais de ser desprezada ou desprezado. A moça que tenha tido mais de um namorado e especialmente a que tivesse estado noiva e não houvesse casado fica de algum modo diminuída em sua reputação.

Nota-se que a transformação lingüística e cultural do namoro é, de fato, já atestada e comprovada na sociedade. A noção atual para essa fase inicial de aproximação de homens e mulheres é totalmente diferente da noção que gerações passadas tinham. No século XIX, como Azevedo (1986) já afirmou havia todo um ritual de aproximação entre os seres que se escolhiam mutuamente para se lançarem a futuros relacionamentos, quase sempre duradouros. Hoje sabe-se que os rituais de aproximação entre as pessoas não requerem tantas regras, obstáculos, persistência. As relações começam de forma mais rápida e simples e acabam com a mesma facilidade.

O fato de uma pessoa, especialmente mulher, que culturalmente foi e ainda é estigmatizada, ter se relacionado com outros pretendentes antes de selar compromisso com futuro companheiro, já não causa mais espanto ou a deixa mal vista perante a sociedade.

Enfim, relatar a evolução histórica e cultural do namoro torna-se importante para analisar e compreender os novos conceitos atribuídos a esse fenômeno, se assim pode ser chamado, das relações humanas.

4. Um olhar mais profundo sobre os dois gêneros: artigo e música

Tendo feito esse breve passeio histórico sobre as concepções de namoro, mergulharemos, então, no artigo de Arnaldo Jabor e da música dos Tribelistas. Antes, porém, vale ressaltar que o ponto de partida para a construção desse artigo é a intertextualidade, até certo ponto previsível entre os dois gêneros em questão, mas não descartemos as nuances oportunizadas pelo artigo e pela música, que vão além das questões meramente lingüísticas, como ideologias, valores sociais, políticos e culturais das gerações.

Segundo Beaugrande e Dressler (1983), o conhecimento intertextual ativa-se mediante um processo chamado de **MEDIAÇÃO**, isto é, tendo-se em conta a intervenção da subjetividade do comunicador, que costuma introduzir suas próprias crenças e suas próprias metas no modelo mental que constrói da situação comunicativa em curso. Quanto mais tempo se emprega e mais atividade de processamento se realiza para relacionar entre si o texto atual e os textos prévios que tenham a ver com ele, mais elevado será o grau de mediação (o uso de diferentes tipos de texto durante a interação, por exemplo).

Por outro lado, de acordo com os autores, esse grau de mediação decresce quando há citação literal de textos conhecidos, como, por exemplo, monólogos famosos de obras literárias. E, por fim, o nível de mediação é mínimo quando se levam a cabo ações discursivas, como repetir, refutar informar resumir ou avaliar

outros textos, atividades que costumam ser realizadas especialmente no decurso da conversação.

“Geração tribalista”, de Jabor, foi publicado no jornal O Estado de São Paulo. Inspirado na música “já sei namorar”, dos Tribalistas, o jornalista faz crítica não aos artistas especialmente, mas à geração de adolescentes contemporâneos, contrapondo valores, ideologias com a geração de outrora (talvez sua própria geração).

Nesse momento, faz-se necessário ressaltar a importância do conhecimento lingüístico, que é essencial para que qualquer texto tenha coerência. Muitas vezes, os signos lingüísticos utilizados pelo produtor não dão conta da intenção que se deseja alcançar, isto é, o produtor não consegue fazer com que o leitor ative seu conhecimento de mundo, visto que as palavras utilizadas não provocam por si só uma recuperação da coerência.

Segundo Koch (1997), muitos autores inclusive chamam a atenção para a relação do lingüístico com o conceitual-cognitivo (conhecimento de mundo) e com o pragmático, o que reforça ainda mais a importância das marcas lingüísticas como pistas para o cálculo do sentido e, portanto, para a coerência do texto. No caso do artigo de Jabor, nota-se que o produtor foi feliz na escolha lingüística. Aliás, o autor sabia que seu conhecimento de mundo, naquele momento, era compartilhado com seus leitores. No caso do artigo de Jabor, por exemplo, o autor mostra a conotação diferente que a palavra ‘namorar’ passou a ter atualmente, utilizando-se de “rótulos” como “ficar” e “namorix”. Dessa forma, o leitor é levado a refletir, mesmo que ligeiramente, sobre o quão diferente são as relações na atualidade.

Jabor, obviamente, carrega consigo a visão de relacionamento vivenciada por ele em décadas passadas o que torna inevitáveis as comparações. Se antigamente a visão que se tinha do namoro era a de selar compromisso e somente depois de muita conversa, aprovação dos familiares da moça pretendida é que ele tinha início, hoje basta duas pessoas se encontrarem, “rolar a química” e pronto: já estão ficando, sem precisar de aprovação de quem quer que seja. A crítica de Jabor talvez soe mais como um desabafo a esse excesso de permissividade, todo mundo podendo tudo: ter quantas pessoas quiser, não ter compromisso, não ser de ninguém.

Por outro lado, sabe-se que as relações mudaram ao longo dos anos e que, possivelmente, gerações futuras viverão outros conceitos de relação. Certamente a modernidade contribuiu muito para que isso ocorresse: as pessoas estão mais independentes, mais donas do próprio nariz. A mulher, por exemplo, não é mais aquela à moda ateniense que servia para cuidar da casa e procriar. Hoje elas já

estão integradas no mercado de trabalho e boa parte delas é quem sustenta o lar. A família, por outro lado, especialmente os pais não têm mais o poder de escolher pretendentes para as filhas e fazê-las casar, sem ao menos conhecer antes seu futuro esposo.

Os tempos mudaram e, conseqüentemente, os gostos, costumes, valores e visão de mundo. O trabalho intertextual é louvável por fazer com que o leitor (alguns com maior propriedade que outros) reconheça essa mudança pela qual passou e vem passando o namoro na sociedade.

Conforme Beaugrande e Dressler (1983), a intertextualidade compreende as diversas maneiras pelas quais a produção e recepção de dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores, isto é, diz respeito aos fatores que tornam a utilização de um texto dependente de um ou mais textos previamente existentes.

Além disso, uma das maneiras compreendidas pela intertextualidade, forma pela qual a produção e a recepção de um texto dependem do conhecimento de outros, inclui fatores relativos a conteúdo que, geralmente, são bastante evidentes e se ligam a questões de conhecimento de mundo (KOCH, 1997). Nesse caso, não se faz necessária a explicação acerca do assunto tratado pelo artigo, por exemplo, visto que o texto por si só já se faz coerente devido ao conhecimento do conteúdo explorado pelo autor.

Passemos agora para a organização da informação textual. Segundo Koch (1997), a informação semântica contida no texto distribui-se, como se sabe, em (pelo menos) dois grandes blocos: o dado e o novo, cuja disposição e dosagem interferem na construção do sentido. A informação já dada no texto se faz por meio de remissão ou referência textual (KOCH, 1989), formando-se, no texto, as cadeias coesivas, que têm papel importante na organização textual, contribuindo para a produção do sentido pretendido pelo produtor do texto.

Observa-se que Jabor, em seu artigo, lança o dado que já se faz presente na consciência dos interlocutores (o conhecimento da música). Esse mesmo dado é que vai preparar o leitor para receber as informações novas (o porquê da relação ser sinônimo de desilusão, por que os divórcios aumentaram e quais as conseqüências desse fato para as gerações futuras, entre outras). Essa relação entre o dado e o novo é crucial para a progressão textual.

Para efeito desse artigo, faz-se necessário citar, mesmo que superficialmente, as questões ligadas ao processamento textual. De acordo com Koch (1997), para o processamento textual contribuem três grandes sistemas de conhecimento: o lingüístico, o enciclopédico e o interacional.

O conhecimento lingüístico compreende o conhecimento gramatical e o lexical que são responsáveis pela organização do material lingüístico na superfície textual. Pode-se dizer que Jabor foi cauteloso na escolha gramatical e lexical ao construir seu artigo, ao utilizar meios coesivos que a língua lhe colocou à disposição, capaz de promover a progressão textual, além de selecionar um léxico adequado ao tema em questão: namorar, ficar, beijar, balada.

Já o conhecimento enciclopédico (KOCH, 1997) ou conhecimento de mundo é aquele que se encontra armazenado na memória de cada indivíduo, já o conhecimento sócio-interacional é o conhecimento sobre as ações verbais, isto é, sobre as formas de interação através da linguagem. Porém não nos aprofundemos nestes dois últimos por terem sido comentados, em outros termos, anteriormente. (Ver p. 10-11)

Outro ponto interessante e que merece destaque diz respeito aos tempos verbais no discurso. Koch (1996) salienta que o alemão Weinrich (1968) chega à conclusão de que, do mesmo modo que os tempos verbais (que se dividem em dois grupos: presente, pretérito perfeito simples e pretérito imperfeito do indicativo), as situações comunicativas repartem-se em dois grupos, em cada um dos quais predomina um dos grupos temporais. Weinrich (1968), estabelece, então, sua distinção entre o mundo comentado e o mundo narrado¹. É graças aos tempos verbais que emprega que o falante apresenta o mundo – “mundo” entendido como possível conteúdo de uma comunicação lingüística – e o ouvinte o entende, ou como mundo comentado ou como mundo narrado.

Interessemos-nos aqui pelo mundo comentado, por pertencer o artigo de Jabor a esta categoria. Observa-se que o falante (Arnaldo Jabor) é afetado diretamente pelo conteúdo relatado: novos valores, costumes, ideologia de uma geração que se contrapõe com a sua geração. Além disso, o leitor também é alertado de que o tema o atingirá e exigirá dele (o leitor) uma resposta (verbal ou não verbal).

Tendo o leitor recorrido a seus conhecimentos prévios e resgatado o conceito de texto, passemos, então, aos elementos constitutivos da significação do texto. Duas principais espécies de relações mantêm interligados esses elementos, isto é, os elementos temáticos: as relações lógicas (que são condicionantes do processo de expansão do texto) e as relações de redundância (que garantem a fixação, tornando o tema – ou a informação fundamental – iterativo, isto é, repetido ao longo do texto).

¹ Ao mundo narrado, pertencem todos os tipos de relato, literários ou não; Ao mundo comentado pertencem a lírica, o drama, o ensaio, o diálogo, o comentário, enfim, por via negativa, todas as situações comunicativas que não consistam apenas em relatos, e que apresentem como característica a atitude tensa. KOCH, 1984.

No artigo “Geração tribalista”, percebe-se que tanto as relações lógicas, quanto as relações de redundância estão presentes: as primeiras, contribuindo para a progressão do texto, mesclando dados novos com conhecimentos compartilhados (como exemplo, a idéia que se vende sobre relacionamentos, embora as pessoas se apresentem muito mais frustradas atualmente) e a segunda, representada no texto de Jabor, por argumentos que corroboram a tese defendida pelo crítico (embora queiram ser “moderninhos” e achar que ter vários parceiros é natural, as pessoas querem mesmo é ter alguém para ser seu).

Um instrumento intertextual capaz de desempenhar várias funções, segundo a sua colocação, na linearidade do texto é a citação que é facilmente reconhecida no artigo de Jabor. Assim, observam-se as seguintes citações: “amar se aprende amando”, de Drummond, para ilustrar o fato de que as relações se constroem aos poucos, num verdadeiro exercício de paciência; “toda ação tem uma reação”, de Newton, para ressaltar que tudo na vida tem uma consequência (não querer compromisso com alguém e estar “fadado a tão temida solidão”), entre outras.

Segundo Guimarães (2000) há ainda o texto-enxerto. Segundo a autora, a citação enraíza-se no seu novo meio, articulando-o com outros contextos e, assim, efetivando o trabalho de assimilação que, ao lado do da transformação, propõe-se como essência da intertextualidade. Essa articulação com outros contextos pode ser observada na relação intertextual entre a música e o artigo em questão. Os tribalistas vendem a idéia de descomprometimento total, conforme a qual namorar tem nova conotação, diferente daquela observada no artigo de Jabor. Em geração tribalista, há claramente a articulação sugerida por Guimarães (2000): a geração de Jabor contrapondo-se com a nova geração exaltada pelos tribalistas (a dita geração contemporânea).

Um texto apresenta, também, os procedimentos que asseguram sua coesão e coerência. Destacaremos, a seguir, a co-presença de traços semânticos – total ou parcialmente idênticos. Os traços semânticos co-presentes no texto apontam para dois tipos fundamentais de repetição: a simples iteração e a substituição léxica (GUIMARÃES, 2000).

A repetição sistemática do mesmo lexema (nome), que em outros contextos se poderia atribuir à pobreza vocabular ou à desnecessária redundância, passa a significar no contexto – criação do romancista recurso enfático e inestimável força articulatória dos elementos significativos do texto – sintetizados na valorização da importância do nome (GUIMARÃES, 2000).

Nota-se, por exemplo, que, no artigo de Jabor, há a repetição da palavra *namorar* que ganha várias formas ao longo do texto: namoro, namoram, namorando, namorix, entre outras. Redundância necessária e sabiamente planejada. Assim,

quando, num discurso, se encontram palavras repetidas e que, ao tentar corrigi-las, elas parecem tão apropriadas que o discurso sem elas se estragaria, é preciso deixá-las. (GUIMARÃES, 2000).

Sobre a repetição Koch (1997) defende que é impossível a existência de textos que veiculem, exclusivamente, de informações novas, já que, para a ancoragem da informação desconhecida, faz-se necessária a informação co- ou contextualmente dada, que precisa ser repetida, por diversas vezes, no desenrolar do texto. Assim sendo, a repetição deve ser vista como um mecanismo essencial no estabelecimento da coesão textual.

Percebe-se que a repetição, ao contrário do que muitos pensam, é necessária em alguns textos para manter sua coesão e coerência. Porém, ela deve ser estrategicamente utilizada. Vale ressaltar que não é a simples repetição que está em pauta. O produtor de um texto deve estar atento para não repetir termos desnecessários, ocasionado pela pobreza vocabular, com a desculpa de que esta é um recurso que contribuirá para a progressão textual.

Atenção especial será dada agora ao conectivo “mas”, isto é, ao morfema que tem por função ligar dois enunciados. Vale ressaltar, segundo Koch (1997) que tal importância dada ao conectivo é em função do proveito que tanto a AD, quanto os lingüistas podem tirar de sua análise sistêmica.

Os lingüistas distinguem, habitualmente, dois “mas”: um “mas” de refutação e um “mas” de argumentação. Em “Geração tribalista”, encontramos alguns exemplos capazes de ilustrar essa distinção: “a maioria não quer ser de ninguém, *mas* quer que alguém seja seu”; ou ainda “difícilmente está apaixonada por seus namorix, *mas* gosta da companhia do outro e de manter a ilusão de que não está sozinha”. Estamos diante, aqui, da encenação de uma estrutura de diálogo, no interior de um movimento único de refutação, que liga a negação e a retificação (MAINGUENEAU, 1997).

Já o *mas* argumentativo, aquele que liga dois atos distintos, pode ser exemplificado com as seguintes passagens do texto: “A nova geração prega liberdade, *mas* acaba tendo visões unilaterais”; “a questão não é causal, *mas* correlacional”. A oposição observada entre *liberdade* e *visões unilaterais*, na primeira frase, é causal e correlacional, na segunda, só é legitimada pelo contexto situacional.

A existência de dois *mas*, refutativo e argumentativo, não deve, entretanto, mascarar suas afinidades pragmáticas. Tanto em um caso como no outro, insitui-se um afrontamento entre o locutor e um destinatário (real ou fictício), e não uma simples oposição entre dois enunciados. O *mas* de refutação recusa a legitimidade daquilo que um destinatário disse ou pensou ou poderia ter dito ou pensado. Já o *mas* argumentativo possibilita a oposição à interpretação argu-

mentativa que um destinatário atribuiu ou poderia atribuir à proposição P de “P mas Q”. São dois interlocutores que se opõem, não dois conteúdos (MAIN-GUENEAU, 1997).

Como se vê, o artigo “Geração tribalista” que faz a intertextualidade mais evidente com a música “Já sei namorar”, revela-nos grande leque de possibilidades de interpretação. Quem se lançar ao desafio de explorar, mais profundamente esses gêneros textuais vai se deparar com várias alternativas de trabalho. Aqui não serão aprofundados mais elementos que, certamente, esse jogo intertextual abarca. Fica a expectativa para um trabalho mais detalhado, posteriormente.

5. Considerações finais

O propósito desse artigo foi norteado pelo tema da intertextualidade, buscando discutir os aspectos relacionados tanto à lingüística textual, quanto à análise do discurso. Vale ressaltar que tais aspectos foram evidenciados de forma sucinta por se tratar de um trabalho ainda incipiente.

Quanto à lingüística textual, observa-se que, através do trabalho intertextual de Jabor, em “Geração tribalista”, o leitor é instigado a refletir acerca de alguns aspectos referentes ao significado do termo namorar ao longo dos tempos. O leitor é convidado a reativar seus conhecimentos prévios, recorrendo, sempre que solicitado, a textos anteriores e necessários para a contextualização do artigo.

Toda atenção é dada à escolha das palavras, pois são elas que irão retratar o contexto social, político e cultural que Arnaldo Jabor quer deixar transparecer, pois sabe-se que a palavra é capaz de refletir não apenas a ideologia de seu autor, mas de toda uma sociedade.

Segundo Baccaga (2000), a palavra, signo verbal, “solidifica” a prática social de um grupo, de uma classe social, de uma sociedade e, por isso, possibilita a continuidade do processo histórico, embasa o novo. É, portanto, a confluência do passado/presente da sociedade que a fala; passado, porque, na palavra, estão contidas todas as idéias (técnicas e artes) desenvolvidas por aquela sociedade para chegar a esse presente histórico; e presente, no sentido de que é a palavra mesma que, possuidora dessa história, vai possibilitar a construção, elaboração e reelaboração de idéias, técnicas e artes no caminho do futuro. O indivíduo/sujeito, “emissor” e “receptor”, é o paciente/agente desse processo. É ele quem, através da palavra (sobretudo, mas não somente) recebe o passado de maneira ativa, reelaborando-o, tornando-se, ele próprio, presente e futuro.

Observa-se que, no artigo de Jabor, a confluência do passado/presente da sociedade vem à tona. Através do seu trabalho textual, Jabor deixa suscitar fra-

ses que remontam a tempos passados, como por exemplo, fala que relação é sinônimo de desilusão e que essa lição nos foi ensinada nas décadas passadas, ou ainda quando o autor qualifica os novos modelos de relacionamentos atualmente, chamando-os de *namorix*.

A respeito da questão histórica, ressaltada Dias (1996) defende que o sentido de língua portuguesa, portanto, não é algo inerente ao nome, mas é algo trabalhado nos vários textos. Só podemos dizer que o sentido é trabalhado nos vários textos porque ele é histórico. E é o ser histórico que proporciona a intertextualidade. O fato de ser histórico significa, nesse caso, ser do domínio maior do que o domínio dos textos. Há uma memória que é anterior aos textos, e é devido a ele que temos a intertextualidade, é ela que traz as condições para que vários textos contraíam relações e passem a fazer parte do mesmo domínio, da mesma formação discursiva, vale dizer.

Além dos aspectos lingüísticos, propriamente ditos, o que se torna a proposta maior desse artigo, breve atenção foi dada a elementos da análise do discurso, sobretudo no que diz respeito a ideologia. Isso se deve ao fato de ser quase que impossível desvincular ideologia de signo lingüístico.

Segundo Bakhtin (1988), “tudo o que é ideológico é um signo. Sem signo não existe ideologia”. Nesse sentido, cada palavra – signo verbal – que entra na composição (produção) do discurso literário, que é um enunciado vivo, já está marcada por uma “avaliação” social, com a qual a palavra se vincula e da qual é porta-voz. Quando o indivíduo/ sujeito vai construir o discurso literário, ele toma as palavras não de um abstrato “sistema lingüístico”, mas, de outros enunciados presentes na sociedade. Tais enunciados “já vistos” se fazem presentes nessa cadeia de enunciados – o discurso literário – através de um processo ideológico. Mas, ao mesmo tempo, isto é, juntamente com essa “avaliação” social contida na palavra, matéria-prima básica da literatura, as palavras, ao formarem novos enunciados, adquirirão uma nova “avaliação” que pode, inclusive, se chocar com o precedente.

A leitura do artigo de Jabor chama a atenção para essa ideologia sugerida por Bakhtin (1988), isto é, para o fato de que as palavras, escolhidas pelo autor, carregam consigo uma carga ideológica que reflete o contexto social, político e cultural de uma dada sociedade. Assim, a união signo-ideologia fica tão evidente, a ponto de o leitor não conseguir imaginar a dissociação entre ambos.

Dessa forma este artigo teve como objetivo principal compreender a relação entre texto e discurso, mostrando de que forma linguagem e prática social se relacionam. Como resultados esperados, almeja-se despertar no leitor o desejo de ampliar sua visão crítica em relação aos diversos gêneros textuais que cir-

culam na sociedade, extrapolando a análise do que está exposto no plano meramente linguístico, indo em busca da compreensão das condições de produções em que se deu a construção de um dado texto, seu discurso, prática discursiva e social.

A partir das considerações feitas, os leitores poderão, caso haja interesse, aprofundar outros aspectos que, porventura, não foram trabalhados aqui. Porém, fica a expectativa de que as reflexões feitas aqui tenham sido suficientes para a compreensão da proposta apresentada no início desse artigo. Certamente, essa será uma proposta inicial para um trabalho que, sinto, ainda se prolongará em outra ocasião.

6. Referências

- Azevedo, T. (1986). *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática.
- Baccega, M. A. (2000). *Palavra e discurso historia e literatura*. São Paulo: Ática.
- Bakhtin, M. (1988). *Maxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec,
- Beaugrande, R.-A.; DRESSLER, W.U. (1983). *Introduccion a la lingüística del texto*. Barcelona: Ariel.
- Dias, L. F. (1996). *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. São Paulo: Pontes.
- Guimarães, E. (2000). *A articulação do texto*. São Paulo: Ática.
- Jabor, A. (2004). *Geração tribalista*. In: O Globo. São Paulo.
- Koch, I. G. V. (1987). *Argumentação e linguagem*. 4. ed: São Paulo: Cortez.
- Koch, I. G. V & Travaglia, L. C. (1996). *Texto e coerência*. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- Koch, I. G. V. (1997). *O Texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto.
- Koch, I.G.V. (1997). *A inter-ação pela linguagem*. 3. ed. São Paulo: Contexto.
- Maingueneau, D. (1997). *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Ponte.
- Tribalistas. (2002). *Já sei namorar*. In: Tribalistas, Emi.: 1 Cd.
- Weinrich, H. (1968) *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos.

Data receção: 31/07/2018

Data aprovação: 24/10/2019

Anexos

GERAÇÃO TRIBALISTA

Arnaldo Jabor

Na hora de cantar todo mundo enche o peito nas boates, levanta os braços, sorri e dispara: “eu sou de ninguém, eu sou de todo mundo e todo mundo é meu também”.

No entanto, passado o efeito do uísque com energético e dos beijos descompromissados, os adeptos da geração “tribalista” se dirigem aos consultórios terapêuticos, ou alugam os ouvidos do amigo mais próximo e reclamam de solidão, ausência de interesse das pessoas, descaso e rejeição.

A maioria não quer ser de ninguém, mas quer que alguém seja seu. Beijar na boca é bom? Claro que é! Se manter sem compromisso, viver rodeado de amigos em baladas animadíssimas é legal? Evidente que sim. Mas por que reclamam depois? Será que os grupos tribalistas se esqueceram da velha lição ensinada no colégio, onde “toda ação tem uma reação”?

Agir como tribalista tem conseqüências, boas e ruins, como tudo na vida. Não dá, infelizmente, para ficar somente com a cereja do bolo – beijar de língua, namorar e não ser de ninguém. Para comer a cereja é preciso comer o bolo todo e nele, os ingredientes vão além do descompromisso, como: não receber o famoso telefonema no dia seguinte, não saber se está namorando mesmo depois de sair um mês com a mesma pessoa, não se importar se o outro estiver beijando outra, etc, etc, etc.

Embora já saibam namorar, “os tribalistas” não namoram. Ficar, também é coisa do passado. A palavra de ordem hoje é “namorix”. A pessoa pode ter um, dois e até três namorix ao mesmo tempo. Dificilmente está apaixonada por seus namorix, mas gosta da companhia do outro e de manter a ilusão de que não está sozinho. Nessa nova modalidade de relacionamento, ninguém pode se queixar de nada. Caso uma das partes se ausente durante uma semana, a outra deve fingir que nada aconteceu, afinal, não estão namorando. Aliás, quando foi que se estabeleceu que namoro é sinônimo de cobrança?

A nova geração prega liberdade, mas acaba tendo visões unilaterais. Assim como só deseja “a cereja do bolo tribal”, enxerga somente o lado negativo das relações mais sólidas.

Desconhece a delícia de assistir um filme debaixo das cobertas num dia chuvoso comendo pipoca com chocolate quente, o prazer de dormir junto abraçado, roçando os pés sob as cobertas e a troca de cumplicidade, carinho e amor.

Namorar é algo que vai muito além das cobranças. É cuidar do outro e ser cuidado por ele, é telefonar só para dizer bom dia, ter uma boa companhia para ir ao cinema de mãos dadas, transar por amor, ter alguém para fazer e receber cafuné, um colo para chorar, uma mão para enxugar lágrimas, enfim, é ter “alguém para amar”.

Já dizia o poeta que “amar se aprende amando” e se seguirmos seu raciocínio, esbarraremos na lição que nos foi passada nas décadas passadas: relação é sinônimo de desilusão. O número avassalador de divórcios nos últimos tempos, só veio a confirmar essa tese e aqueles que se divorciaram (pais e mães dos adeptos do tribalismo), vendem na maioria das vezes a idéia de que casar é um péssimo negócio e que uma relação sólida é sinônimo de frustrações futuras. Talvez seja por isso que pronunciar a palavra “namoro” traga tanto medo e rejeição.

No entanto, vivemos em uma época muito diferente daquela em que nossos pais viveram. Hoje podemos optar com maior liberdade e não somos mais obrigados a “comer sal junto até morrer”. Não se trata de responsabilizar pais e mães, ou atribuir um significado latente aos acontecimentos vividos e assimilados na infância, pois somos responsáveis por nossas escolhas, assim como o que fazemos com as lições que nos chegam.

A questão não é causal, mas quem sabe correlacional. Podemos aprender amar se relacionando. Trocando experiências, afetos, conflitos e sensações. Não precisamos amar sob os conceitos que nos foram passados. Somos livres para optarmos. E ser livre não é beijar na boca e não ser de ninguém. É ter coragem, ser autêntico e se permitir viver um sentimento... É arriscar, pagar para ver e correr atrás da felicidade. É doar e receber, é estar disponível de alma, para que as surpresas da vida possam aparecer. É compartilhar momentos de alegria e buscar tirar proveito até mesmo das coisas ruins.

Ser de todo mundo, não ser de ninguém, é o mesmo que não ter ninguém também... É não ser livre para trocar e crescer... É estar fadado ao fracasso emocional e à tão temida solidão.

Já Sei Namorar

Marisa Monte

Composição: Arnaldo Antunes, Carlinhos Brown e Marisa Monte

Já sei namorar
Já sei beijar de língua
Agora, só me resta sonhar
Já sei onde ir
Já sei onde ficar
Agora, só me falta sair

Não tenho paciência
pra televisão
Eu não sou audiência
para a solidão
Eu sou de ninguém
Eu sou de todo mundo
E todo mundo me quer bem
Eu sou de ninguém
Eu sou de todo mundo
E todo mundo é meu também

Já sei namorar
Já sei chutar a bola
Agora, só me falta ganhar
Não tenho juiz
Se você quer a vida em jogo
Eu quero é ser feliz

Não tenho paciência
pra televisão
Eu não sou audiência
para a solidão
Eu sou de ninguém
Eu sou de todo mundo
E todo mundo me quer bem
Eu sou de ninguém
Eu sou de todo mundo
E todo mundo é meu também

Tô te querendo como ninguém
Tô te querendo como Deus quiser
Tô te querendo como eu te quero
Tô te querendo como se quer

AUTORES – BIOGRAFIAS

Alexandre António Timbane

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, Instituto de Humanidades e Letras, Professor da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês (BA) Brasil.

(alexandre.timbane@unilab.edu.br)

Ana Maria Urquiza de Oliveira

Mestra em Educação na linha de pesquisa Linguagem e educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Especialista em Neuroeducação (2016); em Educação de Jovens e Adultos (2015); em Língua Portuguesa (2014) – todas pela Faculdade Campos Eliseos; em Educação Ambiental – Faculdade Anchieta (2008). Licenciada em Pedagogia – Universidade Nove de Julho (2014) e Letras/Português – Universidade Estadual do Piauí (2004). É professora de Língua Portuguesa na Educação Básica em Diadema, São Paulo. Tutora no curso de Pedagogia EaD na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Estuda Psicanálise Clínica na Sociedade Brasileira de Psicanálise. Tem artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, capítulo de livro pela AULP (2017) e pela Feusp (2019). Apresentou trabalhos em congressos nacionais e internacionais no campo da educação e do ensino de Língua Portuguesa.

(anaurquiza@usp.br)

André Ferdinand Takounjou Ngueho

Doutorado em Ciências da Literatura, Especialização em Teoria da Literatura, pelo Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho (2015). Director do Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED-USTP). Professor Auxiliar na Universidade de São Tomé e Príncipe. (ngueho2000@yahoo.fr)

Euclides Victorino Silva Afonso

Graduado em Bacharelado em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil.

(euclidesvictorinosilvaafonso@gmail.com)

Jaiana da Silva Santos

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, especialista em Estudos Linguístico pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Mestranda em Educação (UEFS) (jaianas13@hotmail.com)

Lucério Sarmiento Gundane

Mestre em Linguística pela Faculdade de Ciências de Linguagem, Comunicação e Artes da Universidade Pedagógica; Licenciado em Linguística e Literatura pela Universidade Eduardo Mondlane em 2011. Autor dos livros: “Morfologia e Fonologia Lexical em Cishwa: uma Análise e Descrição das Categorias TAMP em Bantu”; “Didáctica das Línguas Bantu”. Possui vários artigos científicos publicados nalgumas revistas moçambicanas. Docente de Linguística Teórica e Descritiva na UP-Maxixe desde 2013, onde, igualmente, actua como Chefe da Repartição de Cultura, Coordenador da Secção de Lin-

guística e do Minor em Ensino de Citswa. As suas áreas de interesse incluem literatura colonial; política e planificação linguística; revisão linguística; fonética, fonologia, morfologia e sintaxe do Português e das línguas bantu; políticas sobre educação bilingue em contextos multilingues. Todas as comunicações, publicações e pesquisas apresentadas dentro do país estão integradas na área de Literatura, Linguística Descritiva e Aplicada, com enfoque às políticas sobre ensino da língua portuguesa como L2 em Moçambique. (luceriogundane@yahoo.com.br)

Sandra Boto

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas – variante de Estudos Portugueses pela Universidade do Algarve. Em 2012 doutorou-se em Línguas, Literaturas e Culturas – Estudos Literários pela Universidade Nova de Lisboa.

Atualmente, desenvolve o projeto de pós-doutoramento O Romanceiro de Almeida Garrett. A edição crítica integral em formato digital, acolhido pelo Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra e pelo Centro de Investigação em Artes e Comunicação da Universidade do Algarve, com bolsa atribuída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

É membro do Centro de Literatura Portuguesa (Universidade de Coimbra), onde desenvolve o projeto de pós-doutoramento intitulado O Romanceiro de Almeida Garrett. A edição crítica integral em formato digital no Grupo de Investigação “Património Literário”, com bolsa atribuída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, e do CIAC (Universidade do Algarve).

Ensinou na Universidad de Huelva, na Universidade do Algarve e na Universitat Autònoma de Barcelona, onde dirigiu o Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões. Da sua experiência docente, destaca-se o ensino de Português para Estrangeiros e de Literatura Espanhola. (scboto@ualg.pt)

Vicente Paulino

Professor Convidado da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Investigador Colaborador do CEMRI da Universidade Aberta de Lisboa e Investigador do CLEPUL. (vicentepaulino123@gmail.com)

Yuran Fernandes Domingos

Graduado em Letras-Língua Portuguesa, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil. (yuran.santana10@gmail.com)

Normas de publicação

A Revista Internacional em Língua Portuguesa (RILP) surgiu como manifestação do desejo de interconhecimento e de intercâmbio de todos os que, na América, na Europa e na África falam português no seu quotidiano, e se preocupam com a sua utilização e o seu ensino. A revista surge como um modo de aproximar as culturas que na língua portuguesa encontram expressão, ou que a moldam para se exprimirem.

Com uma tiragem semestral de 200 exemplares, e editada desde 1989, é uma publicação interdisciplinar da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) que circula a nível nacional e internacional, com especial destaque nos países de língua oficial portuguesa e Macau (RAEM), através das instituições de ensino superior membros da AULP e centros de investigação com interesse no domínio científico da revista.

Normas para Autores:

1. Os artigos submetidos a apreciação têm de ser originais e inéditos. Uma vez submetidos os artigos ao processo de avaliação da RILP, em momento algum poderão ser submetidos a outras revistas. Os textos têm de ser obrigatoriamente apresentados em língua portuguesa e devem respeitar as normas referentes ao acordo ortográfico de 2009.
2. Os artigos devem ter preferencialmente até 10.000 palavras, incluindo notas, bibliografia e quadros. Os textos devem ser entregues num documento em formato Word (ou compatível), conforme modelo-tipo (a soli citar).
3. Os artigos devem ser acompanhados de um resumo de cerca de 150 palavras – com uma versão em português e outra em inglês – de quatro a seis palavras-chave e de um ficheiro em formato Word (ou compatível) com os dados de identificação do autor (instituição, categoria, áreas de especialização e elementos de contacto eletrónico).
4. As ilustrações, quadros, figuras e mapas deverão ser numerados e enviados em ficheiro à parte em formato jpeg ou png. O autor deve ainda indicar os locais onde os mesmos devem ser inseridos.
5. As citações de fontes alheias têm de respeitar a legislação em vigor relativa aos direitos de autor.
6. A RILP segue as normas de referenciação bibliográfica APA (American Psychological Association). As referências bibliográficas dos textos deverão ser inseridas no final do texto, respeitando as normas de citação, evitando as notas de rodapé.
7. Os textos submetidos serão, num primeiro momento, analisados pelo conselho editorial, podendo ser rejeitados ou submetidos a processo de arbitragem científica. Os artigos aceites serão, em seguida, submetidos a um ou dois árbitros, através de um sistema de revisão cega de pares. A decisão final sobre a publicação do artigo proposto, num dos números da RILP, será tomada pelos Coordenadores Editoriais, considerando os pareceres dos árbitros.
8. Os autores, individuais ou coletivos, dos artigos publicados conferem à RILP o exclusivo direito de publicação, podendo o artigo sofrer alterações e revisões de forma, ou propósito de adequá-lo ao estilo editorial da RILP.
9. Os autores, individuais ou coletivos, dos artigos publicados na RILP receberão dois exemplares da revista cada. A revista será disponibilizada em regime open access na plataforma www.rilp-aulp.org. Todos os artigos terão um número DOI (Digital Object Identifier) atribuído.

Declaração Princípios Éticos da RILP: <http://aulp.org/node/114927>

Submissão de artigos em: WWW.RILP-AULP.ORG

Para qualquer outra questão: RILP@AULP.ORG.

